

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
DOUTORADO EM PSICOLOGIA

Deolinda Armani Turci

**A LICENCIATURA NA REGULAMENTAÇÃO DA FORMAÇÃO DE PSICÓLOGOS
NO BRASIL:
um estudo a partir da legislação e do caso do curso de Psicologia da UFMG**

Belo Horizonte
2018

Deolinda Armani Turci

**A LICENCIATURA NA REGULAMENTAÇÃO DA FORMAÇÃO DE PSICÓLOGOS
NO BRASIL:
um estudo a partir da legislação e do caso do curso de Psicologia da UFMG**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutora em Psicologia.

Orientador: Prof. Dr. Sérgio Dias Cirino
Co-Orientadora: Profa. Dra. Érika Lourenço

Belo Horizonte
2018

150
T9321
2018

Turci, Deolinda Armani

A licenciatura na regulamentação da formação de psicólogos no Brasil [manuscrito] : um estudo a partir da legislação e do caso do curso de Psicologia da UFMG / Deolinda Armani Turci. - 2018.

147 f.

Orientador: Sérgio Dias Cirino.

Coorientadora.2.: Érika Lourenço.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

Inclui bibliografia

1. Psicologia – Teses. 2. Licenciatura – Teses. 3. Psicologia – Brasil – História - Teses. I. Cirino, Sérgio Dias. II. Lourenço, Érika. III. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. IV. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA



FOLHA DE APROVAÇÃO

A licenciatura na regulamentação da formação do psicólogo no Brasil: um estudo a partir da legislação e do caso do curso de Psicologia da UFMG.

DEOLINDA ARMANI TURCI

Tese submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em PSICOLOGIA, como requisito para obtenção do grau de Doutor em PSICOLOGIA, área de concentração PSICOLOGIA SOCIAL, linha de pesquisa Cultura, Modernidade e Processos de Subjetivação.

Aprovada em 14 de dezembro de 2018, pela banca constituída pelos membros:

Prof(a). Sergio Dias Cirino - Orientador
FAFICH/UFMG

Prof(a). Erika Lourenço
Universidade Federal de Minas Gerais

Prof(a). João Leite Ferreira Neto
PUC-Minas

Prof(a). Merie Bittar Moukachar
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Prof(a). Raquel Marins de Assis
FaE/UFMG

Prof(a). Delba Teixeira Rodrigues Barros
UFMG

Belo Horizonte, 14 de dezembro de 2018.

*Porque se chamava moço
Também se chamava estrada
Viagem de ventania
Nem se lembra se olhou pra trás
Ao primeiro passo, aço, aço
Aço, aço, aço, aço, aço, aço*

*Porque se chamavam homens
Também se chamavam sonhos
E sonhos não envelhecem
Em meio a tantos gases lacrimogêneos
Ficam calmos, calmos
Calmos, calmos, calmos*

*E lá se vai
Mais um dia*

*E basta contar compasso
E basta contar consigo
Que a chama não tem pavio
De tudo se faz canção
E o coração na curva
De um rio, rio, rio, rio, rio...*

*E lá se vai
Mais um dia*

*E o rio de asfalto e gente
Entorna pelas ladeiras
Entope o meio-fio
Esquina mais de um milhão
Quero ver então a gente, gente
Gente, gente, gente, gente, gente*

*E lá se vai, vai, vai, vai...
(Clube da esquina II, Milton Nascimento)*

A letra desta música me recorda um tempo em que estudar, falar e viver as Ciências Humanas no nosso país era muito perigoso, principalmente para os que lutavam por um país livre e laico, não muito diferente do prognóstico para os próximos tempos

Dedico essa tese a todos os profissionais que lutam pelos direitos humanos, para todas as professoras e professores brasileiros que lutam por uma educação de qualidade, por uma escola democrática e inclusiva!

AGRADECIMENTOS

Os tempos de elaboração de uma tese não são fáceis! Período de trabalho árduo... solitário ... “viagem de ventania”!

Do mergulho ao universo dos arquivos, documentos, textos e imagens, o que nos restam são os sonhos, “esses não envelhecem” e as pessoas que nos auxiliam na longa jornada. Em nossas relações diárias (assumo que muitas vezes esporádicas pelo excesso de trabalho) nos refazemos e nos mantemos sobreviventes a tal viagem ... resistentes!

Quero agradecer imensamente a todas as pessoas que me fortaleceram dia após dia durante essa jornada!

Agradeço aquelas que já faziam parte da minha vida antes do doutorado, meus queridos pais, irmãos e sobrinhos, minha mais profunda gratidão! Aos meus amados Fabrício, Bernardo e Isadora, que são a minha melhor parte! Agradeço imensamente o amor, a paciência e compreensão! Amo vocês incondicionalmente e eternamente!

Agradeço meus orientadores Sérgio Cirino e Érika Lourenço pelo acolhimento, orientações e conhecimentos compartilhados!

Meu agradecimento aos professores que contribuíram significativamente, desde a banca de qualificação até a banca de defesa do doutorado: Merie Bitar Moukachar, Raquel Martins de Assis, João Leite Ferreira Neto e Delba Teixeira Rodrigues Barros.

Agradeço às professoras Regina Helena de Freitas Campos, Mitsuko Aparecida Makino Antunes e Ana Maria Jacó Vilela que em conversas temáticas, pessoalmente ou por meio de e-mails, contribuíram para as reflexões desta tese e que são para nós, historiadores da Psicologia no Brasil, grandes referências bibliográficas!

Agradeço à Solange, funcionária do Setor de Arquivo Acadêmico da Graduação da FAFICH/UFMG, pela dedicação e presteza nos auxiliando com os arquivos e localização de documentos.

Agradeço aos funcionários e bibliotecários da Biblioteca Prof. Antônio Luiz Paixão, da FAFICH/UFMG, que sempre nos atendeu prontamente, em especial Vilma Carvalho de Souza, Ângela Cristina Silva e Pedro Augusto Hosken que nos auxiliou em relação aos processos de solicitação de arquivos através do COMUT.

Aos colegas do doutorado, aprendi tanto com vocês! Agradeço os momentos juntos, cafés, conversas e saberes! Sara, Débora, Marcela, Juliana, Tayane, Alberto, Eder, Daniela e

Sérgio! Obrigada pelas emoções e angústias compartilhadas pessoalmente ou pelo *WhatsApp*, pelos cafés, pela alegria de sempre e pelas longas gargalhadas...

Agradeço aos colegas de profissão que se tornaram sujeitos dessa pesquisa e que prontamente se dispuseram a contribuir com a mesma! Lázaro Elias Rosa, Geraldo Magnani, Sonia Maria Cerqueira Machado, Maria Helena Rocha, Carmen Eugênia B. Bavoso, Maria de Lourdes Elias Pinheiro, Eleusa Mizrahy Polakiewicz, Etur Zehuri, Maria José Esteves de Vasconcellos, Paula Marília Cabral Ribeiro Justo e Maria Cristina L. Guedes Mendonça, sem vocês este trabalho não faria sentido! Obrigada por terem sido tão dedicados à Psicologia ao longo da vida de vocês!

Agradeço ao Programa de Pós-graduação do Departamento de Psicologia da UFMG, seus professores e funcionários, pela oportunidade e conhecimentos adquiridos.

Agradeço imensamente às minhas alunas e alunos da UEMG e de todas as faculdades que já atuei! Vocês me proporcionam reflexões e aperfeiçoamentos diários na minha tarefa docente!

Enfim, agradeço a todos que contribuíram direta e indiretamente para a produção desta tese!

Resistiremos... à lama... à mordaca... aos tempos duros e difíceis!

RESUMO

Esta tese de cunho historiográfico teve como objetivo analisar a inserção da modalidade licenciatura em Psicologia na regulamentação da formação e da profissão em 1962. A partir dos referenciais metodológicos da História da Psicologia, a pesquisa foi dividida em duas etapas: na primeira, além de realizarmos uma revisão de literatura para identificarmos as propostas de cursos para formar psicólogos/os no Brasil antes da regulamentação da profissão, utilizamos como procedimento metodológico a análise documental de fontes primárias localizadas no *site* da Câmara Federal dos Deputados, a saber: o dossiê do PL 3825/58, que trata do processo de regulamentação da formação e da profissão, bem como artigos e notícias publicadas nas revistas *Boletim de Psicologia*, *Arquivos Brasileiros de Psicotécnica* e *Revista Psicologia Normal e Patológica*. A segunda etapa da pesquisa se constituiu de um estudo de caso sobre a licenciatura no curso de Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) durante a década de 1960, e teve como procedimentos metodológicos a análise de documentos localizados no Setor de Arquivo Acadêmico da Graduação da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH) da universidade, e também entrevistas com ingressantes no mesmo curso durante a década de 1960. Como resultado da pesquisa, identificamos, a partir da análise dos dados do dossiê sobre a PL nº3825/62, que os primeiros anteprojetos que tratavam da formação e da regulamentação da profissão de psicólogo/a no Brasil foram encaminhados por associações de profissionais que já atuavam aplicando a Psicologia desde 1953, e que na maioria desses projetos não havia a proposta da licenciatura para a formação de professores de Psicologia para atuação no ensino secundário. Sendo assim, a licenciatura como modalidade de formação para as/os psicólogas/as com uma proposta curricular coerente com a legislação então vigente para a formação de professores brasileiros foi incluída apenas em 1961, e mantida no projeto que veio a se tornar a lei 4119, aprovada em 1962. A partir do estudo de caso sobre a licenciatura no curso de Psicologia da UFMG durante a década de 1960, foi possível identificar uma sucessão de equívocos relativos a essa modalidade, o que nos levou a crer que a formação só fazia parte do curso por questões legais próprias às Faculdades de Filosofia, locus de instalação do curso nessa universidade. Além disso, verificamos que as contribuições da licenciatura para a vida profissional dos egressos da década de 1960 se restringiram a aspectos metodológicos aprendidos nas disciplinas da modalidade.

Palavras-chave: licenciatura em Psicologia, formação em Psicologia, história da Psicologia.

ABSTRACT

This historiographical thesis had as an objective to analyze the insertion of the modality Licentiate in Psychology in the regulation of the formation and the profession in 1962. Starting with the methodological references of the History of Psychology, the research was divided in two stages: in the first, aside from conducting a literature review to identify the course proposals to train psychologists in Brazil before the regulation of the profession, we used as a methodological procedure the documentary analysis of primary sources located on the website of the Federal Chamber of Deputies, namely: the dossier of PL 3825/58, which describes the process of regulation of Psychology training and profession, as well as articles and news published in the journals *Boletim de Psicologia*, *Arquivos Brasileiros de Psicotécnica* e *Revista Psicologia Normal e Patológica*. The second stage of the research consisted of a case study about the Psychology licentiate course in the Federal University of Minas Gerais (UFMG) during the 1960s, and had as methodological procedures the analysis of documents located in the Academic Archive Sector of Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, as well as interviews with students from the same course during the 1960s. As a result of the research, we identified, based on the analysis of data from the dossier on PL n°3825/62, that the first projects that dealt with the formation and regulation of the profession of psychologist in Brazil were forwarded by professional associations that had been practicing psychology since 1953, and that in most of these projects there was no proposal of setting the licentiate as a psychology teachers' formation course, enabling the performance in secondary education. Thus, the licentiate course as a training modality for psychologists with a curricular proposal consistent with the legislation then in force for Brazilian teachers training appeared only in 1961, and was maintained in the project that became the law 4119, approved in 1962. From the case study on the licentiate degree in UFMG's Psychology course during the 1960s, it was possible to identify a succession of misconceptions related to this modality, which led us to believe that the training was part of the course for legal reasons that concerned only the Faculdades de Filosofia, locus of installation of the course in that university. In addition, we verified that the contributions of the licentiate to the professional life of the graduates of the 1960s were restricted to methodological aspects learned in the disciplines of the modality.

Keywords: Psychology licentiate in Brazil, Psychology formation, history of Psychology.

RESUMEN

Esta tesis de cuño historiográfico tuvo como objetivo analizar la inserción de la modalidad licenciatura en Psicología en la reglamentación de la formación y de la profesión en 1962. A partir de los referenciales metodológicos de la Historia de la Psicología, la investigación fue dividida en dos etapas: en la primera, además de realizarnos una revisión de literatura para identificar las propuestas de cursos para formar psicólogas/os en Brasil antes de la reglamentación de la profesión, utilizamos como procedimiento metodológico el análisis documental de fuentes primarias ubicadas en el sitio de la Cámara Federal de los Diputados, a saber: el dossier del PL 3825/58 , que trata del proceso de regulación de la formación y de la profesión, así como artículos y noticias publicadas en las revistas Boletín de Psicología, Archivos Brasileños de Psicotécnica y Revista Psicología Normal y Patológica. La segunda etapa de la investigación se constituyó de un estudio de caso sobre la licenciatura en el curso de Psicología de la Universidad Federal de Minas Gerais (UFMG) durante la década de 1960, y tuvo como procedimientos metodológicos el análisis de documentos localizados en el Sector de Archivo Académico. En el marco de la investigación, identificamos, a partir del análisis de los datos del expediente sobre la PL n°3825 / 62, de la Facultad de Filosofía y Ciencias Humanas (FAFICH) de la universidad, y también entrevistas con ingresantes en el mismo curso durante la década de 1960. Como resultado de la investigación, que los primeros anteproyectos que trataban de la formación y de la regulación de la profesión de psicóloga/o en Brasil fueron encaminados por asociaciones de profesionales que ya actuaban aplicando la Psicología desde 1953, y que en la mayoría de esos proyectos no había la propuesta de la licenciatura para la formación de profesores de Psicología para la actuación en la enseñanza secundaria. Siendo así, la licenciatura como modalidad de formación para las/os psicólogas/os con una propuesta curricular coherente con la legislación entonces vigente para la formación de profesores brasileños apareció apenas en 1961, y fue mantenida en el proyecto que se convirtió en la ley 4119, aprobada en 1962. A partir del estudio de caso sobre la licenciatura en el curso de Psicología de la UFMG durante la década de 1960, fue posible identificar una sucesión de equívocos relativos a esa modalidad, lo que nos llevó a creer que la formación sólo formaba parte del curso por cuestiones legales propias a las Facultades de Filosofía, locus de instalación del curso en esa universidad. Además, verificamos que las contribuciones de la licenciatura para la vida profesional de los egresados de la década de 1960 se restringieron a aspectos metodológicos aprendidos en las disciplinas de la modalidad.

Palabras clave: licenciatura en Psicología, formación en Psicología, historia de la Psicología.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Cursos de formação de profissionais de Psicologia antes da Lei nº4119/62	43
Quadro 2 – Relação de procedimentos, projetos e documentos do dossiê da PL nº3825/58	51
Quadro 3 - Disposição curricular do Projeto nº3825/58.....	63
Quadro 4 – Estrutura curricular do Substitutivo das Associações Paulistas	68
Quadro 5 – Estrutura Curricular do Substitutivo Lauro Cruz	79
Quadro 6 - Currículo Pleno do curso de Psicologia (1963-1967)	93
Quadro 7 - Estrutura curricular necessária para obtenção do diploma de licenciatura em Psicologia na UFMG para os alunos ingressantes durante a década de 1960	100
Quadro 8 - Os sujeitos de pesquisa.....	106

LISTA DE SIGLAS

ABPT – Associação Brasileira de Psicotécnica
ABEP – Associação Brasileira de Ensino de Psicologia
CCN – Catálogo Coletivo Nacional
CDPHA – Centro de Documentação e Pesquisa Helena Antipoff
CFP – Conselho Federal de Psicologia
CLT – Consolidação das Leis do Trabalho
CM – Currículo Mínimo
CNE/CES – Conselho Nacional de Educação/ Câmara do Ensino Superior
CNE/CP – Conselho Nacional de Educação/ Conselho Pleno
COEP – Comitê de Ética e Pesquisa
COMUT – Comutação Técnica (Programa de Comutação Bibliográfica)
CTA – Conselho Técnico Administrativo
DOT – Departamento de Orientação e treinamento
DCNs- Diretrizes Curriculares Nacionais
FAFICH- Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
FFCL – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras
FFMG - Faculdade de Filosofia de Minas Gerais
FNF – Faculdade Nacional de Filosofia
IEMG – Instituto de Educação de Minas Gerais
ISOP - Instituto de seleção de orientação profissional
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
PL – Projeto de Lei
PUCRJ- Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
PUCRS – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
PUCSP- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
SENAC – Serviço Nacional do Comércio
SMP – Sociedade mineira de Psicologia
SOSP - Serviço de orientação e seleção profissional
TCLE – Termo de Consentimento e Livre Esclarecido
UCMG – Universidade Católica de Minas Gerais
UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais
UMG – Universidade de Minas Gerais
USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
Objetivos	17
Objetivo Geral	17
Objetivos específicos.....	17
CAPÍTULO 1 – REVISANDO A LITERATURA	20
1.1 As licenciaturas no Brasil: década de 1930 a década de 1960	20
1.2 A regulamentação da formação de psicólogos no Brasil	30
CAPÍTULO 2 - MÉTODOS	34
2.1 Procedimentos metodológicos	34
2.1.1 <i>Primeira etapa da pesquisa</i>	35
2.1.1.1 <i>Pesquisa em fontes secundárias</i>	35
2.1.1.2 <i>Análise documental</i>	35
2.1.2 Segunda etapa da pesquisa: Estudo de Caso	38
2.1.2.1 <i>Análise documental</i>	38
2.1.2.2 <i>Entrevistas</i>	40
2.1.2.2.1 A seleção dos entrevistados	40
2.1.2.2.2 <i>Entrevistas semi-estruturadas</i>	41
CAPÍTULO 3 – A LICENCIATURA EM PSICOLOGIA NO BRASIL: PROCESSOS QUE ANTECEDERAM A REGULAMENTAÇÃO	43
3.1 A formação de psicólogos no Brasil: de 1930 a 1960.	43
3.2 A licenciatura em Psicologia no dossiê da PL nº3825/58	50
3.2.2 <i>Anteprojeto encaminhado a partir do 1º Congresso Brasileiro de Psicologia</i>	55
3.2.3 <i>Anteprojeto derivado das resoluções do 1º Simpósio das Faculdades de Filosofia do Brasil</i>	56
3.2.5 <i>Exposição de Motivos nº 112</i>	62
3.2.6 <i>O Projeto nº 3825/58 de 1958</i>	63
3.2.7 <i>O Substitutivo das Associações Paulistas</i>	67
3.2.8 <i>O posicionamento dos estudantes do Instituto de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)</i>	71
3.2.9 <i>Substitutivo Adauto Cardoso</i>	72
3.2.10 <i>As reivindicações do ISOP</i>	74
3.2.11 <i>O Substitutivo Lauro Cruz</i>	76
CAPÍTULO 4 – A PSICOLOGIA E A LICENCIATURA EM PSICOLOGIA NA FACULDADE DE FILOSOFIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS	85
4.1 A Psicologia na UMG: Contexto e apresentação	85

4.2 O curso de Psicologia da Faculdade de Filosofia da UMG	92
4.2.1 Primeira estrutura curricular	93
4.2.2 A licenciatura em Psicologia na UFMG na primeira estrutura curricular.....	96
4.2.3 A licenciatura nas demais estruturas curriculares da década de 1960.....	99
4.3 O significado da licenciatura na vida profissional dos egressos do curso de Psicologia da UFMG	105
4.3.1 A escolha pelo curso de Psicologia.....	106
4.3.2 Fazendo o curso de Psicologia na UFMG	111
4.3.3 A licenciatura em Psicologia na UFMG e suas contribuições para a formação dos egressos.....	117
4.4 Algumas considerações sobre a licenciatura no curso de Psicologia da UFMG, durante a década de 1960	123
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	126
REFERÊNCIAS	133
APÊNDICES	142
APÊNDICE 1 – Roteiro da Entrevista Semi-estruturada	142
APÊNDICE 2 – Termo de consentimento e livre esclarecido.....	143
ANEXOS	145
ANEXO 1 – Capa do dossiê da PL n°3825 de 1958.....	145
ANEXO 2 - Programa da Disciplina Especial de Psicologia – 1967.....	146
ANEXO 2 – Bibliografia da disciplina de Didática Especial de Psicologia -1967.....	147
ANEXO 3 – Programa da disciplina Didática Especial de Psicologia – 1970.....	148

INTRODUÇÃO

A Lei nº 4119 regulamentou a formação e profissão de psicólogos¹ no Brasil em 1962, e nela a licenciatura já estava presente como modalidade de formação para os psicólogos. A tese que desenvolvemos é a de que a licenciatura em Psicologia só foi inserida como modalidade de formação nesta legislação porque os cursos de Psicologia no país foram instalados em Faculdades de Filosofia.

Em legislação educacional de 1939, que criou as Faculdades de Filosofia brasileiras, ficou estabelecido que os cursos nelas abrigados formassem professores para a docência no ensino secundário² em formação denominada licenciatura. Assim, quando os cursos de Psicologia são instalados nessas faculdades brasileiras em 1962, a formação seguiu o que estava previsto para os demais cursos das Faculdades de Filosofia no país: cursos de bacharelado e de licenciatura em quatro anos de formação. Acrescido a estes, a Lei nº 4119/62 estabeleceu para os cursos de Psicologia mais um ano de formação obrigatória, denominada de “Psicólogo”.

A nossa reflexão sobre o tema da licenciatura na regulamentação da formação nasce de inquietações derivadas de constantes discussões acerca da permanência ou não da licenciatura como modalidade obrigatória de formação de profissionais de Psicologia, que de tempos em tempos são tema de debates entre os profissionais da área, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) e a Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (ABEP), consequentemente influenciando a obrigatoriedade ou não da oferta da licenciatura nas faculdades de Psicologia em todo o país.

¹ Compreendemos que as discussões relativas às questões de gênero são importantíssimas, inclusive na língua portuguesa, mas as mesmas são posteriores ao recorte temporal da pesquisa, portanto para não incorrerem em anacronismo utilizaremos neste trabalho a mesma grafia “psicólogos” encontrada nos documentos analisados para a pesquisa (forma que representa homens e mulheres na Língua Portuguesa). Além disso, a utilização seguida de marcações duplicadas de gênero do tipo “psicóloga/psicólogo” compromete a economia de operações de processamento de informação e sobrecarga gráfica.

² Nível de ensino entre o ensino primário e o ensino superior. Conforme Romanelli (2006) e Dallabrida (2009), o ensino secundário até a década de 1930 não era seriado, era composto basicamente de cursos preparatórios, propedêuticos ou em modelos de exames parcelados para o ingresso ao ensino superior, não seriados e sem muita obrigatoriedade de frequência dos alunos. A partir da Reforma Francisco Campos organiza-se o ensino seriado com a duração de sete anos e dois ciclos, o ciclo fundamental de 5 anos, com conhecimentos mais gerais e o ciclo complementar de 2 anos, com conhecimentos mais específicos e preparatórios para as áreas do direito, da medicina, farmácia, odontologia e para a área da engenharia e arquitetura. Além do mais havia um exame admissional, frequência mínima obrigatória e avaliações periódicas dos alunos. A LDB de 1961 dividiu a educação escolar em três graus: Educação de grau primário; educação de grau médio; educação de grau superior. O ensino primário possuiria 4 séries anuais e o ensino médio seria ministrado em dois ciclos, o ginásial e o colegial, e abrangeria os cursos secundários, técnicos e de formação de professores para o ensino primário e pré-primário. Além disso, o ensino de 2º grau, correspondia ao ginásio (4 anos) e o colégio (3 anos no mínimo) (Brasil, 1961).

Os impasses relacionados à permanência da licenciatura nos currículos dos cursos geralmente acontecem à medida que novas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) são discutidas para os cursos de Psicologia no Brasil. As DCNs foram estabelecidas pelo governo federal para todos os cursos brasileiros de graduação a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9394/96, orientando a formação por competências e habilidades profissionais. Essas diretrizes substituíram o formato anterior de formação propostos pela LDB de 1961, denominado Currículo Mínimo (CM) que determinava um conjunto mínimo de disciplinas indispensáveis à formação nas diversas graduações brasileiras a partir de 1962.

Atualmente, a Resolução CNE/CES nº 5 (2011) é a responsável pelas diretrizes curriculares para os cursos de Psicologia. Nesta resolução ficou estabelecido que a formação do licenciado em Psicologia fosse ofertada em um projeto pedagógico complementar, diferenciado e em conformidade com a legislação que regulamenta a formação de professores no Brasil. Entretanto, uma das discussões e impasses com relação à oferta dessa formação é que desde 2015 a Resolução CNE/CP nº 2 (2015) do Ministério da Educação estabeleceu a ampliação da carga horária para a formação inicial e continuada nas licenciaturas brasileiras para no mínimo 3200 horas, com duração de 8 semestres ou 4 anos.

Isto significa que as faculdades que se propusessem a ofertar licenciaturas deveriam se adaptar a essa resolução, sendo que no caso dos cursos de Psicologia, já com 5 anos de duração, a oferta da licenciatura se tornou quase inviável, uma vez que as instituições de ensino superior precisariam disponibilizar um curso com disciplinas, docentes e carga horária diferentes das estabelecidas para a graduação na mesma área, estendendo mais ainda a formação. Na prática, o que ocorre também é que raramente há interesse das instituições em ofertarem a modalidade. A pesquisa de Izidoro, Jorcuvich e Costa (2015) revela que são pouquíssimos os cursos de Psicologia que oferecem a licenciatura no Brasil, e que, além disso, há uma significativa discrepância entre a carga horária distribuída para a formação do psicólogo e para a licenciatura em Psicologia.

Entendendo que os fatos ocorrem como parte de um sistema dinâmico que os determinam e que a compreensão do passado torna-se indispensável para entendermos as indagações do presente, nossas inquietações foram direcionadas para o processo histórico que inseriu a licenciatura como modalidade de formação em Psicologia no Brasil. Para nós, era fundamental entendermos como a licenciatura foi incluída como modalidade de formação para os psicólogos na regulamentação da formação, retomando as discussões sobre o significado e os sentidos próprios das licenciaturas no país no período.

Não diferente de outros processos, acreditávamos que muito provavelmente esses sentidos e significados deveriam ser diferentes dos atuais, já que eram dados por outro contexto econômico e sociopolítico, e compreendê-los poderia nos dar pistas sobre os impasses atuais encontrados nas discussões sobre a permanência da licenciatura como modalidade de formação para os psicólogos brasileiros.

Nesse sentido, repensarmos a formação e a compreensão histórica da inserção da licenciatura na lei que a regulamentou poderia nos auxiliar na busca por possíveis respostas às contradições ocorridas ao longo dos anos sobre a mesma, além de poder contribuir para nossas reflexões sobre as concepções educacionais e legais que ocasionaram tal inserção.

Frente a essas considerações, nossos questionamentos eram: Porque a modalidade licenciatura havia sido inserida na regulamentação da formação e profissão de psicólogos no Brasil? Que sentido fazia essa modalidade de formação para os profissionais da época? Que contribuições essa formação oferecia aos egressos dos primeiros cursos de Psicologia do país? Frente a estas questões, apresentamos os objetivos dessa tese:

Objetivos

Objetivo Geral

- Analisar a inserção da licenciatura em Psicologia na regulamentação da formação e da profissão em 1962, a partir do estudo da legislação e do caso do curso de Psicologia da UFMG.

Objetivos específicos

- Contextualizar a história da licenciatura em Psicologia no Brasil da década de 1930 a década de 1960.
- Compreender como se deu a implantação da licenciatura em Psicologia na UFMG.
- Descrever o significado da licenciatura para os ingressantes no curso de Psicologia da UFMG durante a década de 1960.

A partir desses objetivos e dos referenciais teóricos da História da Psicologia, essa pesquisa de cunho historiográfico focalizou a inserção da licenciatura na regulamentação da formação e profissão de psicólogos no Brasil em 1962. A pesquisa baseada em análise documental e em entrevistas foi dividida em duas etapas: uma etapa de análise dos cursos que

propunham formar psicólogos antes da regulamentação da formação pela Lei nº 4119 de 1962, a análise de documentos relativos ao dossiê inédito (Anexo 1) do Projeto de Lei (PL) nº3825 de 1958, localizado no *site* da Câmara dos Deputados e a segunda etapa de estudo de caso sobre a licenciatura em Psicologia no curso de Psicologia da UFMG durante a década de 1960.

Para esta tese utilizamos os conceitos de licenciatura e licença elucidados por Cury, Maranhão, Teixeira e Weber (2001) sendo o termo licenciatura utilizado para designar uma licença no sentido de permissão ou autorização concedida por

“uma autoridade pública competente para o exercício de uma atividade profissional, em conformidade com a legislação. A rigor, no âmbito do ensino público, esta licença só se completa após o resultado bem sucedido do estágio probatório exigido por lei. O diploma de licenciado pelo ensino superior é o documento oficial que atesta a concessão de uma licença. No caso em questão, trata-se de um título acadêmico obtido em curso superior que faculta ao seu portador o exercício do magistério na educação básica dos sistemas de ensino, respeitadas as formas de ingresso, o regime jurídico do serviço público ou a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). (p. 2)

Estes conceitos dados pelos autores para a atualidade não diferem do uso da terminologia no período temporal desta tese, ou seja, o termo licença tinha também o sentido de concessão, autorização para o exercício de determinada função. A licenciatura também era, naquele período, uma formação feita nas Faculdades de Filosofia do país em nível superior e que concedia ao egresso licenciado a autorização para o exercício da docência no ensino secundário. O que vai se diferenciar ao longo do tempo é como essa formação irá ocorrer.

Para essa tese, após a introdução apresentamos no capítulo 1 uma revisão de literatura sobre o contexto político e as legislações educacionais brasileiras que trataram das licenciaturas no Brasil durante o período da década de 1930 a década de 1960, recorte temporal da pesquisa, além de traçarmos também um panorama sobre as demandas e a organização de profissionais que já atuavam com a Psicologia no país, e que contribuíram para a regulamentação da formação e da profissão no Brasil.

Os detalhes do percurso de procedimentos metodológicos da tese estão dispostos no capítulo 2, intitulado “Métodos”. Neste capítulo tratamos dos aportes teóricos da pesquisa e apresentamos o detalhamento dos procedimentos metodológicos utilizados para cada uma das duas etapas. Além disso, ressaltamos também a submissão da pesquisa ao Comitê de Ética em Pesquisa da UFMG e que os participantes leram e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

O capítulo 3, intitulado “A licenciatura em Psicologia no Brasil: processos que antecederam a regulamentação” foi dividido em dois tópicos principais: o primeiro tópico trata dos cursos de Psicologia ofertados no país antes da regulamentação da profissão a partir de dados coletados em fontes secundárias, e o segundo tópico apresenta uma análise da licenciatura em Psicologia nos documentos que compuseram o dossiê do PL nº3825/58.

No capítulo 4 trazemos os resultados da pesquisa relacionados à licenciatura no curso de Psicologia da Faculdade de Filosofia da UFMG durante a década de 1960. Iniciamos o capítulo com uma breve contextualização sobre o curso de Psicologia desta faculdade, e em seguida traçamos seu funcionamento curricular durante a década de 1960, evidenciando a licenciatura nessas estruturas curriculares, dados coletados a partir da análise de documentos. Posteriormente e no mesmo capítulo, traçamos os resultados e a análise das entrevistas dos egressos do mesmo curso, ingressantes na década de 1960, apresentando o significado da licenciatura na vida profissional dos mesmos.

Nas considerações finais da tese sintetizamos alguns pontos discutidos ao longo do trabalho, relacionando-os às perguntas centrais do mesmo. Esperamos que ao final da tese tenhamos contribuído para o entendimento do leitor sobre como se deu a inserção da licenciatura como modalidade de formação na regulamentação da formação e profissão dos psicólogos no Brasil, bem como suas contribuições para os primeiros egressos do curso de Psicologia da UFMG. O intuito foi contribuir com novos estudos historiográficos sobre a licenciatura em Psicologia no país, estimulando novos direcionamentos para o entendimento sobre os impasses causados pela permanência ou não dessa modalidade na formação dos psicólogos brasileiros e conseqüentemente contribuir com a História da Psicologia no Brasil.

CAPÍTULO 1 – REVISANDO A LITERATURA

Para entendermos como a licenciatura foi inserida na regulamentação da formação e profissão de psicólogos em 1962 no Brasil, optamos por retomarmos a política e a legislação educacional oriundas do final da década de 1920 e início de 1930. Tal escolha se deve ao fato de que, neste período, as várias reformas educacionais ocorridas no país possibilitaram visionar uma educação pautada nas concepções da Escola Nova³, em que a formação de professores era peça fundamental no desejo político de preparação do país para o desenvolvimento.

1.1 As licenciaturas no Brasil: década de 1930 a década de 1960

O Brasil político e econômico de fins da década de 1920 e início de 1930 era envolto em lutas ideológicas e conflitos de interesses decorrentes da expansão e diversificação social e econômica. Faltavam soluções democráticas para os conflitos gerados, principalmente pelo aparelho repressor e conservador das elites de um lado, e de outro, dos movimentos reivindicatórios da classe trabalhadora que já se apresentava mais organizada nesse período (Cano 2012).

A expansão urbana devido à industrialização e o surgimento de novos segmentos na indústria demandaram, dentre outras coisas, uma maior procura por trabalhadores mais qualificados, expansão dos bancos, consolidação do transporte ferroviário, investimento no transporte rodoviário e estradas, crescimento comercial. Por parte da classe trabalhadora aumentaram-se as exigências por serviços de saúde, alimentação, habitação, transporte, saneamento, educação e melhores condições de trabalho.

As pautas reivindicativas dos vários eventos (moções, greves, manifestos, congressos, etc) além de melhor organizadas pela classe trabalhadora, – reivindicação de direitos trabalhistas como férias, jornada de trabalho, trabalho do menor, acidente do trabalho, etc. – quase sempre eram acompanhadas de reivindicações de direitos civis, como liberdade de sindicato e de sua imprensa, voto secreto, liberdade de reunião, etc. A capacidade ‘postergatória’ do Estado e das elites era muito grande. A jornada de 8 horas já havia sido ‘conquistada’ na greve de 1907, mas só passaria a ser mais estendida a partir da greve de 1919. A legislação sobre acidentes de trabalho já havia sido sancionada em 1919, mas só em 1926 se efetivava. A

³ Movimento de renovação do ensino a partir do uso de métodos ativos e individualizados também conhecido como Escola Ativa ou Escola progressista, iniciado em fins do século XIX entre intelectuais e educadores franceses, que tem uma força significativa em fins dos anos de 1920 no Brasil, que propunha dentre outras coisas uma educação laica, pública e de qualidade para todos.

lei de férias e o Código de Menores eram sancionados em 1926, mas também continuariam como 'letras mortas' (Cano, 2012, p. 905).

Para complementar, a crise econômica mundial dos últimos anos de 1920 impossibilitava que o Brasil conseguisse financiamentos externos para as grandes dívidas derivadas da economia e superprodução cafeeira. Juntando-se a esses fatores, a alta dos preços, a luta pelo voto do analfabeto, das mulheres, o limite de idade de 21 anos para votar e os truques eleitoreiros, como por exemplo, o peso maior do voto rural que indiretamente dava maior poder as oligarquias ruralistas engrossou o movimento reivindicatório e revolucionário popular que denunciava as péssimas condições sociais do povo brasileiro (Cano, 2012).

Até a década de 1920, não havia no Brasil um sistema educacional público estruturado e organizado. A educação era destinada a formar a elite do país, e somente com as exigências da industrialização houve interesse em se escolarizar a classe popular, necessária ao chão das fábricas. Era preciso que a escola se adaptasse a esse novo público e as exigências da industrialização.

Nesse período, Campos (1980) aponta que

a vida na cidade e o próprio trabalho na manufatura, na indústria ou no setor terciário próprio do meio urbano apresentam uma complexidade maior que aquela do meio rural, complexidade que resulta da necessidade de manipular um número grande de valores simbólicos cujo aprendizado é feito predominantemente no meio escolar. (p. 10)

A partir desse novo público escolar e da ideologia predominantemente burguesa, era necessário que a escola se reformulasse em relação à organização pedagógica, didática e metodológica.

Para dar conta do primeiro grupo de questões – aquelas referentes à justificação e legitimação da separação dos indivíduos operada pela instituição escolar – a Pedagogia incorpora os conceitos da corrente ideológica do liberalismo, estruturada sobre os pressupostos da democracia: oportunidades iguais para todos, aproveitamento de cada um conforme as aptidões com as quais foi dotado pela natureza. Esta formação ideológica trabalha no sentido de, ao mesmo tempo, mascarar o fato de que as diferenças individuais engendradas pela estrutura do ensino reproduzem a divisão social do trabalho e justificar estas diferenças atribuindo à natureza a responsabilidade pelo fracasso de uns e o sucesso de outros... (Campos, 1980, pp. 13-14)

Ao discurso de reformulação, somava-se o papel da família que a escola vai assumindo, e por vezes também o papel da igreja, que lutava também pelos seus direitos na educação. Neste sentido, reformar a formação de professores de todos os graus era a tônica dos governos. O movimento de renovação educacional, conhecido como Escola Nova, conseguiu vários adeptos no Brasil nos anos de 1920 e, a partir desse movimento, reformas

educacionais foram propostas em alguns Estados. No propósito das mesmas a formação de professores teve lugar de destaque. Desejava-se que o professor conhecesse bem o aluno e, para isso, os conhecimentos científicos relativos ao desenvolvimento da criança foram ampliados na formação dos professores.

A própria profissionalização docente foi impulsionada pelas Reformas Educacionais da década de 1920 no Brasil. Além disso, a Revolução de 1930 foi um marco na evolução pedagógica brasileira, principalmente devido ao movimento de reconstrução social a partir do modelo de educação defendida pelos pioneiros da Escola Nova, que idealizavam uma educação pública, laica, obrigatória, gratuita e com a criação de mais universidades no país (Brzezinski, 1996).

De acordo com Vaz (2017), a posição dos escola-novistas era de igualdade para os iguais, mas não de inclusão. Também defendiam que

a posição social do indivíduo estava muito ligada à destinação ao trabalho e à formação que a escola lhe ‘ofereceria’ para a empregabilidade. A importância que o ensino profissional ganhou no Manifesto mostra uma sociedade não mais alheia ao trabalhador urbano que apontava a necessidade de uma educação voltada para o trabalho. (p.112)

Com a tomada da presidência do Brasil por Getúlio Dornelles Vargas em 1930, interessava-lhe promover saneamento físico e moral no país a partir de uma educação moralista, religiosa e com um viés da cultura militar que ganhou força dentro de sua política autoritária. Criou o Ministério da Educação e Saúde Pública em 1931, e quem assumiu como ministro foi Francisco Luis da Silva Campos, que já havia promovido reformas educacionais significativas e de cunho escolanovista em Minas Gerais. Em sua passagem rápida pelo ministério, propôs como meta principal regular e reformar o ensino brasileiro. Neste sentido, até 1932, empreendeu várias reformas no ensino secundário e universitário, além de criar o Conselho Nacional de Educação. Francisco Campos pretendia produzir uma educação em que os alunos fossem mais produtivos e autorregulados, “sintonizados com uma sociedade disciplinar e capitalista que se consolidava” (Dallabrida, 2009, p.185).

Apesar da formação de professores licenciados para a docência no ensino secundário se tornar preocupação no Brasil na década de 1920, nesse momento eram poucas as escolas de nível secundário no país, sendo assim havia poucos alunos também. Para as escolas existentes os professores atuantes eram em grande maioria autodidatas e profissionais liberais (Gatti, 2010).

Durante a década de 1930, as relações de produção exigiam qualificação profissional, e assim as exigências educacionais para o ensino secundário ficavam cada vez mais

relacionadas à profissionalização, tida como necessária para o progresso do país. Era importante, ainda, incentivar a instrução básica para o aumento do consumo da produção pela população, e isso ocasionou modificações na forma de conceber a educação e a formação de professores tanto do ensino primário quanto do ensino secundário. As propostas circulavam em torno de ampliar a oferta de escolarização e qualificação do professor (Romanelli, 2006).

Quando Vargas assumiu a presidência da República, buscou orientações para sua política educacional em dois grupos de intelectuais liberais: um representado por Fernando de Azevedo e outro representado por Anísio Teixeira. O grupo de Azevedo tinha a preocupação de formar a elite dirigente, e por isso defendia a formação de professores como articulação entre o ensino secundário e o ensino superior. O grupo de Anísio Teixeira, pautado nas concepções de John Dewey, elabora em 1932 o Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, defendendo uma escola igualitária para todos, incluindo para o ensino superior (Araújo, Vianna, 2010).

Nesse manifesto, assinado por intelectuais dos dois grupos, além da gratuidade, a laicidade, a obrigatoriedade e a escola unificada, propunha-se também a ampliação e reorganização do ensino superior,

Ao lado das faculdades profissionais existentes, reorganizadas em novas bases, impõe-se a criação simultânea ou sucessiva, em cada quadro universitário, de faculdades de ciências sociais e econômicas; de ciências matemáticas, físicas e naturais, e de Filosofia e Letras que, atendendo à variedade de tipos mentais e das necessidades sociais, deverão abrir às universidades que se criarem ou se reorganizarem, um campo cada vez mais vasto de investigações científicas. A educação superior ou universitária, a partir dos 18 anos, inteiramente gratuita como as demais, deve tender, de fato, não somente à formação profissional e técnica, no seu máximo desenvolvimento, como à formação de pesquisadores, em todos os ramos de conhecimentos humanos. Ela deve ser organizada de maneira que possa desempenhar a tríplice função que lhe cabe de elaboradora ou criadora de ciência (investigação), docente ou transmissora de conhecimentos (ciência feita) e de vulgarizadora ou popularizadora, pelas instituições de extensão universitária, das ciências e das artes. (Azevedo *et al*, 1960, p. 121)

É perceptível que a ambição do documento para o ensino superior era a expansão da investigação científica e da cultura para além das profissões liberais (Engenharia, Medicina, Direito), possibilitando a universalidade e a abolição do autodidatismo. Nesse sentido, a organização da Universidade era urgente, principalmente para a formação da elite de cientistas, pensadores, técnicos e até educadores. A inclusão dos educadores como participantes do grupo de elite refletia o interesse em que o professor seguisse como reprodutor da nova proposta educadora. A formação universitária do professor tomaria centralidade para além da função educativa,

elevando-lhes em verticalidade a cultura, e abrindo-lhes a vida sobre todos os horizontes, estabelecer, entre todos, para a realização da obra educacional, uma compreensão recíproca, uma vida sentimental comum e um vigoroso espírito comum nas aspirações e nos ideais. Se o estado cultural dos adultos é que dá as diretrizes à formação da mocidade, não se poderá estabelecer uma função e educação unitária da mocidade, sem que haja unidade cultural naqueles que estão incumbidos de transmiti-la (Azevedo *et al*, 1960, p. 123-124).

No ano anterior à publicação do manifesto, o decreto n.19.851 de 11 de abril de 1931, conhecido como Estatuto das Universidades Brasileiras, reformou o ensino superior propondo um sistema universitário baseado na reorganização da Universidade do Rio de Janeiro, que se tornaria modelo para outros institutos e universidades e criou, dentre outras, as Faculdades de Educação, Ciências e Letras para formação em nível superior de professores do ensino moral e secundário.

Assinado por Francisco Campos no Governo Provisório de Getúlio Vargas⁴, um dos objetivos do decreto foi a renovação no sistema de ensino, propondo formar o docente para elevar a cultura geral do povo. Para cumprir esse papel, a Faculdade de Educação, Ciências e Letras deveria ir além do que já existia em termos de formação: era preciso que os egressos dominassem a investigação original e a alta cultura literária e científica. A Faculdade teria as três seções (Educação, Ciências e Letras), que seriam “responsáveis pelo oferecimento dos cursos de licenciatura, que habilitariam os licenciados a lecionar as disciplinas de sua especialidade no curso normal ou secundário” (Candau, 1987, p. 11).

A Faculdade de Educação da Universidade do Rio de Janeiro deveria ser modelo para as demais no Brasil, porém a faculdade não foi implantada, segundo Romanelli (2006). De acordo com a autora,

... apesar da reorganização da Universidade do Rio de Janeiro, a primeira Universidade a ser criada e organizada, segundo as normas dos Estatutos das Universidades, foi a Universidade de São Paulo, surgida em 25 de janeiro de 1934. As demais universidades, até então, tinham-se organizado pela simples incorporação dos cursos existentes e autônomos. A Universidade de São Paulo foi criada segundo as normas do decreto e apresentava a novidade de possuir uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras que segundo Fernando Azevedo, passou a ser a medula do sistema, tendo por objetivos a formação de professores para o magistério secundário e a realização de altos estudos desinteressados e a pesquisa. (Romanelli, 2006, pp. 132-133)

⁴ Regime de governo que foi instaurado no Brasil após a República Velha e a Revolução de 1930, permanecendo pelo período de 1930 a 1934. Getúlio Vargas assume e centraliza o poder, eliminando vários órgãos legislativos, objetivando reorganizar a vida política do país. Vários tenentes foram convocados para assumir cargos de destaque na administração pública federal e estadual. Para saber mais sobre o tema, acesse o Dossiê Era Vargas elaborado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/PaisDosTenentes>. Acesso em 28 nov. 2018.

Mesmo que essa faculdade não tenha sido instalada, o desejo de habilitar professores em nível superior e através da licença surge dela. O art. 305 da mesma se reportava aos professores dos estabelecimentos de ensino secundário que já estivessem em atividades, indicando que adquirissem habilitação nas disciplinas que lecionavam relativas à Educação, às Ciências ou Letras em programas específicos das faculdades de Filosofia.

Os Institutos de Educação responsáveis pela formação de professores até então, tanto de São Paulo quanto do Rio de Janeiro, foram incorporados à Universidade de São Paulo em 1934 e à Universidade do Distrito Federal em 1935, respectivamente. Essas duas instituições passaram a ser a base para a formação de professores para o ensino secundário em todo o Brasil a partir do decreto-lei Nº 1.190, de 4 de abril de 1939, que deu organização à Faculdade Nacional de Filosofia (Romanelli, 2006; Tanuri, 2000; Saviani, 2009).

O movimento de renovação educacional, de acordo com esses autores, aparece nessa legislação, estabelecendo como uma das finalidades da faculdade, a formação de candidatos ao magistério em nível de ensino secundário e Normal. A composição da Faculdade seria de quatro seções constituídas de um curso ou mais: seção de Filosofia, com o curso do mesmo nome; seção de Ciências, com os cursos de Matemática, Física, Química, História Natural, Geografia e História e Ciências Sociais; seção de Letras, com os cursos de Letras Clássicas, Letras Neo-latinas e Letras Anglo-germânicas; seção de Pedagogia, com o curso de Pedagogia. Os cursos seriam de três anos e, ao final do mesmo, o aluno seria diplomado bacharel (Brasil, 1939).

Para além dessas seções, haveria nas Faculdades de Filosofia uma seção especial de Didática, constituída de acordo com as especificações do Art. 8º do decreto-lei nº 1.190. Com duração de um ano, o curso se constituiria das disciplinas de Didática Geral, Didática Especial, Psicologia Educacional, Administração Escolar, Fundamentos Biológicos da Educação e Fundamentos Sociológicos da Educação. Este curso seria então responsável pela formação docente para o ensino médio, segundo o disposto no Art. 49 do mesmo decreto-lei: “Ao bacharel, diplomado nos termos do artigo anterior, que concluir regularmente o curso de didática referido no art. 20 desta lei será conferido o diploma de licenciado no grupo de disciplinas que formarem o seu curso de bacharelado” (Brasil, 1939).

O formato evidenciava a tônica de que a teoria não era suficiente para formar o professor, e que os aspectos pedagógicos seriam indispensáveis para embasar e formar o candidato ao magistério. Surge daí a formação de professores conhecida como “modelo 3+1”,

acrescentando-se, aos três anos do curso de bacharel, um ano de didática que seria responsável pela “formação pedagógica para o exercício da docência”. (Souza, 2016, p.2)

Este foi o modelo adotado a partir de então para os cursos que possuíam a licenciatura e que formavam professores para as diversas matérias que compunham a grade curricular do ensino secundário, e também para o curso de Pedagogia que preparava professores para o ensino primário e para as Escolas Normais. Para Saviani (2009), o novo formato de formação adquiriu um viés mais científico, perdendo a referência dos moldes anteriores, “cujo suporte eram as escolas experimentais às quais competia fornecer uma base de pesquisa que pretendia dar caráter científico aos processos formativos.” (p. 146)

Apesar de o novo formato prever um ano a mais para os estudos pedagógicos, o autor afirma que não havia a exigência das escolas-laboratório e que isso denotava relegar uma valorização inferior ao aspecto pedagógico-didático da formação, infringindo a licenciatura conteúdos mais culturais e cognitivos, transformando o curso de Didática em apenas uma exigência para a obtenção do título.

Enfim, o regime autoritário do Estado Novo⁵, implantado a partir do golpe político que incorrera no Brasil em 1937 e que se estendeu até 1945, manteve Gustavo Capanema Filho que já estava à frente do Ministério da Educação e Saúde desde 1934. Sua política permaneceu centralizadora e nacionalista, sustentando um debate acirrado entre o grupo de intelectuais e educadores que desejavam um estado universalizante e laico (movimento da Escola Nova) e o grupo católico que desejava menos intervenção estatal no ensino, ao qual tinha uma relação mais estreita.

Durante todo o período do Estado Novo, a política educacional para o ensino secundário apresentava dois segmentos: uma vertente que conduzia diretamente ao ensino superior, o ensino propedêutico, frequentado pelas camadas mais abastardas da população, e em outra os cursos profissionalizantes, que não possibilitavam aos diplomados (a maioria oriunda das camadas mais baixas da população) ingressar nas universidades. Quando muito, a candidatura era previamente fixada a cursos específicos, e com a ressalva da necessidade de cumprir exigências adicionais a formação profissionalizante (Cunha, 2000).

De acordo com Ghiraldelli Junior (1991), na Reforma Capanema,

⁵ Regime ditatorial e autoritário de governo instaurado no Brasil por Getúlio Vargas, presidente em exercício, que inicia em 1937 até 1945. Para saber mais ver o Dossiê Estado Novo, publicado pela Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/EstadoNovo>. Acesso em 28 nov. 2018

a organização de um sistema de ensino bifurcado, com um ensino secundário público destinado às elites condutoras e um ensino profissionalizante para as classes populares. Assim, se por um lado o Estado organizou as relações de trabalho através da CLT, por outro, impôs ao sistema público de ensino uma legislação que procurou separar aqueles que poderiam estudar, daqueles que deveriam estudar menos e ganhar o mercado de trabalho mais rapidamente. (Ghiraldelli Júnior, 1991, p. 84)

Nesse sentido, ao pobre cabia estudar menos e trabalhar mais e o mais rápido possível. Para complementar, o golpe que estabeleceu o Estado Novo abafou os debates educacionais e deu novo reordenamento jurídico à educação, traçando um debate ditatorial sobre a pedagogia e política educacional. Desse modo, “o debate saiu da sociedade civil e foi encampado e controlado pela sociedade política” (Ghiraldelli Junior, 1991, p. 47).

A docência no ensino secundário ainda era disputada por profissionais liberais, médicos, advogados, autodidatas e outros que se dispunha a ministrar aulas para o segmento devido à falta de professores licenciados no novo formato.

Em 1942, o Decreto-lei n. 4244⁶, lei orgânica do Ensino secundário conhecida como Reforma Capanema, estabeleceu um ensino secundário de dois ciclos: o primeiro ciclo com a duração de quatro anos, denominado de ginásial, e um segundo ciclo com duração de três anos com duas opções: o curso clássico e o científico. Com currículo bastante extenso e enciclopédico, o ensino secundário valorizava a cultura geral dos alunos da elite.

Essa legislação manteve a mesma política 3+1 de 1939 para a formação de professores no âmbito do ensino superior. Foi o Decreto-lei n. 9092, de 26 de março de 1946, que ampliou o regime didático das Faculdades de Filosofia para quatro anos de formação. Os alunos seguiriam um currículo fixo nos três primeiros anos, e no quarto ano optariam por duas ou três cadeiras dentre as disciplinas pedagógicas ofertados pela faculdade. Além disso, para obterem o diploma de licenciado, os alunos do quarto ano receberiam formação didática teórica e prática em ginásios de aplicação anexos às faculdades, e seriam obrigados a fazer um curso de Psicologia aplicada à Educação. Estes alunos receberiam o diploma de licenciado, e os que não fizessem a licenciatura receberiam o título de bacharel. Significativo dizer que desde 1943 o diploma de licenciado passou a ser exigido para a docência no ensino secundário (Decreto nº 9092, 1946).

A oferta do sistema público de ensino para a elite possibilitava um acesso direto ao curso superior subsequente ao colégio. A profissionalização por meio do ensino secundário também era possível, mas era mais comum para as moças, que frequentavam o primário,

⁶ Disponível em <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/5_Gov_Vargas/decreto-lei%204.244-1942%20reforma%20capanema-ensino%20secund%20E1rio.htm>.

depois ingressavam em Institutos de Educação e em seguida cursavam Faculdades de Filosofia⁷. Diferentemente, as classes populares, quando escapavam da evasão, iam direto do primário para os cursos profissionalizantes que davam acesso a cursos superiores da mesma área (Ghiraldelli Júnior, 1991).

Nos primeiros anos da década de 1950, a equivalência entre o ensino profissional de grau médio e o secundário para a progressão ao ensino superior foi produzida por medidas Estatais e ampliada em 1961 pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, “garantindo-a pela equivalência de todos os cursos de grau médio, assegurada pela presença nos cursos técnicos de disciplinas do secundário” (Cunha, 2000, p. 171).

Com mais oportunidades e alunos no ensino secundário, a demanda por cursos superiores também é ampliada. Neste sentido, novas faculdades foram criadas em locais onde não havia e federalizaram-se muitas faculdades privadas e estaduais. As estaduais, como era o caso da Universidade de Minas Gerais (UMG), passaram a ser custeadas e controladas pelo Ministério da Educação. Com a federalização foi possível ampliar a oferta de ensino público gratuito e o aumento dos cursos de licenciatura (Cunha, 2000).

Não podemos esquecer que grande parte dos jovens brasileiros não chegava ao ensino superior e a parcela que chegava muitas vezes era reprovada. Romanelli (2006) lembra que se havia a expansão do ensino de um lado, por pressão de toda a demanda social que ia se efetivando, por outro havia também os limites da estrutura do sistema educacional brasileiro, que não conseguia abranger toda a demanda necessária e assim não se efetivava na prática.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), promulgada em 1961, tratou, no capítulo VI, da formação de professores tanto para o ensino primário quanto para o ensino médio. Definiu que a formação de professores para o ensino médio (licenciados) deveria ser feita nas Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras e a de professores de disciplinas específicas para o ensino médio “técnico” deveria ser feita em cursos especiais de educação técnica, além do mais os professores para o ensino médio deveriam ser registrados em órgão competente, como disposto nos artigos 59 e 61.

Ficava estabelecido, ainda, que enquanto não houvesse número suficiente de professores licenciados nas Faculdades de Filosofia, o exercício do magistério deveria ser precedido de um exame de suficiência. O artigo 118 ressalta também que enquanto houvesse a insuficiência de profissionais formados nos cursos de educação técnica, profissionais liberais de cursos superiores poderiam ser aproveitados em disciplinas do ensino médio técnico (LDB,

⁷ É somente após o decreto-lei nº 8195 de 1945 que a formação das normalistas será possível em Faculdades de Filosofia.

1961). Esse formato de aproveitamento docente também era direcionado ao ensino médio, ou seja, em muitíssimas situações, os professores do ensino secundário não tinham a licenciatura prevista na legislação.

Em um panorama sobre as escolas secundárias no Brasil elaborado por Abreu (1955) nos anos iniciais de 1950, é possível observar que, desejando a vitaliciedade nas escolas secundárias públicas, os professores deveriam ser admitidos por meio de concurso de títulos e provas, porém nem sempre esse era o processo de contratação, havendo muitas exceções. Já para as escolas urbanas particulares, que eram a maioria das escolas secundárias da época, não havia exigência de concurso para contratação, e o professor deveria apenas ter registro na Diretoria do Ensino Secundário do Ministério da Educação e Cultura. O título de licenciado pelas Faculdades de Filosofia era exigência legal para obtenção do registro, entretanto era necessária a concessão de registros a título precário, pois havia a insuficiência de diplomados por essas faculdades, que representavam uma pequena parcela das necessidades do país, aproximadamente uns 20% do total de professores em exercício.

Em 1962, com base no artigo 59 da LDB de 1961, o Conselho Federal de Educação regulamentou os currículos mínimos dos cursos universitários inclusive dos cursos das Faculdades de Filosofia através do Parecer n. 262. Conforme Candau (1987), esse Parecer definiu que os cursos de licenciatura compreenderiam as matérias fixadas para o bacharelado e estudos profissionais que habilitassem o diplomado ao exercício do magistério nos estabelecimentos de ensino secundário, sendo o aluno e o método o foco desses estudos. A formação pedagógica deveria ser ofertada ao longo de cinco semestres e não mais ao final do curso. De acordo com a autora, o parecer reduziu os conteúdos obrigatórios da formação pedagógica dos licenciados e propôs estágios obrigatórios supervisionados, mas na prática os reflexos das mudanças foram limitados dadas as condições precárias de funcionamento das instituições.

No final da década de 1960 aconteceu a reforma universitária que culminou com a promulgação da Lei nº 5540 de novembro de 1968, decorrente das críticas e insatisfações relacionadas às universidades, além do processo de federalização das universidades e a intensa movimentação estudantil. O projeto propunha uma reestruturação universitária, sobretudo na organização departamental, e estabelecia a criação de Institutos Centrais. As Faculdades de Filosofia também foram desmembradas em Institutos Centrais, e assim cursos como o de Química, Física, Pedagogia, Geografia e História passaram a compor outras faculdades. As cátedras ou cadeiras que eram as menores unidades de ensino nas Faculdades

foram substituídas pelos departamentos, que compreenderiam disciplinas afins. Com a criação dos Institutos, ampliaram-se o número de vagas para egressos e foram estabelecidas matrículas por disciplina.

A formação de professores para o ensino secundário, até então vinculada às Faculdades de Filosofia, a partir da reforma de 1968 é assumida pelas Faculdades de Educação. Assim, os alunos que desejavam fazer a licenciatura faziam o bacharelado nos respectivos institutos e complementavam a licenciatura fazendo as disciplinas nas Faculdades de Educação. Candau (1987) recorda que a precariedade e o desprestígio que marcaram a formação nas Faculdades de Filosofia foram reproduzidos nas novas Faculdades de Educação, e destaca a falta de integração entre a formação específica e a formação denominada pedagógica, além de cursos excessivamente teóricos que “persistiram e até talvez se agravaram com a desarticulação da faculdade de Filosofia.” (p.20)

A desarticulação foi observada inclusive em relação aos espaços sociais e físicos das universidades, que em alguns casos dificultaram o deslocamento e a convivência dos professores e alunos dos diversos campos, minimizando mais ainda os trabalhos conjuntos. Esse fator foi muito característico nas licenciaturas, que experimentaram um aumento nos confrontos de objetivos dentro dos mesmos cursos, principalmente no que tangenciava a formação de conteúdos que compunham o bacharelado e a formação denominada pedagógica ou didático-pedagógica.

É importante pontuar que um alargamento da discussão sobre esses aspectos foi significativo ao longo dos anos de 1970, inclusive vinculado a dispositivos legais de acordo com Candau (1987), mas no momento não vamos nos ater a essa discussão, já que para esta tese nos deteremos apenas até os anos de 1960, recorte temporal da mesma.

Apresentamos até aqui esse breve estudo sobre a formação de professores para o ensino secundário brasileiro, bem como dos dispositivos legais que regularam as licenciaturas no país no período entre décadas de 1930 a 1960. A seguir apresentaremos algumas propostas de cursos para formar psicólogos no Brasil de 1930 até a regulamentação da formação e profissão em 1962.

1.2 A regulamentação da formação de psicólogos no Brasil

Nos últimos anos da década de 1940 e início da década de 1950, muitos profissionais já atuavam aplicando a Psicologia no país e em algumas instituições a Psicologia era uma prática usual. A demanda e luta dos profissionais que já atuavam na área em espaços públicos

e particulares contribuiu significativamente para os processos de organização e regulamentação da formação e da profissão de psicólogos. Segundo Bernardes (2004), as demandas por profissionais da área surgiram do desenvolvimento e industrialização brasileiros. Para Mancebo (2004), as principais bandeiras defendidas no período e que reclamavam a ajuda de profissionais especializados eram a otimização do trabalho e a eficiência do processo educacional.

Não estava ainda regulamentada a profissão de psicólogo no Brasil, e os profissionais que exerciam as funções nas áreas da Psicologia eram vinculados ao Direito, à Educação, à Filosofia e à Medicina, dentre outras áreas, e que saíam do país para buscar formação na área da Psicologia no exterior ou que se formavam a partir de estudos independentes, ou ainda, que faziam cursos ministrados por convidados estrangeiros, principalmente a partir das décadas de 1940/50. Os profissionais publicavam artigos e proferiam palestras ressaltando a profissão e as atividades dos psicólogos em outros lugares do mundo, no intuito de discutir a necessidade da regulamentação e evidenciando também os modelos de profissionalização (Silva Baptista, 2010).

No final da década de 1940 já havia órgãos públicos no Brasil que ofereciam serviços de Psicologia clínica, como o Centro de Orientação Infantil, do Departamento Nacional da Criança, vinculado ao Ministério da Educação e Saúde, serviços ligados à educação e a laboratórios de Psicologia, como o da Escola de Aperfeiçoamento de Professores de Belo Horizonte, além de outros órgãos ligados às questões do trabalho, como o Instituto de Seleção e Orientação Profissional (ISOP), dentre outros (Antunes, 2004).

Pedro Bessa, em entrevista a Leite (2005), revelou que as discussões sobre a criação de um curso de Psicologia no Brasil se intensificaram a partir de alguns profissionais que estavam a caminho do 13º Congresso Internacional de Psicologia em Estocolmo, em 1951. A comitiva organizada por Mira y López⁸ era composta de vários profissionais e professores que atuavam com a Psicologia no país, além de diversos profissionais do ISOP, como Anita de Castro Marcondes Cabral⁹ da Universidade de São Paulo, Pedro Parafita de Bessa¹⁰ da

⁸ Emilio Mira y Lopez, médico cubano e doutor em psicotécnica. Foi responsável pela criação do Instituto de Seleção e Orientação profissional no Brasil. Publicou e desenvolveu vários trabalhos e serviços na área da psicotécnica. Criador do Psicodiagnóstico Miocinético (PMK), teste bastante empregado no Brasil, por um longo período. Para saber mais acessar http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98931999000100010

⁹ Em 1947, na USP, ocupava a cátedra de Psicologia. Era ex-aluna de Lourenço Filho e discípula de Bethelheim, Em 1958, cria a Especialização em Psicologia Clínica na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP. Ver mais em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98931997000300008

¹⁰ Bacharel e licenciado em Ciências Sociais pela Faculdade de Filosofia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), e posteriormente, na década de 1940, foi professor da disciplina de Psicologia Educacional no

Universidade de Minas e Gabriel Munhoz da Rocha¹¹ da Universidade Pública do Paraná e alguns familiares.

Entre outras conversas e impasses, a ideia de criar um curso de Psicologia pautou-se em pontos específicos, segundo Bessa *apud* Leite (2005). Para alguns dos presentes, principalmente para os que já eram professores em faculdades, o curso deveria ser em nível superior, em um curso independente ou vinculado à Faculdade de Filosofia, pois acreditavam que se ligado às outras faculdades, como as de Medicina ou Direito, a Psicologia não seria independente. De acordo com o próprio Bessa, Mira y Lòpez defendia que a formação acontecesse em cursos de nível técnico, por desejar que o ISOP fosse uma instituição de formação de psicólogos (Bessa *apud* Leite, 2005).

Ao retornarem do evento, Bessa, na mesma entrevista a Leite (2005), lembrou que aproximadamente oito pessoas, dentre elas o próprio Bessa, Annita Cabral e Gabriel Munhoz, desejosos de criarem um curso de Psicologia, procuraram por Nilton Campos¹², que na oportunidade era diretor da Universidade do Brasil e presidente da Sociedade Brasileira de Psicologia no Rio de Janeiro. O grupo acreditava que a SBPR poderia liderar o movimento para a criação do curso de Psicologia, entretanto, sem muito resultado pela própria informalidade da Sociedade que não possuía sequer um estatuto, Annita e os demais criaram a Associação Brasileira de Psicólogos¹³. O pré-requisito para se filiar a esta associação era ser professor de Psicologia em escola de nível superior. Dentre outras causas, desejavam lutar pela formação em Psicologia no país e a regulamentação da profissão. (Bessa *apud* Leite, 2005)

A discussão prosseguiu e, durante o 1º Congresso Brasileiro de Psicologia, realizado em Curitiba de 1 a 7 de dezembro de 1953, nomeou-se alguns Coordenadores Estaduais, que ficaram responsáveis por discutir, elaborar e recolher sugestões para um anteprojeto de lei que visaria formar profissionais de Psicologia em uma seção ou curso nas Faculdades de Filosofia, além de regulamentar a profissão de psicólogo. Segundo Ramozzi-Chiarottino (2001), Nilton Campos, da Faculdade Nacional de Filosofia do Rio de Janeiro, foi eleito presidente da Comissão de discussão, Annita Cabral secretária-geral e os Coordenadores Estaduais foram

curso de Didática da mesma faculdade. Um dos responsáveis pela organização e criação do curso de Psicologia da Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG) e do curso de Psicologia da UFMG. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98931997000200008

¹¹ Professor de Psicologia na Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade do Paraná desde 1957. Disponível em <https://revistas.ufpr.br/letras/article/viewFile/20026/13208>

¹² Neurologista e Psiquiatra, atuou desde 1924 na Colônia de psicopatas do Engenho de Dentro. Foi professor no colégio Pedro II e na Faculdade Nacional de Filosofia desde 1944 com a cátedra de Psicologia Geral. Para conhecer mais, indicamos <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/view/8218/5973>

¹³ Os dados são confirmados por Annita Cabral em entrevista a Morais *apud* Sá (2010).

Gabriel Munhoz da Rocha (Paraná), João Mendonça (Bahia), Irmão Paulo Anísio Mosca de Carvalho (Rio Grande do Sul), Hans Lippmann (Rio de Janeiro e Distrito Federal) e Arrigo Leonardo Angelini (São Paulo).

De acordo com a autora, após o Congresso o grupo realizou um encontro em 30 de janeiro de 1954, no Rio de Janeiro, e elaborou um anteprojeto de criação dos cursos de Psicologia e regulamentação da profissão derivado das discussões do evento e que foi encaminhado ao Ministério da Educação.

Até aqui vimos que muitos profissionais e instituições estavam envolvidos com a regulamentação da formação e profissão de psicólogos no Brasil. Após esta revisão, apresentaremos os métodos utilizados para alcançarmos os resultados de análise de documentos e das entrevistas para esta tese.

CAPÍTULO 2 - MÉTODOS

Esta pesquisa de cunho historiográfico soma-se aos trabalhos produzidos no campo de pesquisa da História da Psicologia.

A história da Psicologia proporciona ao psicólogo uma competência que diz respeito ao domínio de seu campo inteiro de conhecimento e de atuação, dessa competência decorrendo a habilidade de discernir diante das demandas intelectuais e práticas com que se depara e diante dos desafios do contexto da produção científica e da intervenção social, o caminho mais oportuno dentre os tantos caminhos possíveis, proporcionados pelo campo. Ao mesmo tempo, o conhecimento da história da Psicologia torna o psicólogo capaz de autoavaliação crítica, no que diz respeito aos procedimentos metodológicos e as técnicas que emprega, e nesse sentido, sempre aberto a questionamentos e, sobretudo, a novas aprendizagens. Torna-o, portanto, agente de construção de uma Psicologia consistente no presente e em constante avanço na direção do futuro. (Massimi, 2016, p.13)

Assim é que o campo da História da Psicologia tem interesse por estudos das práticas, conceitos, conhecimentos e saberes psicológicos que se desenvolveram ao longo do tempo. No Brasil, os trabalhos historiográficos e ligados ao GT (Grupo de Trabalho) em História da Psicologia da ANPEPP (Associação Nacional de Pesquisa e pós-graduação em Psicologia), criado em 1996,

... são voltados para a Psicologia brasileira, tratando-a não como uma produção periférica ou que sistematizou acriticamente as ideias estrangeiras, mas como uma Psicologia portadora de originalidade na elaboração de teorias e de práticas forjadas no embate com as especificidades da cultura e das realidades locais nas quais se inseria. (Assis e Cirino, 2016, p.7)

Entender a história de uma área ou de um campo é de certa forma, reconstruir o conhecimento sobre os fatos, ideias ou acontecimentos que nos auxilia a “desnaturalizar às ideias que expressamos, bem como os costumes que compartilhamos com aqueles outros que nos constituem e com quem, juntos, construímos o mundo em que vivemos” (Jacó-Vilela, 1999, p.146).

Para compreendermos os fatos relacionados à inserção da licenciatura na regulamentação da formação de psicólogos no Brasil, nossa pesquisa utilizou-se de fontes primárias entendidas a partir de um sistema dinâmico e inseridas em um âmbito cultural, considerando que as diferentes culturas são arquivos de riqueza própria e variada que podem proporcionar conhecimento de aspectos específicos acerca da história local.

2.1 Procedimentos metodológicos

Para alcançarmos os objetivos da pesquisa, trabalhamos em duas etapas: na primeira etapa, além da identificação de propostas de cursos para formar psicólogos em nível superior no país antes da regulamentação da formação, utilizamos também como procedimento metodológico uma análise documental do dossiê do Projeto de Lei nº 3825 de 1958. Em uma segunda etapa, direcionada à licenciatura em Psicologia durante a década de 1960 no curso de Psicologia da UFMG, os procedimentos metodológicos utilizados foram a análise documental e entrevistas aos primeiros egressos do curso, ingressantes durante a década de 1960, e descritas a seguir.

2.1.1 Primeira etapa da pesquisa

2.1.1.1 Pesquisa em fontes secundárias

Como já mencionado acima, a primeira etapa da pesquisa foi dividida em duas partes. Na primeira parte da etapa buscamos localizar em artigos, dissertações e teses disponíveis na plataforma *Scielo* e em artigos e notícias publicadas nas revistas *Boletim de Psicologia*, *Arquivos Brasileiros de Psicotécnica* e *Revista Psicologia Normal e Patológica*, informações sobre cursos de Psicologia em nível superior ofertados no país anteriores à regulamentação da formação e profissão em 1962. Esse levantamento teve como propósito verificar se a licenciatura em Psicologia fazia parte dos mesmos. No total, localizamos 10 cursos; contudo apenas 3 desses foram efetivamente cursos em nível do ensino superior, sendo os demais cursos de especialização ou de formação. A partir dos dados coletados, elaboramos um quadro que nos orientou como referência para a análise dos dados.

Paralelamente a este procedimento produzimos uma análise documental do PL nº3825 de 1962, que culminou na regulamentação da formação e da profissão de psicólogos no país e que descrevemos a seguir.

2.1.1.2 Análise documental

Durante o segundo semestre de 2016, após a qualificação da tese, até o final do primeiro semestre de 2017, nossa pesquisa se envolveu profundamente com a legislação que culminou na regulamentação da formação e profissão de psicólogos no Brasil. Queríamos compreender como a licenciatura havia sido inserida nessa legislação. O caminho que percorremos então foi de tentarmos localizar o maior número possível de fontes primárias que contribuíssem com nossos objetivos e posteriormente analisarmos os documentos.

Nossas referências principais, no primeiro momento, foram em fontes secundárias – artigos e notícias publicadas em revistas impressas de Psicologia das décadas de 1940 e de 1950, tais como o *Boletim de Psicologia*¹⁴, a *Revista de Psicologia Normal e Patológica*¹⁵ e a revista *Arquivos Brasileiros de Psicotécnica*¹⁶, dentre outras. A partir desses periódicos e também de livros, teses do campo da História da Psicologia e artigos disponíveis na plataforma *Scielo* relacionados à regulamentação da formação e profissão de psicólogo, conseguimos dar os primeiros direcionamentos para nossa pesquisa.

Os exemplares dos periódicos consultados – *Boletim de Psicologia* e *Revista de Psicologia Normal e Patológica* – foram localizados na Biblioteca da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), no entanto, as coleções não se encontram completas. Neste momento, por meio do Programa de Comutação Bibliográfica (COMUT)¹⁷, a bibliotecária desta faculdade localizou em outras bibliotecas brasileiras que possuem o acervo automatizado, os artigos que necessitávamos e que estavam disponíveis no Catálogo Coletivo Nacional de Publicações Seriadas (CCN). Por meio desse sistema foi possível localizarmos e recebermos em formato digital o material solicitado.

Contudo, mesmo que tivéssemos dados significativos para uma análise documental, ainda faltava localizarmos fontes que nos possibilitassem uma compreensão global sobre a regulamentação da formação. Cellard (2016) nos lembra que, para a constituição de um “*corpus* satisfatório”, é preciso esgotar todas as pistas que possam nos fornecer informações significativas (p.298). Era preciso entender todo o processo que culminou na Lei nº4119/62 para posteriormente analisarmos os documentos e solucionarmos nossas dúvidas em relação à licenciatura nas legislações localizadas.

Paralelamente a este trabalho, fizemos pesquisas em livros e artigos também disponíveis na Plataforma *Scielo* sobre as licenciaturas no Brasil durante o período de 1930 a 1960 e, a partir dessas pesquisas, localizamos no *site* da Câmara dos Deputados as legislações educacionais brasileiras relativas à formação de professores licenciados no país nesse período.

¹⁴ Publicação desde 1949 pela Sociedade de Psicologia de São Paulo, atual Associação de Psicologia de São Paulo

¹⁵ Publicação do Instituto de Psicologia da PUC-SP entre 1955 e 1973.

¹⁶ Publicação da Associação Brasileira de Psicotécnica entre 1949 e 1968 e está disponível digitalmente no link <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/abpt/index>

¹⁷ O COMUT facilita o acesso à informação necessária ao desenvolvimento tecnológico e científico, porém é preciso que as publicações estejam disponíveis em bibliotecas brasileiras que possuam acervo automatizado e em sistema cooperativo sob a coordenação do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). Para mais informações, sugerimos consulta a <http://www.ibict.br/informacao-para-ciencia-tecnologia-e-inovacao%20/programa-de-comutacao-bibliografica-%28comut%29/apresentacao>

Durante o primeiro semestre de 2017, localizamos no *site* da Câmara dos Deputados um dossiê¹⁸ denominado PL 3825 de 1958, projeto de lei que foi transformado na Lei nº 4119 de 1962. O dossiê inédito passou a ser nossa principal fonte de dados, já que continha todos os trâmites da referida lei. Esse material é composto por 211 páginas, contendo: seis anteprojetos de lei acompanhados de pareceres dos relatores das Comissões de Constituição e Justiça e de Educação e Cultura, Exposição de Motivos nº112/58, um substitutivo e uma justificativa encaminhados pela Associação Brasileira de Psicólogos e pela Sociedade de Psicologia de São Paulo, uma carta e memorial dos alunos do Instituto de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, um ofício de reivindicação do Instituto de Seleção e Orientação Profissional (ISOP), além de emendas, relatórios, ofícios e despachos do Senado, da Câmara dos Deputados, vetos do Presidente da República, dentre outros.

A partir da leitura do dossiê, identificamos que a organização dos documentos não nos possibilitava compreendê-los de forma sequencial, mesmo que em alguns dos documentos constassem as datas de produção dos mesmos. A partir de então fomos entrecruzando os dados do dossiê com as fontes secundárias veiculadas nos periódicos: *Boletim de Psicologia*, *Arquivos da Associação Brasileira de Psicotécnica*, *Revista de Psicologia Normal e Patológica*.

Após organizarmos temporalmente os documentos sobre o processo da regulamentação da formação e profissão de psicólogos no Brasil, passamos à análise dos mesmos. A análise de documentos, de acordo com Cellard (2016) é um método de coleta de dados que permite eliminarmos “ao menos em parte, a eventualidade de qualquer influência – a ser exercida pela presença ou intervenção do pesquisador – do conjunto das interações, acontecimentos ou comportamentos pesquisados, anulando a possibilidade de reação do sujeito à operação de medida” (p.295).

Uma análise preliminar dos documentos para um exame crítico dos mesmos foi o primeiro passo das análises documentais. Esse processo é fundamental segundo Cellard (2016), e é composto por etapas que o próprio autor sugere: identificação dos autores dos documentos, a autenticidade e confiabilidade do texto, natureza do texto, conceitos-chave e lógica interna do texto.

¹⁸ Disponível em

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=60F7FCE4D85EB98683CB32E57BD9CA70.proposicoesWebExterno2?codteor=1210775&filename=Dossie+-PL+3825/1958

O material foi organizado em ordem cronológica e esses dados foram individualizados em registros nos próprios documentos impressos. Durante esse processo fomos destacando nos documentos termos que nos remetiam à licenciatura, tais como formação de professores, magistério, educação, educacional e licença, para que assim pudéssemos nos ater e analisar a proposta de formar docentes licenciados em cada um dos projetos e documentos. Após a análise e a compreensão global de todo o processo, passamos à escrita da primeira etapa da tese.

2.1.2 Segunda etapa da pesquisa: Estudo de Caso

A partir dos resultados da análise dos documentos sobre a regulamentação da formação e profissão, nos interessava conhecer também como a inserção da licenciatura se deu na prática. Neste sentido elaboramos um estudo de caso sobre a inserção da licenciatura no curso de Psicologia da UFMG e suas contribuições para os egressos desse curso, ex-estudantes da década de 1960.

Yin (2001) esclarece que o estudo de caso é uma estratégia de pesquisa bastante abrangente, compreendendo um método que abrange a “lógica de planejamento incorporando abordagens específicas à coleta de dados e análise de dados” (p. 33), podendo ser composto de estudos de casos únicos ou múltiplos, contemporâneos ou históricos e possibilitando “lidar com uma ampla variedade de evidências – documentos, artefatos, entrevistas e observações” (p.27).

2.1.2.1 Análise documental

Por se tratar de estudo de caso histórico, trabalhamos com a concepção de arquivos como sendo “lugares onde se guardam e conservam documentos escritos, que constituem fontes primárias para a escrita da história” (Campos e Lourenço, 2016, p.91). Como na pesquisa dessas autoras, os arquivos que consultamos são locais relevantes de preservação de documentos para a história da Psicologia, que estão disponíveis para pesquisas historiográficas.

Para esta etapa de nossa pesquisa, localizamos os documentos sobre a história do curso de Psicologia da UFMG nos arquivos da atual Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG - Setor de Arquivo Acadêmico da Graduação, localizado no prédio da mesma faculdade no campus Pampulha. O setor abriga documentos de alunos e ex-alunos e grande parte da documentação dessa faculdade e de seus cursos desde 1939. É significativo dizer que

o processo de organização desse arquivo é bem recente e contou até bem pouco tempo atrás, com apenas uma funcionária¹⁹ no setor. Apesar da dedicação da mesma e de novas contratações na atualidade, a desorganização dos documentos ainda é significativa, e, por isso, o tempo despendido nas tentativas de localização das fontes foi considerável, tendo sido feitas durante os anos de 2016, 2017 e início de 2018.

O enfrentamento dos desafios próprios das condições de armazenamento dos documentos nos remete as palavras de Massimi (1990) de que “o documento põe limites ao esforço de investigação, porque nem sempre as questões que interessam ao pesquisador são bem documentadas, nem sempre os documentos conservados são os que se desejaria” (p.76).

Foi a partir das limitações dos documentos que fizemos também algumas buscas específicas nos acervos do Centro de Documentação e Pesquisa Helena Antipoff (CDPHA), localizado no 4º andar da Biblioteca Central da UFMG, nos arquivos de Helena Antipoff e de Alaíde Lisboa que atualmente estão abrigados no mesmo centro. Os acervos são riquíssimos e possuem muitos manuscritos, folhas avulsas, fotos, muitos livros, revistas, dentre outros. Relativos à Faculdade de Filosofia localizamos, no acervo de Helena Antipoff, dois programas da disciplina de Psicologia Educacional da década de 1940 e, no acervo de Alaíde Lisboa, um programa sem data da disciplina de Didática.

No Setor de Arquivo de Alunos da Graduação da FAFICH/UFMG localizamos as pastas individuais dos alunos do curso desde a primeira turma até as atuais, separadas de forma bastante organizadas em caixas boxes, separadas anualmente e em ordem alfabética. As pastas individuais dos alunos da década de 1960 consultadas possuíam cópias dos documentos pessoais dos mesmos, histórico escolar, currículo com disciplinas cursadas desde o processo de entrada na universidade, atestados, solicitação anual ou semestral de matrícula nas respectivas disciplinas, declarações e fichas de estágios, solicitação de abono de faltas, solicitação e protocolos de diplomas, dentre outros.

Identificamos, no mesmo setor, documentos de fundação da Faculdade de Filosofia tais como o primeiro Regimento interno da FFMG (1940), livro de atas dos fundadores, livros de atas do Conselho Técnico Administrativo, livro de atas da Congregação, pastas contendo algumas ementas e programas de disciplinas e de curso, estruturas curriculares dos cursos, diários de disciplinas, um livro relatório de formaturas, livro de provimento de cátedras e livre

¹⁹ Nossos agradecimentos à Solange Angélica Rodrigues do Amaral Ribeiro, responsável pelo setor, pela colaboração e disponibilidade em colaborar com nossa pesquisa.

docência (1962), documentos administrativos diversos, dentre outros muitos documentos ainda não organizados²⁰.

Após a localização e seleção dos documentos, passamos à análise dos mesmos, tendo como referência a análise documental e seguindo as fases propostas por Cellard (2016), já citadas neste mesmo capítulo para a primeira etapa da tese.

2.1.2.2 Entrevistas

No sentido de compreender o significado da licenciatura na profissão dos egressos do curso, a segunda fase da segunda etapa dessa pesquisa foi constituída de entrevistas semi-estruturadas aos egressos do curso de Psicologia da UFMG, ingressantes durante a década de 1960. Utilizamos a história oral como método de pesquisa, que segundo Alberti (2005) “privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram de, ou testemunharam, acontecimentos, conjunturas, visões de mundo, como forma de se aproximar do objeto de estudo” (p. 18). Definimos trabalhar com entrevistas do tipo qualitativo que nos possibilitariam conhecer a interpretação dada pelos egressos sobre a realidade e a experiência dos mesmos com a formação.

Como qualquer outro documento, as gravações das entrevistas podem ser úteis para outras pesquisas e os testemunhos dos entrevistados nos fornecem visões diferentes sobre o mesmo tema, “além de suas próprias interpretações, o pesquisador se encontra, portanto, diante não de uma, mas de várias interpretações de uma mesma realidade, já que cada pessoa ou grupo é capaz de dar uma interpretação diferente sobre ela” (Poupart, 2014, p. 218).

Continua o autor dizendo que a entrevista do tipo qualitativo nos possibilita “uma via de acesso privilegiado para apreender o ponto de vista e a experiência dos atores” (Poupart 2014, p. 246).

2.1.2.2.1 A seleção dos entrevistados

Durante o processo de seleção e análise de documentos no Setor de Registro de Alunos da Graduação da FAFICH/UFMG foi-nos cedido uma listagem contendo os nomes de todos os alunos que ingressaram no curso de Psicologia da instituição durante a década de 1960, totalizando 242 alunos. Elaborada pela própria funcionária do Setor de Registro com o

²⁰ Não tivemos acesso a todos os documentos e alguns deles não foram manuseados por causa das precárias condições de armazenamento e conservação. Além disso, segundo a funcionária do setor, há muitos documentos em caixas e dentro de uma sala na Faculdade de Filosofia que não tivemos acesso.

objetivo de controle dos documentos dos alunos do curso, a listagem era composta de oito colunas, com nome dos alunos, data do ingresso no curso, nome do curso, identificação das três modalidades de formação possíveis de titulação (bacharelado, licenciatura e Psicólogo), datas de colação de grau, ano e semestre de conclusão, caixa de localização dos documentos e uma última coluna para observações sobre a situação de localização dos documentos no setor.

Na coluna que indicava as datas de colação de grau, dos 242 alunos, identificamos 42 deles com diplomas de licenciados, que foram a princípio, nossos primeiros e possíveis contatos para as entrevistas. Fizemos uma busca na internet através do *Google* e *Facebook* e localizamos 16 dos 42 egressos. Por meio de contato telefônico e ou e-mail, sete destes se prontificaram em contribuir com a pesquisa.

Após contarmos uma ex-aluna que nos informou não ter feito a licenciatura, a mesma contatou outros colegas por um grupo de *WhatsApp*, e então conseguimos mais uma ex-aluna da mesma turma que se prontificou a ser entrevistada por nós, totalizando oito entrevistas agendadas. Ao iniciar as primeiras entrevistas, conseguimos mais seis contatos de egressos por indicação dos entrevistados, porém por motivos de viagens de dois desses, conseguimos agendar apenas mais 4 entrevistas, totalizando 11 entrevistados. Importante registrar que, dos 11 entrevistados, duas não fizeram a licenciatura, nos informando disso apenas durante as entrevistas. Mesmo assim, definimos mantê-las como sujeitos da pesquisa, já que as entrevistas foram significativas para a compreensão do processo sobre a licenciatura em Psicologia na UFMG.

2.1.2.2.2 Entrevistas semi-estruturadas

A opção por entrevistas semi-estruturadas se deu por possibilitar uma conversa mais espontânea com os sujeitos de pesquisa, deixando-os mais livres para se expressar. Contudo, produzimos um roteiro que nos orientou durante as mesmas (Apêndice 1).

As entrevistas ocorreram em datas e horários pré-agendados e de comum acordo entre entrevistadora e entrevistados, nos locais solicitados pelos entrevistados, sendo duas delas nas residências dos mesmos e nove em consultórios particulares. Todas as entrevistas foram gravadas com o consentimento dos entrevistados e as gravações permanecerão sob a guarda dos pesquisadores por um período mínimo de dois anos, conforme o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Apêndice 2), assinado pelos entrevistados.

No início das entrevistas os participantes leram e assinam o TCLE, conhecendo os objetivos e propostas da pesquisa, além de informar que, em conformidade com a Resolução

196/96 do Conselho Nacional de Saúde, o projeto da pesquisa havia sido submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa (COEP) da Universidade Federal de Minas Gerais.

Concluídas as 11 entrevistas, as mesmas foram transcritas e as transcrições foram encaminhadas para o e-mail de todos os entrevistados para revisão dos mesmos, entretanto apenas duas entrevistadas devolveram-nas com pequenas alterações gramaticais e ajustes de sentido de frases. Posteriormente, as mesmas foram analisadas tendo como referência os objetivos da pesquisa e os resultados obtidos fazem parte do capítulo 3 desta tese, descrito a seguir.

CAPÍTULO 3 – A LICENCIATURA EM PSICOLOGIA NO BRASIL: PROCESSOS QUE ANTECEDERAM A REGULAMENTAÇÃO

3.1 A formação de psicólogos no Brasil: de 1930 a 1960.

Este tópico tem o intuito de apresentar as propostas de cursos para formar psicólogos no Brasil no período de 1930 até a regulamentação da formação em 1962 pela Lei nº4119. Envidamos esforços para apresentar a estrutura curricular de todos os cursos citados, mas não foi possível localizarmos a maioria deles. Os dados apresentados no Quadro 1 a seguir são de fontes secundárias, tratadas em obras de autores da área da História da Psicologia ou de artigos e noticiários dos periódicos: *Boletim de Psicologia*, *Arquivos da Associação Brasileira de Psicotécnica*, *Revista de Psicologia Normal e Patológica*.

Quadro 1 – Cursos de formação de profissionais de Psicologia antes da Lei nº4119/62

Ano	Instituição/proponente	Nível de ensino	Observações	Referências sobre licenciatura
1932	Instituto de Psicologia da Colônia de Psicopatas do Engenho de Dentro (Waclaw Radecki)	Curso de Psicologia	4 anos de formação, semestral. Fechado no mesmo ano.	Não
1948	Instituto de Seleção e Orientação profissional (ISOP) – (Emílio Mira y Lopez)	Formação de psicotécnicos	2 anos de formação	Não
1949	Proposta de Eliezer Schneider para FFCL, Universidade do Brasil (RJ)	Curso de Psicologia	Nível de ensino superior – (não entrou em funcionamento)	Sim
1953	Instituto de Psicologia da PUC/RJ	Curso de Psicologia	Nível de ensino superior (3 anos + meio de curso de adaptação)	Não
1953	Proposta de Annita Cabral para FFCL da Universidade de São Paulo (USP)	Curso de Psicologia	Nível de ensino superior	Sim
1953	FFCL Sedes Sapientiae – Universidade Católica de São Paulo - (Madre Cristina Sodré Dória)	Especialização em Psicologia clínica		Não

1953	Instituto de Psicologia da PUC/RS	Especialização em Psicologia áreas clínica, escolar e trabalho	(preparatório+ 2 anos)	
1954/1957	FFCL da Universidade de São Paulo (USP)	Especialização e posteriormente curso de Psicologia	Em 1957 passa a curso superior de 4 anos	Sim
1958	Faculdade de Filosofia São Bento- Universidade Católica de São Paulo (Enzo Azzi)	Especialização em Psicologia		Não
1958	Universidade Católica de Minas Gerais (Faculdade de Filosofia Santa Maria- Pedro Parafita de Bessa)	Curso de Psicologia	Nível de ensino superior (4 anos)	(em 1964 sim)

Fontes diversas

Após o golpe e a Revolução de 1930, as relações sociais que se estabeleceram a partir da lógica da produção e do desenvolvimento do país propiciaram novas práticas e novos saberes. Para Antunes (2012), a educação era

um dos instrumentos para a conformação do novo trabalhador, afeito às necessidades do processo industrial, e a Psicologia um de seus principais fundamentos científicos. Esse momento histórico, por suas necessidades, tornou-se terreno fértil para o desenvolvimento da área e para a consolidação de sua prática. (p. 57)

Ainda na década de 1930, houve uma proposta de formar psicólogos no país (Quadro 1). Em 1932, o Decreto nº 21173 criou o Instituto de Psicologia da Colônia de Psicopatas no Engenho de Dentro (RJ), sob a direção de Waclaw Radecki²¹. Originado do antigo Laboratório da Colônia de Psicopatas no Engenho de Dentro, na então capital brasileira, o Instituto ficou vinculado à Secretaria de Educação e Saúde Pública, enquanto não tinha sido criada a Faculdade de Educação, Ciências e Letras da capital. (Centofanti, 1982)

A viabilidade do Instituto se inseria num clima peculiar. O então denominado governo provisório de Vargas, criou, em 1930, o Ministério de Educação e Saúde, para o qual foi designado Francisco Campos que, em 1931, promoveu a reforma do

²¹ Conforme Centofanti (1982), Radecki era um psicólogo polonês que em 1923 chega ao Brasil e leciona Psicologia no mesmo ano na Faculdade de Ciências Jurídicas da Universidade do Paraná. Em 1924 foi indicado para organizar e dirigir o laboratório de Psicologia da Colônia de Psicopatas do engenho de Dentro, RJ.

ensino superior brasileiro, com a criação dos estatutos das universidades... o status de um instituto, dentro de uma Faculdade de Educação, Ciências e Letras, permeado por um espírito universitário, permitiria a Radecki a arquitetura de planos mais ambiciosos e ainda mais arrojados do que os estabelecidos para o laboratório. (Centofanti, 1982, p.18-19)

O Instituto previa ser um centro de aplicação da Psicologia, um núcleo de pesquisa e uma escola de ensino superior de Psicologia. Para cumprir a função de ensino, possuiria cinco seções: Psicologia Geral, Psicologia Diferencial e Orientação Profissional, Psicologia Aplicada à Educação, Psicologia Aplicada à Medicina e Psicologia Aplicada ao Direito. O curso semestral e com duração de quatro anos seria composto por aulas teóricas e exercícios práticos em laboratório, além de seminários de arguição mútua entre os alunos.

O curso profissional comportará as seguintes etapas:

1. na primeira, far-se-á o estudo da Psicologia Geral, baseado nas ciências biológicas e naturais, que serão estudadas no que interessam à Psicologia (biologia, anatomia e fisiologia, física e química). Nesse período, far-se-á também o estudo da propedêutica filosófica e de problemas particulares da lógica.
2. à segunda, corresponde o estudo da Psicologia diferencial e coletiva, baseado também nas ciências naturais, completado, entretanto, pelas ciências sociais e filosóficas (antropologia, sociologia, economia política, história da Filosofia, teoria do conhecimento, teoria das ciências naturais, nas partes que apresentam interesse para a formação de psicologistas²²).
3. a última abrange os cursos de Psicologia Aplicada e os cursos monográficos de especialidades psicológicas e ciências afins (Psicologia da criança, história da Psicologia, capítulos de ética e de estética, etc.).

A todos os cursos presidirá uma unidade de orientação, de modo que, ministrando-se ao aluno noções sobre um dado domínio, recebe ele, contemporaneamente, nas outras disciplinas, conhecimentos correlatos. (Centofanti, 1982, p. 20-21)

Pela exposição acima, o curso de Radecki partiria de uma compreensão mais geral da Psicologia, passando pela sua relação com áreas afins tais como a Filosofia, Sociologia, dentre outros, para, na última etapa, alcançar a formação específica e aplicada do campo psicológico. O espectro de possibilidades para o egresso deste curso parece ultrapassar o fenômeno psicológico aplicado apenas à clínica médica, contrariando o esperado para um curso dentro de um hospital psiquiátrico. Conforme a estrutura curricular parecia haver também outras possibilidades de aplicação tais como às vinculadas à Psicologia aplicada ao Direito, à Seleção e Orientação Profissional e à Educação, além das chamadas ciências afins, que incluíam os estudos de História da Psicologia e da Ética. Esch e Jacó-Vilela (2012)

²² O termo psicologista era muito utilizado desde o começo do século XX, para designar os profissionais que estudavam e praticavam a Psicologia no Brasil e no mundo. Faremos uma exposição sobre o uso do termo mais a frente na tese. Adiantamos que o uso do termo foi alvo de discussão no país quando os primeiros projetos para a regulamentação da formação foram retomados na década de 1950 e foi utilizado primeiramente no anteprojeto enviado pela Associação Brasileira de Psicotécnica em 1953.

Sobre o tema indicamos a leitura de <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/abpt/article/view/13446/12348>

acreditam que o conteúdo de Ética, por ser ofertado separado nessa proposta, não estaria permeado às demais disciplinas. As autoras comentam também que a linha mestra do curso de Radecki era “a investigação experimental do fenômeno psíquico” (Esch e Jacó-Vilela, 2012, p. 4), entretanto o curso não entrou em funcionamento, já que o Instituto foi fechado no mesmo ano e, em seu curto período de existência, não identificamos indícios de que haveria alguma modalidade de formação ligada à licenciatura ou à formação de professores de Psicologia para o ensino secundário.

Como já mencionado, nos últimos anos da década de 1940 e início da década de 1950 muitos profissionais e instituições de Psicologia já estavam instalados no país e cursos sobre a profissão foram propostos, além da regulamentação da profissão. Nesse período, os cursos eram em nível de aperfeiçoamento de técnicas e práticas e/ou especialização nos campos do trabalho, da clínica e escolar, ministrados por convidados estrangeiros ou profissionais e associações que já atuavam com Psicologia no país. (Silva Baptista, 2010; Antunes, 2012).

Um dos proponentes de formação para profissionais especialistas em Psicologia no país no período era, por exemplo, o Instituto de Seleção e Orientação Profissional (ISOP²³) criado no Rio de Janeiro em 1947, vinculado à Fundação Getúlio Vargas. O instituto desejava contribuir com administradores públicos e privados, oferecendo serviços psicotécnicos executados por uma equipe de profissionais sob a direção do professor Emilio Mira y Lopez. Além disso, o ISOP criou também o periódico *Arquivos Brasileiros de Psicotécnica* para divulgação dos trabalhos científicos e profissionais desenvolvidos pelos psicotécnicos. De acordo com Mancebo (1999), a proposta do ISOP fazia parte do entendimento da época de que a avaliação de habilidades dos trabalhadores garantiria uma adequação mais produtiva e até harmoniosa das funções profissionais, muito característico do período. Para prestar os serviços especializados e demandas do Instituto, era preciso formar mais profissionais na área e, em abril de 1948, foi inaugurado o primeiro curso de formação de psicotécnicos (vide Quadro 1), tendo a primeira turma, de 23 psicotécnicos, formado em outubro de 1949, quando passaram a atuar na área tanto no próprio Instituto quanto em outros pelo país. Nestes cursos não havia formação para a licenciatura.

Outros cursos de especialização em Psicologia (ver Quadro 1) foram criados na década de 1950. Van Kolck (1990) revela que esses cursos foram importantes porque preparavam

²³ Órgão de Psicologia aplicada pertencente à Fundação Getúlio Vargas criado em 8 de agosto de 1947 com o objetivo de propósito de proporcionar ao ensino, à administração, à indústria e ao comércio. Em 1981 passou a chamar Instituto Superior de Estudos e Pesquisas Psicossociais, mantendo-se mesma sigla ISOP. Foi extinto em 29 de maio de 1990. Para conhecer mais acessar <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/8874>

muitos profissionais para o exercício da Psicologia, também na Psicologia Clínica. Dentre as instituições paulistas que contribuíram para a formação dos especialistas, a autora cita:

Faculdade de Filosofia Sedes Sapientiae, sob a direção da Madre Cristina Maria (Sampaio Dória), a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Bento sob a direção de Enzo Azzi e a colaboração de Aniela Ginsberg entre outros e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, sob a direção de Annita de Castilho e Marcondes Cabral. Nesta última se destacaram as contribuições dos Profs. Aníbal Silveira, no psicodiagnóstico do Rorschach, e Durval Marcondes, na psicanálise. (Van Kolck, 1990, p. 157)

Em 1949, Eliezer Schneider²⁴, profissional de Psicologia na Universidade do Brasil, propôs a criação de um curso (Quadro 1) para formar psicólogos a nível superior, vinculado à Faculdade de Filosofia dessa mesma universidade. A proposta era de um curso voltado para a Psicologia aplicada e com duração de quatro anos de formação. Durante os três primeiros anos, a carga horária do curso era dividida em quatro disciplinas de três horas cada, e no quarto ano os alunos poderiam optar por cursar uma única disciplina eletiva de 12 horas semanais. As disciplinas do quarto ano do curso denotavam um direcionamento para a aplicação técnica da Psicologia, e este era composto pelas disciplinas de Psicologia Sistemática, Psicotécnica e Psicologia Patológica (Cabral, 1953).

Chama-nos a atenção também que, durante os três primeiros anos do curso, havia duas disciplinas na área da Psicologia Social e duas de História da Psicologia, totalizando dois anos de oferta das mesmas. Acreditamos que a formação de Schneider em Direito, bem como o seu mestrado na Universidade de Iowa (EUA), contribuiu para a inclusão dessas disciplinas. Como bem pontuado por Jacó-Vilela (1999a), sua relação com uma Psicologia para “além do paradigma individualista” (p.340) pode ter contribuído para a proposta curricular do curso.

Schneider (1950) defendia o amparo governamental legal para os cursos no país, além da criação de departamentos de Psicologia nas universidades brasileiras. Conforme o autor, sua apresentação de curso era de apenas “uma amostra de um possível currículo contendo o mínimo necessário de horas e de matérias para a ‘formação’ (e não a especialização) de psicologistas” (p. 95). O autor ressalta, ainda, que o Instituto de Psicologia da Universidade do Brasil estava naquele momento interessado em oferecer pesquisa teórica e aplicada da Psicologia, servindo a cátedra de Psicologia da Faculdade Nacional de Filosofia, e também

²⁴ Advogado, técnico em Assuntos Educacionais a partir de concurso em 1941 para o Departamento de Administração do Serviço Público (DASP) no governo Vargas e Psicologista no Instituto de Psicologia da Universidade do Brasil. Para conhecer mais sugerimos http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X1999000200009

que os alunos licenciados no 4º ano do curso poderiam posteriormente estagiar, especializar ou aperfeiçoar em Institutos de Psicologia, Psiquiatria ou outros das Universidades e departamentos federais ou municipais, ou em “institutos semi-oficiais como o ISOP e suas filiais” (p.96). Como mencionado pelo próprio proponente, o curso teria a modalidade da licenciatura conforme o estabelecido para as Faculdades de Filosofia.

Em março de 1953, o Instituto de Psicologia da Pontifícia Universidade do Rio de Janeiro (PUC/RJ) criou o primeiro curso de Psicologia no Brasil. De acordo com Mancebo (2004), o curso, idealizado por Hanns Ludwig Lippmann²⁵, usava o espaço físico da Santa Casa de Misericórdia e contava com o apoio de Nilton Campos, diretor do Instituto de Psicologia da Universidade do Brasil, que também acreditava e desejava um curso universitário para “uma Psicologia teórica fortemente embasada nos conhecimentos filosóficos” (p. 68). Para a autora, o curso de três anos e meio atendia às demandas teórico-filosóficas, ao pragmatismo da psicotécnica e aos estudos científicos, principalmente vinculados à Psicanálise. O curso, por não ser oficial, não possibilitava diplomas registrados no MEC, e, dos 36 alunos apenas sete o concluíram em 1956 (Féres-Carneiro, 2011). Não conseguimos identificar se nesse curso havia a licenciatura, mas, pelo tempo de duração do curso, ele não seguia as determinações legais das Faculdades de Filosofia, então muito provavelmente não incluía a licenciatura e a formação era mais voltada às demandas citadas por Mancebo (2008).

Já no Estado de São Paulo, no mesmo ano de 1953, Sá (2012) ressalta que Annita Cabral propôs à Congregação da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo (USP), a criação de um curso de Psicologia. O curso de formação teórica teria a duração de três anos e ao final o aluno receberia o diploma de bacharel, além do diploma de licenciado após a conclusão do curso de didática. Entretanto, por disputas internas, o curso não iniciou por falta de aprovação final de um dos membros da Congregação (Sá, 2012).

Gomes e Silveira (2006) afirmam que a criação do Instituto de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) se deu em 1953, e no ano seguinte teve início um curso de especialização em Psicologia com duração de dois anos para formar psicólogos nas áreas aplicadas à clínica, escola, organizacional e trabalho. Segundo os autores, os alunos deveriam ter curso superior e fazer um curso preparatório, que ocorreu no segundo semestre de 1953, antes da especialização que teve início em 1954. O curso preparatório foi composto das disciplinas de Biologia Geral, Psicologia Evolutiva, Noções de

²⁵ Professor, psicologista e teólogo, egresso do curso de Serviço Social da PUC/SP, que inicia sua atuação na PUC/RJ, em 1949 no mesmo curso. Para mais detalhes, sugerimos Mancebo (2008).

Psicologia e Psicopatologia, Técnicas Psicométricas e Análise de Casos e Psicoterapia Menor. Em 1957 o curso foi reformulado: passou a ter 3 anos de duração, e os alunos graduados no mesmo recebiam o título de Assistente em Psicologia. A proposta era que em 1959, os alunos desse curso de especialização recebessem o título de “Psicólogo”; entretanto com a Lei nº 4119/62, o curso foi reformulado só recebendo o reconhecimento no ano de 1965. Como o curso era de especialização, não identificamos nenhuma informação relativa à licenciatura.

Um curso de especialização em Psicologia Clínica na USP ministrado desde o ano de 1954 deu origem ao curso de Psicologia na Faculdade de Filosofia da USP no ano de 1957, segundo Baptista (2004). O curso de bacharel em Psicologia tinha a duração de quatro anos, e um currículo composto de disciplinas de âmbito mais geral, outras mais filosóficas, além de disciplinas científicas.

Ramozzi-Chiarottino (2001) aponta que o curso foi formado pelas cadeiras já existentes na Faculdade de Filosofia – Cadeira de Psicologia Educacional (Curso de Pedagogia) e pela Cadeira de Psicologia (Curso de Filosofia), que se desdobrou em Psicologia Clínica e Psicologia Experimental e Social. A estrutura curricular do curso foi composta pelas seguintes disciplinas:

1º ano: Biologia, Fisiologia, Estatística, Introdução à Filosofia: Psicologia Experimental e Psicologia do Desenvolvimento; 2º ano: Sociologia, Biologia, Fisiologia, Estatística, Antropologia, Psicologia Social; 3º ano: Psicologia Experimental, Psicologia diferencial, Psicologia da Personalidade, Psicologia Patológica e do Anormal, Psicologia Comparativa e Psicologia da Aprendizagem. (Ramozzi-Chiarottino, 2001, pp. 71-72)

De acordo com Baptista (2004), ao terminar a formação, os alunos não conseguiram validar o diploma, pois a profissão ainda não havia sido regulamentada, e para o exercício da docência precisavam “competir com pedagogos e filósofos. Esse fato levou-os a se mobilizar em torno do processo de regulamentação” (p. 187). Com a regulamentação em 1962, a autora revela que esse curso foi acrescido de mais um ano de formação, totalizando cinco anos e dando origem ao curso regular de Psicologia exigido pela Lei nº 4119. Ao que tudo indica e a partir do comentário da autora sobre o exercício da docência, esse curso possuía o formato de curso instituído para as Faculdades de Filosofia desde sua origem em 1957, então é provável que a licenciatura estivesse presente no mesmo.

Em Minas Gerais, a Universidade Católica de Minas Gerais (UCMG) criou, em 1959, o Instituto de Psicologia aplicada, que possuía o curso de Orientação Educacional e o curso de Psicologia. Com duração de quatro anos, o curso de Psicologia foi projetado por Pedro Parafita de Bessa e funcionou inicialmente nas dependências da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras Santa Maria, em Belo Horizonte, com início da primeira turma em abril de

1959 (Boschi, Poelman e Miranda, 2011). Segundo o próprio Bessa, em entrevista a Leite (2005), o curso da UCMG até meados de 1961 era bastante precário, dividindo salas com o curso de Filosofia e com apenas um funcionário para atender o curso, além de professores que não recebiam remuneração pelos serviços prestados. Em 1962, já com a regulamentação da formação e da profissão no país em vias de se concretizar, o curso foi reorganizado por Frei Ricardo (Reinier Johannes Antonius Rozestraten²⁶) que se tornou o novo diretor do Instituto de Psicologia da UCMG.

Localizamos uma estrutura curricular do curso da UCMG do ano de 1964 e nela o formato de curso já era o estabelecido na regulamentação da formação de psicólogos, com formação de cinco anos e a licenciatura fazendo parte da mesma e compondo as três modalidades: bacharel, licenciatura e psicólogo.

3.2 A licenciatura em Psicologia no dossiê da PL nº3825/58

Nosso objetivo neste tópico é demonstrar o processo de inserção da licenciatura como modalidade de formação de psicólogos a partir da análise dos documentos do dossiê do Projeto de Lei nº 3825 que resultou na Lei nº4119 de 1962. Alguns autores tais como Sá (2010), Silva Baptista (2010), Bernardes (2014) já apresentaram a análise de alguns dos documentos que trataremos neste tópico, entretanto, também faremos a exposição dos mesmos nessa tese para posteriormente evidenciarmos o projeto de licenciatura nos currículos dos projetos e anteprojetos.

Para facilitar o entendimento sobre todo o processo, organizamos cronologicamente no quadro 2 a seguir uma relação dos projetos e documentos que tramitaram na Câmara dos Deputados, no Senado Federal e na Presidência da República, bem como nos grupos, organizações ou associações de profissionais brasileiros que já atuavam no campo da Psicologia e que encaminharam documentos a um desses órgãos.

²⁶ Reinier Johannes Antonius Rozestraten, franciscano recém chegado no Brasil fez o curso de História Natural na Faculdade de Filosofia da MG. Após participar do curso de Psicologia Experimental Comparada de Aprendizagem ministrado por André Rey em 1956 no Instituto Superior de Educação Rural (ISER), iniciou sua vida acadêmica no curso de Psicologia da Universidade Católica de Minas Gerais UCMG, onde também foi diretor em 1962 e posteriormente foi professor no curso de Psicologia da UFMG. Para mais detalhes, ver http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-68672008000100008

Quadro 2 – Relação de procedimentos, projetos e documentos do dossiê da PL nº3825/58

Data/ano	Identificação do documento
1953	Anteprojeto e memorial da Associação Brasileira de Psicotécnica
03.07.1953	1º Simpósio das Faculdades de Filosofia
1 a 7 dez. 1953	1º Congresso Brasileiro de Psicologia -
Abril/1955	1º Seminário Latino-americano de Psicotécnica
20.09.1957	Parecer n. 412 da Comissão de Ensino Superior
03.02.1958	Exposição de Motivos 112 do MEC acompanhado do Parecer nº 412 ao Presidente da República
19.03.1958	Projeto nº 3825/58-A de 1958 com mensagem de envio do Presidente da República ao congresso
12.04.1958	Despachado para Comissões Justiça e de Educação e Cultura
14.04.1958	Distribuído à Comissão de Constituição e Justiça - relator Deputado Joaquim Durval
08.07.1958	Carta acompanhada de proposta de Substitutivo da Associação Brasileira de Psicólogos e da Sociedade de Psicologia de São Paulo com justificativa
22.10.1958	Parecer Comissão de Constituição e Justiça – Relator Joaquim Durval
05.11.1958	Parecer da Comissão de educação
24.04.1959	Carta do Centro de Estudos do Instituto de Psicologia da PUC- RS
10.06.1959	Parecer Comissão de Educação e Cultura – Relator Adauto Cardoso (Substitutivo após carta dos estudantes)
22.06.1959	Parecer da Comissão de Ed. e Cultura com projeto Substitutivo adotado pela comissão de ed. e Cult.
10.07.1959	Emenda substitutiva
03.08.1959	Pareceres da Comissão de Constituição e Justiça e Substitutivos da Comissão de Educação e Cultura
04.08.59	Projeto com mensagem do Presidente Juscelino enviando para o congresso juntamente com Exposição de Motivos da comissão do Mec nº 112/58 de 20.09.57, Comissão de Constituição e Justiça (22.10.1958)
30.10.1959	Emendas ao Projeto n.3825 A de 1958 (Deps. Fernando Ferrari, Campos Vergal e Temparini Pereira)
05.11.1959	Comissão de Justiça - Dep. Silva Prado
10.12.1959	Aprovado parecer do relator pela constitucionalidade do Substitutivo e das emendas
2º semestre/1959	Documento do ISOP para modificações no texto do projeto.
11.10.1960	Comissão de Educação e Cultura - Dep. Lauro Cruz
26.04.1961	Parecer do Relator da comissão de Educação Dep. Lauro Cruz
24.05.1961	É lido e vai para impressão: Pareceres comissão de Justiça, Substitutivo da Comissão de Educação e Emendas
03.07.1961	Sessão noturna na Câmara dos Deputados: votação com discussão única- Aprovação e rejeição das emendas e encaminhado à redação final.

08.07.1961	Emendas do Senado ao Projeto nº 3825/58-D de 1958
24.07.1961	Presidente da Câmara dos Deputados submete a votação. Fala de Aurélio Viana – aprovação
30.11.1961	Pareceres nº 774 e 775 de 1961 da Comissão de Educação e Cultura – Relator Senador Mem de Sá, incluído as Emendas
14.12.1961	Aprovação com Emendas enviadas à Câmara dos Deputados às comissões de constituição e justiça e de Educação e Cultura
23.02.1962	Emendas do senado ao Projeto nº 3825/58-C de 1958 -Despacho- Comissões de Ed e Cultura e remessa à Constituição e Justiça
30.05.1962	Parecer da Comissão de Educação e Cultura às Emendas do Senado ao Projeto nº 3825/58 D/1958
07.07.1962	Comissão de redação – Projeto nº3825 F de 1958 para impressão já emendados pelo Senado Federal
10.07.1962	Encaminhada as provas para autógrafos – Redação Final do Projeto n. 3825 F de 1958
23.03.1962	Distribuição ao dep. Joaquim Durval
27.08.1962	Lei nº4119
13.12.1962	Parte vetada pelo Presidente da República
14.12.1962	Promulgação da Lei nº 4119 de 27 de agosto de 1962
29.05.1963	Distribuído ao 1º secretário: incluso de partes vetadas pelo Presidente da República e mantidas pelo Congresso

Fonte: dossiê PL nº 3825/58

Para compreendermos o processo que culminou na promulgação da Lei nº4119 em 1962, iniciamos a análise do dossiê (Quadro 2) tendo como referência os dados descritivos no Parecer nº 412 de 1957, elaborado pela Comissão de Ensino Superior do Ministério da Educação, órgão responsável por avaliar o ensino superior no país no período. A partir desse documento é possível notar que, ao receber uma demanda de um profissional que desejava o registro de um “consultório de formação e correção psicológica” no Brasil, o Ministério da Educação entendeu a conveniência em formar psicologistas e organizar a profissão na década de 1950.

Segundo o Parecer, a partir da demanda o Departamento de Ensino Superior (DES) do DNE decidiu ser mais seguro ouvir algumas instituições que já atuavam com práticas psicológicas no país. Dentre as instituições consultadas estavam a Associação Brasileira de Psicotécnica e o Instituto de Psicologia da Universidade do Brasil, que, por meio de seu diretor Nilton Campos, sugeriu incluir também as contribuições das Faculdades de Filosofia, o que foi feito através de circular solicitando sugestões sobre o assunto.

3.2.1 Anteprojeto encaminhado pela Associação Brasileira de Psicotécnica (ABPT)

Em novembro de 1953, a ABPT encaminhou ao Ministério da Educação um anteprojeto de lei²⁷ propondo um curso de Psicologia e psicotécnica, acompanhado de um memorial que explicitava as necessidades e urgências em se formar tais profissionais. No documento, os signatários Manuel B. Lourenço Filho, José da Silveira Pontual²⁸, Emilio Mira y Lopes e José Moacyr de Andrade Sobrinho²⁹ – profissionais vinculados ao ISOP, relatam que, a partir de um levantamento feito pela Associação, constataram que centenas de pessoas “de modo eficiente ou não, empregam atividade profissional em técnicas com fundamentos na Psicologia, urgindo, assim, que se estabeleça, de par com a formação regular, a regulamentação da profissão” (Abpt, p. 46). Neste sentido, os relatores solicitavam o exame do problema da formação e da regulamentação da profissão, para também evitar o charlatanismo e a improvisação.

Os signatários do documento expunham que motivos tais como a expansão dos estudos da área, a ampliação dos serviços psicológicos nas áreas da Medicina, Educação, Orientação e Seleção de Pessoal, Publicidades, Práticas Políticas e até mesmo a própria legislação federal já expressavam as demandas por psicólogos, revelando que

para citar a legislação a decisão desse Ministério que obriga os ambulatórios de doenças mentais a possuírem ‘um gabinete de Psicologia experimental’, e as leis orgânicas de ensino médio, as quais, tôdas, estatuem a obrigatoriedade da prática da orientação educacional, em serviços que se instalem nos estabelecimentos de ensino secundário, comercial, industrial e agrícola. (Lourenço Filho *et al*, 1954, p.45)

Indicavam então, uma formação em nível superior com um cunho técnico-prático, já que a Psicologia fazia parte da formação em outros cursos desse nível de ensino, como matéria complementar ou assessorando outros conhecimentos. Explicitam que pretendiam com o anteprojeto, dentre outras coisas,

a) estabelecer a formação regular de psicólogos e propriamente psicotécnicos, em dois níveis, um de bacharelado, de formação básica, não diferenciada; e outro de licenciatura, com especialização em psicotécnica da educação, do trabalho e do ajustamento clínico; b) definir garantias aos portadores de diplomas, como base da

²⁷ Disponível nos Arquivos Brasileiros de Psicotécnica, v.6 n.2 (1954). In <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/abpt/article/view/13446/12348>

²⁸ Psicólogo atuante no ISOP. Foi tesoureiro desta mesma instituição durante a década de 1950. Participou da comissão organizadora do Seminário Latino Americano de Psicotécnica. (dados coletados nos exemplares da revista dos Arquivos Brasileiros de Psicotécnica)

²⁹ Engenheiro, membro da Comissão de Psicotécnica da Associação Brasileira de Engenharia Ferroviária, na década de 1940, órgão responsável por implantar centros de seleção de ferroviários no país. Psicólogo atuante no ISOP. Para conhecer mais sugerimos o texto “Visão histórica de Lourenço Filho sobre a Psicologia no Brasil”, autoria de Lourenço Filho, disponível em <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/abpa/article/view/16750/15556>

regulamentação da profissão, para o que se deverá criar um registro de competência técnico-profissional nesse Ministério; c) admitir a esse registro os profissionais já em trabalho, desde que o requeiram, em apresentação das credenciais de que sejam portadores, para decisão por parte de uma comissão designada pelo Ministro, devidamente qualificada. (Lourenço Filho *et al*, 1954, p. 47)

Como exposto acima, a proposta de formação da ABPT para psicólogos era de um curso de bacharelado de três anos em nível superior, e um curso subsequente para formar o de psicotécnico, com duração de dois anos e em três campos de formação nos segmentos de aplicação à Educação, ao Trabalho e a Clínica Psicológica. Para o curso de bacharel, de cunho teórico, a proposta era que os mesmos acontecessem em Faculdades de Filosofia, sendo que os diplomados teriam o direito de exercer a função de auxiliar-psicologista em serviços de Psicologia aplicada. Os de licença de cunho prático seriam ministrados em instituições que já exercessem atividades de Psicologia aplicada.

Os artigos. 3º, 4º e 5º do anteprojeto da ABPT descrevem as disciplinas que deveriam compor cada uma das duas séries de cada uma das licenças para a atuação do profissional no âmbito da Clínica, do Trabalho e da Educação. Como exemplo, citamos as disciplinas de Psicologia Aplicada à Educação, composta por temáticas vinculadas a este campo de atuação tais como

1. Teoria e prática de medidas escolares; 2. Teoria e prática da orientação educacional; 3. Administração escolar. 2.a série: 1. Teoria e prática da orientação educacional; 2. Teoria e prática da entrevista psicológica; 3. Teoria e prática da pedagogia terapêutica. (Lourenço Filho *et al*, 1954, p.48)

Para a matrícula no curso de licença era preciso a conclusão do curso de bacharel em Psicologia, além de “julgamento de suficiência em provas de personalidade” (Lourenço Filho *et al*, 1954, p.48). Os alunos que concluíssem o curso de Psicologia Aplicada, referente ao que denominaram “licença”, receberiam o diploma de Licenciado em Psicologia da Educação ou licenciado em Psicologia do Trabalho ou em Psicologia Clínica. Aos diplomados no curso de licença, haveria a possibilidade de organizar e dirigir serviços de Psicologia aplicada no mesmo ramo do diploma adquirido, após o registro deste no Ministério da Educação e Cultura.

Os cursos de licença de qualquer segmento nesse anteprojeto deveriam funcionar em Institutos de Psicologia Aplicada de reconhecida idoneidade autorizados pelos mandatos universitários. Além da exigência de 100h de trabalhos práticos, a expedição dos diplomas estava condicionada à aprovação em defesa por uma comissão que seria designada por universidades que tivessem concedido o mandato. A banca seria formada por dois professores

especializados no assunto e um representante do corpo docente do curso em que o aluno estivesse matriculado. Descreviam, no anteprojeto, os centros de funcionamento dos cursos:

a) os cursos de Psicologia Aplicada à Educação, em centros de orientação educacional, ou em institutos de pesquisas educacionais, em que se realizam atividades de orientação educacional; b) os de Psicologia do Trabalho, em serviços ou institutos de orientação e seleção profissional, com suficiente movimento de casos; c) os de Psicologia Clínica em serviços de psiquiatria, ou em clínicas psicológicas. (Lourenço Filho *et al*, 1954p.49)

Para os profissionais que já exercessem atividades técnicas em serviços de Psicologia Aplicada seria facultativo requerer registro profissional junto ao Ministério da Educação e Cultura em categorias de psicologista ou auxiliar-psicologista, respectivamente, para o exercício das funções de licenciados ou bacharéis, contando que apresentassem títulos de formação e comprovantes do exercício profissional, bem como trabalhos publicados no ramo de atuação. A comissão de avaliação do processo seria designada pelo Ministério da Educação e composta de dois professores especializados da Universidade do Brasil e outro escolhido em lista tríplice indicada pela Associação Brasileira de Psicotécnica.

A descrição da formação elaborada pela ABPT nos parece que se resguardava de discussões anteriores sobre o nível de formação dos futuros profissionais. Como pontuado anteriormente na exposição de Bessa *apud* Leite (2005), Mira y López defendia a formação de especialistas técnicos e nesse projeto a exposição é de que essa formação só poderia ser feita após a conclusão do bacharelado em Faculdades de Filosofia. Parece-nos que a solução pode ter sido apontada para atender as demandas dos demais profissionais que apoiavam uma formação em nível do ensino superior e em cursos nas Faculdades de Filosofia brasileiras.

Não identificamos nesse anteprojeto nenhuma das matérias exigidas no período para formar professores do ensino secundário, objetivo das licenciaturas. É perceptível que o sentido dado ao termo licença neste projeto é o de permissão para atuação em um ramo da Psicologia Aplicada. Parece-nos que a intenção da formação nessa proposta era voltada para a técnica, para a prática, ou seja, formar profissionais especialistas para o mercado que se abria frente às demandas de desenvolvimento e industrialização do país. Como bem pontuado por Bernardes (2004), o tecnicismo no período era imperativo frente às demandas do crescente mercado da industrialização e de suas consequências em relação ao vertiginoso crescimento dos cursos profissionalizantes.

3.2.2 Anteprojeto encaminhado a partir do 1º Congresso Brasileiro de Psicologia

O projeto enviado pela ABPT não foi o único encaminhado ao Ministério da Educação. Em dezembro de 1953 ocorreu, na cidade de Curitiba (PR), o 1º Congresso Brasileiro de Psicologia e nele também a profissão de psicólogo foi tema de uma comissão formada por Carolina Martuscelli Bori, Hans Ludwig Lippsnan, Pedro E. Pereira de Souza, Madre Célia Dória (Madre Cristina), Flávio Neves, Irene Lustosa e Annita de Castilho Cabral. Depois de discutido em plenário, o projeto de autoria de Madre Célia Dória, segundo Ginsberg (1954), foi entregue a uma comissão de professores de Psicologia para “redação final e apresentação ao Ministro da Educação e Cultura.” (p. 105 e 106)

Nessa proposta, o curso deveria ser em nível universitário nas Faculdades de Filosofia, com duração mínima de quatro anos para a formação básica e mais dois anos de especialização profissional, com disciplinas teóricas e práticas, sendo o ciclo básico composto de *Biologia, Fisiologia, Psicologia Experimental (curso introdutório), História da Psicologia e Psicologia do Desenvolvimento: a infância e a adolescência*, num total de 21 horas semanais no primeiro ano. Para o segundo ano, as disciplinas de *Antropologia, Estatística Aplicada à Psicologia, Psicologia Diferencial, Psicometria, Psicologia Social, Psicologia do Desenvolvimento: A maturidade e a velhice*, totalizando 18 horas semanais. O terceiro ano era composto pelas disciplinas de *Filosofia, Psicologia da Personalidade, Psicologia da Aprendizagem, Psicopatologia, Psicotécnica Geral*, com total de 21 horas por semana. Já o quarto ano tinha as disciplinas de *Psicologia Experimental (Curso adiantado), Psicologia Industrial, Psicologia Clínica, Prática em estágio em serviços especializados pela Cadeira, no campo da Psicologia Clínica ou no da Psicotécnica*. (Cabral, 1953, s.p.)

Nesse projeto é possível verificar que havia um currículo direcionado para uma formação mais teórica e científica. Na exposição curricular apresentada por Cabral (1953), não identificamos nenhum informativo sobre a formação de professores para o ensino secundário, porém o fato do mesmo ser ofertado em Faculdades de Filosofia poderia significar que o currículo exposto estaria ligado a formação no bacharelado, já que a licenciatura era uma formação possível e disposta em legislação educacional para todos os cursos das Faculdades de Filosofia.

3.2.3 Anteprojeto derivado das resoluções do 1º Simpósio das Faculdades de Filosofia do Brasil

Outro anteprojeto³⁰ resultante das resoluções do 1º Simpósio das Faculdades de Filosofia do Brasil que aconteceu em Julho de 1953 na Faculdade Sedes Sapientiae também foi proposto ao Ministério da Educação. A organização curricular para os cursos de formação de psicólogos seria composta das seguintes disciplinas: “I- Matérias Básicas: 1. Biologia 2. Psicologia Experimental 3. Psicologia do Desenvolvimento 4. Psicologia Diferencial 5. Psicologia Social 6. Psicologia Filosófica. II - Duas matérias optativas. (A Psicologia Educacional entra necessariamente no currículo do Curso de Didática, necessário à Licenciatura, entrando conseqüentemente no currículo dos licenciados em Psicologia)” (Cabral, 1953, p.66).

É notável pela disposição das disciplinas descritas que a estrutura curricular derivada do Simpósio era semelhante à estrutura dos demais cursos ofertados pelas Faculdades de Filosofia, ou seja, reproduziam o modelo de formação para bacharelado e para a licenciatura, apesar de que o currículo citado parece ser apresentado em apenas dois anos de formação para o bacharel, acrescido da formação necessária à licenciatura. De acordo com Cabral (1953), a estrutura curricular apresentada neste Simpósio tinha uma base biológica com aspectos filosóficos, sendo apenas metade do currículo voltado para matérias de Psicologia.

Silva Baptista (2010) menciona que os textos elaborados por Annita Cabral e por Madre Cristina e apresentados no I Congresso Brasileiro de Psicologia podem ter sido produzidos para o mesmo ou logo em seguida ao Simpósio das Faculdades de Filosofia. Interessante que, neste mesmo ano, Annita Cabral propôs à Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo (USP) a criação de um curso de graduação em Psicologia no mesmo formato. Nele, a formação para o bacharel seria basicamente teórica com duração de três anos, e incluía ainda a concessão de um título de licenciado aos concluintes do curso de Didática (Sá, 2012).

Ao considerarmos os dados trazidos por Leite (2005), podemos supor que as propostas sobre a formação do psicólogo no país tratadas até aqui derivam das discussões entre o grupo de profissionais que viajavam para o 13º Congresso Internacional de Psicologia em 1951. A partir desse encontro, os grupos de profissionais elaboraram, apresentaram e defenderam a melhor formação para os psicologistas ou psicólogos brasileiros conforme os interesses e entendimentos que possuíam e a partir de suas experiências profissionais anteriores a esse

³⁰ Documento não localizado. Citado por Annita Cabral no Boletim de Psicologia, 1953-1954, p. 64 e por Silva Baptista (2010). Disponível no site da Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (abepsi) <http://abepsi.org.br/wp-content/uploads/2011/07/1953-propostacurricularo1simposiodasfaculdaesdeFilosofia.pdf>

evento. Apesar das divergências quanto a uma formação mais prática ou mais teórica, logo que definido que a formação deveria ser em nível de ensino superior, as Faculdades de Filosofia passaram desde então a ser o espaço para a formação do novo profissional, mesmo que houvesse divergência entre uma formação integral ou apenas inicial nas mesmas.

Essas afirmativas são sintetizadas em Cabral (1953), que retratou que o ponto pacífico entre as instituições do período era que a formação dos psicólogos brasileiros deveria ser em nível universitário, com um currículo de estudos específicos e com a duração de quatro anos para a formação básica, seguido de uma especialização complementar com duração de dois anos ou mais. Argumentou ainda que a indefinição entre as mesmas instituições se relacionava ao tipo de curso que deveria ser ofertado nas Faculdades de Filosofia: em seções ou cursos como os já existentes nas mesmas, possibilitando o bacharelado ou licenciatura, ou em curso profissional, que daria um título profissional de psicólogo como o que estava sendo ofertado pelo Instituto de Psicologia da PUCRJ. Esse título não tinha conexão direta com a cátedra de Psicologia, mas fazia parte da Faculdade de Filosofia. Para a autora, uma questão sem definição e sem acordo ainda era relativo a como deveria ser o currículo dos cursos.

É de se notar que as defesas das propostas para a formação dos profissionais eram debatidas entre os grupos de profissionais e instituições, além de algumas delas serem publicadas em periódicos das instituições existentes ou expostas em cursos, seminários e em palestras ministradas pelos vários profissionais que já atuavam no país. Como já pontuado por Silva Baptista (2010), desde o final da década de 1940 e início de 1950, profissionais tais como Anita Cabral, Betti Katzenstein³¹, Oswaldo de Barros³², Carolina Bori³³, Aniela Ginsberg³⁴ e outros, publicaram artigos ou proferiam palestras falando da profissão e

³¹Doutora em Psicologia em 1931. Trabalhou no SENAI e Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT). Atuou e coordenou a clínica psicológica do Departamento de Psicologia da Unesp de Assis. Especialista no atendimento de crianças com deficiências. Ver mais em <http://www.crpsp.org.br/memoria/betti/default.aspx>

³²Um dos organizadores da Clínica de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica, PUC, de Campinas. Criador de testes de inteligência no Brasil e pioneiro na Abordagem Centrada na Pessoa. Um dos fundadores da Sociedade de Psicologia de São Paulo, da Associação Brasileira de Psicólogos e da Academia Paulista de Psicologia, da Associação Brasileira de Superdotados, do Sindicato dos Psicólogos do estado de São Paulo. Ver mais em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932003000300014

³³Professora e pesquisadora em Psicologia. Atuante na Associação Brasileira de Psicologia e na Sociedade de Psicologia de São Paulo. Coordenou a pós graduação em Psicologia da Usp e docente em Psicologia experimental. Ver mais em <http://citrus.uspnet.usp.br/centrodememoriaip/?q=node/545>

³⁴(1902-1986). Doutora em Filosofia pela Universidade de Varsóvia, 1933, veio para o Brasil em 1936. Autora de vários estudos e livros área de raça/etnia e intercultura. Uma das fundadoras do Instituto de Organização Racional do Trabalho, do Instituto de Seleção e Orientação Profissional (ISOP-RJ) e o Instituto de Pedagogia e Psicologia da PUC-SP (IPPUCSP). Ver mais em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65642014000300317

atividades dos psicólogos em outros lugares do mundo e discutindo a necessidade da regulamentação, trazendo modelos de profissionalização.

Em abril de 1955, por exemplo, aconteceu o 1º Seminário Latino-americano de Psicotécnica (1955), que foi promovido pela Associação Brasileira de Psicotécnica com a colaboração da Confederação Nacional das Indústrias, do IDORT, IBECC, CAPES, SENAI, SENAC, Conselho Nacional de Pesquisas e outras entidades culturais. Houve duas sessões plenárias no Rio de Janeiro e duas sessões em São Paulo. Neste seminário o tema da regulamentação também esteve presente na mesa redonda “O problema da formação dos Psicotécnicos (planos existentes e projetos nos vários países)”³⁵, presidida por João Carlos Vital.

Antonio Benko (1955) relatou os acontecimentos do evento e lembrou com satisfação a decisão adotada no Seminário da necessária revisão do projeto encaminhado pela Associação Brasileira de Psicotécnica ao Ministério da Educação. Informou que os ajustes eram fundamentais, mas que, se comparado ao nível de formação dos psicólogos oferecidos naquele momento por outras instituições, o projeto significava um grande passo, reafirmando a importância de uma formação teórica e prática com estágio de um semestre em instituto especializado.

Outro tema de discussão nos eventos era o uso do termo “psicologista” ou “psicólogo”, que designaria, a partir da regulamentação da formação e profissão, os profissionais no Brasil. Exemplo disso foi um trabalho apresentado por Eliezer Schneider durante o Seminário Latino Americano de Psicotécnica em 1955 e intitulado “Normas para unificação de uma terminologia básica” publicado na revista da ABPT e citado por Benko, 1955 (p.428).

Neste trabalho Schneider (1955) conclui que

1ª) Considerando a oposição crescente, a limitação etimológica e a interpretação popular imprópria, como denominação profissional, do termo ‘psycotécnico’, propomos que seja dada preferência, neste caso, e em outros análogos, a termos de sentido mais geral, assim, ‘psicólogo’ ou (psicologista) seria o profissional técnico-científico preparado em teoria e prática da Psicologia. 2ª) O estudo e a decisão em torno do assunto deveria partir de um trabalho inicial em que uma comissão escolhida por este Seminário definisse em textos relativamente longos de fundamentação, uns 50 vocábulos da Psicologia aplicada. 3ª) Deve ser considerada quer a tradução, quer a adoção de neologismos, como a conservação dos termos originais ingleses e alemães, na tentativa de unificação em português e espanhol a cargo da comissão acima proposta. 4ª) Deve ser considerado como norma obrigatória para o trabalho de unificação terminológica, o grau de universalidade dos

³⁵ Não tivemos acesso ao documento. As informações foram retiradas do relatório intitulado Primeiro Seminário Latino- americano de Psicotécnica de Antonio Benko publicado na Revista de Psicologia Normal e Patológica n. 5 de abril-junho de 1955.

têrmos e sua maior ou menor receptividade nas línguas dominantes da literatura psicológica moderna. (p.5-6)

Além dessas considerações de Schneider, a mesma revista da ABPT publicou, em 1958, uma tradução do texto “Breve histórico da Associação Internacional de Psicologia Aplicada”, proferido por Henri Pieron³⁶ no XIII Congresso de Psicologia Aplicada. Conforme o autor,

o termo Psicotécnica, que fôra discutido em Berna, foi abandonado em 1955 pelo Congresso de Londres. Claparède, que foi o padrinho, já havia êle mesmo pensado em modificá-lo em 1927, julgando que ‘technopsychologie’ conviria melhor, mas êle se curvava diante do uso que a expressão inicial havia consagrado - entretanto, esta nunca havia tomado lugar na terminologia inglêsa e certos países lhe davam uma significação pejorativa. De outro lado, se a psicotécnica implicava, em realidade, no emprêgo de métodos estritamente psicométricos, poderiam ser consideradas as aplicações que comportassem, pelo menos parcialmente, exames clínicos, ficando no quadro da objetividade científica, o que exclui evidentemente o subjetivismo psicanalítico em que se refletem, tanto ou mais, o próprio psicanalista e o psicanalizado.

O exemplo de nossa Associação acaba de ser seguido pela União Internacional dos Serviços Médicos de Estrada de Ferro, em sua reunião de Paris, em setembro último: sua ordem do dia era consagrada à Psicotécnica. Ficou decidido não se falar senão em Psicologia Aplicada e isso bem mostra que o termo Psicologia tomou um sentido estritamente científico, que isola definitivamente esta disciplina na Filosofia, da qual, no comêço do século, não era mais que um ramo. Mas, haverá uma ‘ciência aplicada’ ou não haverá senão aplicações da Ciência? A União Internacional de Física se intitula União de Física pura e aplicada, o que implica efetivamente em uma dualidade. É certo que as pesquisas numa ciência fundamental não têm uma meta direta de utilização prática, mas, para que essas descobertas sejam realmente úteis à vida dos Homens, é preciso que haja pesquisas especialmente dirigidas, permitindo aplicações técnicas, e a palavra ‘técnica’ não nos deveria atemorizar. O que se deve temer é que as técnicas possam ser utilizadas, não mais ao serviço dos indivíduos humanos, mas de coletividades que visem obter uma escravidão aparentemente consentida. Nas aplicações da Psicologia, as famosas ‘lavagens de cérebro’ formam o temível ‘peudant’ das bombas nucleares. (Pieron, 1958, p.151)

Como se vê, as questões relativas à terminologia e as funções do profissional da Psicologia eram tema de discussões que iam para além das terras brasileiras. Confirmamos em nossos estudos que no Brasil era muito freqüente o uso do termo “psicologista” para designar qualquer profissional que estudava ou exercia as práticas psicológicas. Cabral (1950) utiliza o termo para se reportar a “regulamentação da profissão de psicologista no Brasil” (p. 60). O termo foi utilizado também nas primeiras publicações do Ministério da Educação e Cultura (MEC) como no Parecer nº 412, que relatamos a seguir.

³⁶ Sucessor de Binet em 1912, como diretor do Laboratório de Psicologia fisiológica em Sorbone, além de fundar em 1921 o Instituto de Psicologia da Universidade de Paris, dentre outros muitos trabalhos desenvolvidos em prol da Psicologia. No Brasil ministrou cursos no Rio de Janeiro e em São Paulo em 1927, no Laboratório de Psicologia da Escola Normal e no Serviço de Seleção Ferroviário. Para conhecer mais indicamos <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/abpt/article/view/15084/13976>

3.2.4 Parecer nº 412

Com relação ao Parecer nº 412 da Comissão de Ensino Superior do Ministério da Educação e Cultura (MEC), datado de 20 de setembro de 1957 e já citado acima neste mesmo tópico, recordamos que foi um relatório que acompanhou o Projeto de Lei nº 3825 de 1958 e a Exposição de Motivos nº 112 do Ministro da Educação e Cultura, quando do envio do referido projeto ao Congresso Nacional pelo Presidente Juscelino Kubitschek, em 19 de março de 1958.

Explorando mais o Parecer nº 412, observamos que Lourenço Filho foi o relator do mesmo, que recomendava o uso do termo psicologista para designar o profissional de Psicologia, já que, segundo o documento, o uso do termo “psicólogo” possuía conotação muito ampla e que o termo “psicotécnico” denotava sentido restrito, além de ser utilizado para designar especialistas em Psicologia Aplicada ao Trabalho.

Além de ressaltar uma Portaria Ministerial de 1946, que previu cursos de especialização nas Faculdades de Filosofia incluindo o de Psicologia, o documento tratou de demonstrar que a formação já acontecia em outros países tais como na Inglaterra, Bélgica, Holanda, Noruega, Suíça, Estados Unidos e Argentina, e que nesses países reconhecia-se a necessidade de formação de psicólogos em dois níveis: um preliminar, com duração mínima de 3 anos, e outro de especialização técnica, com mais dois ou três anos.

O documento recordava ainda os ramos de aplicação da Psicologia já existentes no Brasil: Educação, Trabalho e Ajustamento Clínico, e revelava que as Faculdades de Filosofia seriam a sede natural dos cursos de formação de psicólogos. Segundo o Parecer, a formação do psicologista requeria aparelhagem, instalações serviços de aplicação bem organizados e bons recursos bibliográficos, presentes apenas em algumas dessas faculdades no país. Além disso, indicavam que deveria haver nas faculdades serviços abertos ao público, para o estudo de casos reais e concretos dentro da realidade social brasileira.

Para justificar a proposta de formação inicial nas Faculdades de Filosofia e formação complementar em instituições de Psicologia aplicada também é lembrado que o relatório do Congresso da Associação Internacional de Psicotécnica, realizado em Berna no ano de 1949, indicava a formação no mesmo modelo, primeiro em universidade, como disciplina científica e depois em centro de aplicação onde o estudante pudesse desenvolver atividade profissional. O Parecer nº 412 indicava também que fosse criada uma “Seção” de Psicologia nas Faculdades de Filosofia e que as próprias faculdades organizassem e mantivessem seus próprios serviços de aplicação profissional.

Analisando as informações veiculadas no Parecer nº 412, notamos que muitas delas são semelhantes às anteriormente apontadas na Exposição de Motivos do anteprojeto elaborado pela ABPT em 1953. Entendemos que o fato de Lourenço Filho ser o relator do Parecer, membro da Associação Brasileira de Psicotécnica e signatário do anteprojeto elaborado pela instituição podem ter influenciado nas disposições elaboradas no Parecer nº 412.

Há que se considerar ainda que muito provavelmente havia intenção do próprio Lourenço Filho em defender as ideias propostas no projeto da ABPT. Annita Cabral destaca em Moraes *apud* Sá (2010) que Lourenço Filho não tinha interesse que a formação de psicólogo tivesse um cunho filosófico, mesmo ele estando vinculado à Faculdade de Filosofia na Universidade do Brasil. Segundo ela, Lourenço concordava com a proposta do ISOP de que a formação inicial do “psicologista” fosse ofertada em dois anos nas Faculdades de Filosofia com subsequente formação complementar no ISOP.

3.2.5 Exposição de Motivos nº 112

Quando o Projeto nº 3825/58 foi apresentado ao Congresso Nacional, acompanhando o mesmo estava em anexo o Parecer nº 412, a Exposição de Motivos nº 112 do Ministro da Educação e Cultura, Clóvis Salgado da Gama, expedida em 03 de fevereiro de 1958, que havia sido encaminhado ao Presidente da República indicando o parecer favorável ao Projeto e a Mensagem nº 47-58 do Poder Executivo apresentando o Projeto ao Congresso.

Na Exposição de Motivos nº 112, o Ministro reiterava que, a partir das exigências do desenvolvimento econômico e industrial do país e da organização dos cursos universitários de preparação tecnológica, a regulamentação da formação e da profissão de psicólogos no Brasil era necessária. São reproduzidos pontos já mencionados no Parecer nº 412, como a solicitação feita para instalação de um consultório de formação e “correção” psicológica, que o CNE buscou contribuições sobre o assunto e que algumas instituições manifestaram a conveniência da formação de psicologistas. Dentre as instituições que encaminharam as contribuições citaram a Sociedade Brasileira de Psicologia e a Associação Brasileira de Psicotécnica, ambas do Rio de Janeiro, além da Associação Brasileira de psicólogos e a Associação Paulista de Psicologia, de São Paulo, a Associação Mineira de Psicologia e do Instituto de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

A exposição revela ainda que o Conselho Nacional de Educação, por meio da Comissão de Ensino Superior, pôde constatar a importância da formação em dois níveis,

(bacharelado e a licença), com currículo mínimo e flexível, como previsto para as carreiras liberais e técnico-científicas, entendendo que as duas modalidades poderiam preparar orientadores educacionais, tema já tratado nas leis do ensino médio.

O Ministro ressaltou a formação humanística que o Projeto nº 3825/58 propunha, e, segundo ele, necessária à compreensão da vida social e suas transformações. Reforçou outros pontos já tratados no Projeto, recordando que o mesmo levava em consideração as atuais tendências relativas à boa organização universitária e que, com prudência, o mesmo havia deixado o exercício da Psicologia Clínica para o médico, sendo esta formação a ser feita nas Faculdades de Medicina. Assim sendo, deu o parecer favorável ao Projeto nº 3825/58/58 encaminhando-o ao Congresso Nacional.

3.2.6 O Projeto nº 3825/58 de 1958

Como já pontuado, o Projeto nº 3825/58 foi apresentado ao Congresso Nacional juntamente com os documentos expostos acima nos tópicos 3.2.4 e 3.2.5. O Projeto datado de 19 de março de 1958 foi o primeiro Projeto apresentado por Juscelino Kubitschek ao Congresso Nacional sobre a formação em Psicologia e a regulamentação da profissão de “psicologista”, nome mantido como também indicado no Parecer nº 412.

De acordo com o Projeto nº 3825/58, a formação em Psicologia Científica e Aplicada deveria ser ofertada em Faculdades de Filosofia que já ofertassem cursos de Filosofia e Pedagogia em regime de reconhecimento, e que tivessem condições de criar um Instituto de Psicologia com serviço de aplicação à Educação e ao Trabalho, abertos ao público, gratuitos ou remunerados. Os cursos deveriam ser de bacharel em três séries anuais e de licença subsequente a este, em duas séries anuais (Quadro 3) sendo a primeira série de estudos comuns e a segunda com duas modalidades: uma denominada Pesquisa e Ensino e outra denominada Aplicação (Rio de Janeiro, 1958).

Quadro 3 - Disposição curricular do Projeto nº3825/58

Série	Bacharelado	Licença	
1ª	Introdução à Filosofia; Biologia; Psicologia do Desenvolvimento Humano; Estatística.	Psicologia Experimental; Psicologia Clínica; Teoria e Prática dos testes individuais; Fundamentos e Técnicas de Orientação Educacional e Profissional.	
2ª	Sociologia;	Modalidade Pesquisa e ensino	Modalidade Aplicação

	Psicologia da Aprendizagem; Psicologia Diferencial; Estatística.	Métodos de investigação estatística na Psicologia; Lógica e Filosofia das Ciências; Problemas atuais de Psicologia (pura e aplicada, inclusive as da expressão artística); Didática. (Mais duas disciplinas <u>ad referendum</u>)	Fisiologia e Higiene do Trabalho; Teoria e Prática de Análise das Profissões; Interpretação psicológica de casos individuais; Seleção profissional.
3ª	Psicologia Social Psicopatologia Geral Psicologia de Personalidade História da Psicologia		

Fonte: adaptado do Projeto nº3825. Rio de Janeiro, 1958.

Conforme o Quadro 3 acima, podemos perceber que a licença neste Projeto era direcionada para a atuação prática do futuro profissional, com mais disciplinas voltadas para a Psicologia Aplicada ao Trabalho. Apresenta apenas a disciplina de Didática, que se relacionava a formação de professor. Já na modalidade Pesquisa e Ensino, as disciplinas pareciam voltadas à Pesquisa. No primeiro ano da licença, as disciplinas comuns atendiam a âmbitos gerais das áreas.

Para a admissão no curso de licença era necessário que o aluno tivesse o diploma de bacharel em Psicologia e com aprovação global de nota 7 nos exames da última série do bacharelado. Se levarmos em consideração a disciplina de Didática como direcionada à formação de professores secundaristas, podemos inferir que o formato curricular desse Projeto parecia com o do antigo formato 3+1. É curioso notar que os portadores do diploma de bacharel em Pedagogia poderiam ser admitidos no curso de licença em Psicologia, se aprovados nos exames de Estatística, Psicopatologia e História da Psicologia, e os portadores do diploma de bacharel em Filosofia, se aprovados em exames de Estatística, Psicopatologia e Psicologia diferencial.

Conforme o Projeto, os diplomados como bacharéis receberiam o título de Psicologista-auxiliar, e o diploma de licença na modalidade Pesquisa e Ensino também habilitaria os diplomados ao ensino de Psicologia e de Filosofia nas escolas de ensino médio, desde que concluído o estágio de quatro meses em estabelecimentos oficiais ou colégios de aplicação anexos as Faculdades de Filosofia, além de autorização para exercer a função de Orientador Educacional. Condições específicas para a matrícula poderiam ser utilizadas, conforme o regimento de cada faculdade, como a exigência de provas de personalidade em caráter eliminatório, tanto para o curso de bacharel quanto para a licença.

No Projeto, os portadores da licença na modalidade “Aplicação” poderiam organizar serviços de Psicologia Aplicada nas áreas das formações específicas, e poderiam organizar e dirigir serviços de Psicologia aplicada à Educação e ao Trabalho. Os concluintes da modalidade Pesquisa e Ensino poderiam dirigir serviços de Psicologia aplicada à Educação, após um ano como orientador educacional. Entretanto, nenhum licenciado, de qualquer das duas modalidades, poderia organizar e dirigir serviços de Psicologia Clínica, pois conforme o Projeto, estes serviços requeriam a direção de um médico, sendo os psicólogos então apenas prestadores de serviço na função de assistente técnico. (Rio de Janeiro, 1958)

O artigo 18 do Projeto nº 3825/58 ressalta ainda que até que houvesse diplomados licenciados em Psicologia em número suficiente aos serviços de orientação educacional nos estabelecimentos de ensino médio, seria autorizado que as Faculdades de Filosofia ofertassem em regime de emergência cursos para habilitar orientadores educacionais de ensino médio com a seguinte grade de disciplinas obrigatórias: Problemas da Adolescência, Fundamentos e Técnicas da Orientação Educacional, Teoria e Prática de Testes Individuais e Coletivos, Administração Escolar, especialmente Organização de Ensino Médio, Didática Geral e Especial. Para este curso os pré-requisitos eram ser portador de licença para o ensino secundário e normal em qualquer dos cursos das Faculdades de Filosofia, desde que comprovassem exercício mínimo de dois anos no magistério em estabelecimentos de ensino médio. (Rio de Janeiro, 1958)

Como ficou evidente neste Projeto, a licença possibilitava formar professores pelo menos para a segunda série da modalidade Pesquisa e Ensino, não ficando claro se a formação era para professores secundaristas. Caso fosse, o modelo de formação estabelecido neste Projeto parecia ser o antigo modelo 3+1, que não era mais o modelo de formação de professores secundaristas em vigência no país, posto que desde a década de 1940 a reformulação curricular da licenciatura previa que as disciplinas da mesma fossem ofertadas durante a formação do bacharelado. Além disso, conforme o art. 18 do mesmo, a licença parecia mais voltada para formar o orientador educacional do que formar um professor, apesar de que, algumas das disciplinas explicitadas como da formação de orientadores, no mesmo artigo, também pertenciam ao currículo da formação do professor secundarista nas Faculdades de Filosofia.

A orientação educacional estava presente nas legislações oficiais brasileiras desde o Decreto-lei nº 4073 de 30 de janeiro de 1942, Lei Orgânica do Ensino Industrial. Foi introduzida também no ensino secundário pelo Decreto-lei nº 4244 de 9 de abril de 1942 e em

seguida no Ensino Comercial e Ensino Agrícola pelos Decreto-lei nº 6141 de 28 de dezembro de 1943 e Decreto-lei nº 9693 de 20 de agosto de 1946, respectivamente. A indicação da orientação educacional nas legislações possivelmente era associada à preocupação do governo em relação à formação pedagógica dos jovens, mas muito mais à formação profissional destes, inclusive porque a preparação para o trabalho era a política da época. Aponta, por exemplo, o Decreto-lei nº 4244/42,

Art. 81. E' função da orientação educacional, mediante as necessárias observações, cooperar no sentido de que cada aluno se encaminhe convenientemente nos estudos e na escolha da sua profissão, ministrando-lhe esclarecimentos e conselhos, sempre em entendimento com a sua família.

Art. 82. Cabe ainda à orientação educacional cooperar com os professores no sentido da boa execução, por parte dos alunos, dos trabalhos escolares, buscar imprimir segurança e atividade aos trabalhos complementares e velar por que o estudo, a recreação e o descanso dos alunos decorram em condições da maior conveniência pedagógica. (Brasil, 1942)

A orientação educacional foi incluída nas escolas do ensino secundário brasileiros, principalmente em escolas profissionalizantes comerciais, industriais e agrícolas. Apesar da legislação, de acordo com Baptista (2011) não havia numero suficiente de profissionais formados, então eram os serviços especializados existentes em algumas cidades, tais como o SOSPE, o ISOP, dentre outros, que faziam a orientação dos jovens. Com os incentivos governamentais a partir de 1945 até 1961, ampliaram o número de orientadores, “criando cursos de formação rápidos ou regulares, promovendo jornadas, encontros e simpósios com a finalidade não só de divulgar a existência desta, mas principalmente esclarecendo suas funções, seus objetivos e formas de trabalho” (p.402). No período, o enfoque da orientação educacional era voltado para o âmbito psicológico preventivo, relacionado ao desenvolvimento dos jovens e interesses ocupacionais, para adaptação dos mesmos a escola ao trabalho e até a própria vida (Baptista, 2011).

Com a LDB de 1961, ficou estabelecido que seriam criados cursos para formação de orientadores educacionais para o ensino médio nas Faculdades de Filosofia, aos quais teriam acesso os “licenciados em Pedagogia, Filosofia, Psicologia ou Ciências Sociais, bem como os diplomados em Educação Física pelas Escolas Superiores de Educação Física e os inspetores Federais de ensino, todos com estágio mínimo de três anos no magistério.” (Brasil, 1961, art. 63)

Assim, podemos compreender que nesse primeiro projeto do Ministério da Educação, Projeto nº 3825/58, o foco da formação era a prática da Psicologia aplicada à escola e ao

trabalho, já que na clínica o psicólogo seria mero auxiliar do médico. O mais curioso é que na escola o psicólogo seria o orientador educacional, ou seja, restou o espaço da área do trabalho, e talvez seja por isso que a distribuição curricular dessa modalidade apresentava mais disciplinas voltadas para a área.

Bernardes (2004) relembra que ao psicologista restavam as atividades de campos “fundamentais de aplicação: abriam-se ‘consultórios’ nas escolas, ‘salas de orientações’ nas empresas, nas escolas, etc” (p. 90).

No âmbito do Congresso Nacional, o Projeto nº3825/58 foi denominado Projeto nº 3825A de 1958, e sem nenhuma alteração foi lido na Câmara dos Deputados em 11 de abril de 1958. Depois de encaminhado para impressão, foi enviado às Comissões de Constituição e Justiça e de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados e em 14 de abril foi distribuído à Comissão de Constituição e Justiça, tendo como relator o Deputado Joaquim Durval.

3.2.7 O Substitutivo das Associações Paulistas

A proposta do Projeto nº3825/58, de que a formação em Psicologia Clínica seria de responsabilidade das Faculdades de Medicina, gerou muitas insatisfações entre os profissionais que já atuavam na área. A partir da solicitação dos próprios sócios, a Sociedade de Psicologia de São Paulo passou a analisar e discutir o Projeto em tramitação na Câmara. Em comissão inicial composta por Odette Lourenção³⁷, Carolina Bori³⁸ e Mathilde Neder³⁹ empreenderam-se estudos do projeto e posteriormente apresentou-se os resultados em sessões abertas aos demais sócios. Nessas sessões ficou definido que apresentariam um Substitutivo para o Projeto e/ou que proporiam emendas ao mesmo. É assim que, a partir de então, a Sociedade de Psicologia de São Paulo e a Associação Brasileira de Psicólogos passam a trabalhar juntas para a construção do material e, após várias reuniões, encaminham um Substitutivo à Câmara Federal. (Boletim de Psicologia, n.37, 1959)

³⁷ Fez Pedagogia pela Faculdade de Filosofia da USP e se tornou professora assistente da disciplina de Psicologia Educacional desde a conclusão da graduação. Tornou-se professora titular do Instituto de Psicologia da USP em 1978. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932001000300009

³⁸ Graduada em Pedagogia pela USP em 1947. No ano posterior foi admitida como professora assistente na mesma faculdade. Em 1954 conclui o doutorado em Psicologia pelo Instituto de Psicologia da USP. Produziu vários trabalhos no âmbito da Psicologia Experimental. Disponível em <http://carolinabori.mec.gov.br/?pagina=carolinaBori>

³⁹ Pedagoga pela USP em 1946 e especialista em Psicologia Educacional e Psicologia Clínica. Atuou significativamente em Psicologia Hospitalar e pioneira em psicoterapia breve no Brasil. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932005000200013

Os textos desse Substitutivo paulista foram produzidos por Dante Moreira Leite⁴⁰ e assinados por Annita de Castilho Marcondes Cabral, Presidente da Associação Brasileira de Psicólogos e por Odette Lourenção, Presidente da Sociedade de Psicologia de São Paulo e endereçado ao deputado Coelho de Souza⁴¹, Presidente da Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados. No ofício datado de 08 de julho de 1958, argumentavam que o Substitutivo tinha o intuito de contribuir com o Projeto nº 3825/58 e que os debates ocorridos pelas sociedades que representavam o documento haviam sido feitos por vários membros que já exerciam a profissão em diversos estados do país, e neste sentido o documento poderia atender melhor aos interesses dos profissionais em relação ao exercício da profissão de psicólogo e à capacitação dos mesmos.

No artigo 1º do Substitutivo das Associações Paulistas, reforçava-se que a formação em Psicologia deveria ser feita em cursos de bacharelado e licença nas Faculdades de Filosofia, sendo o curso de bacharelado ofertado em três séries anuais e o curso de licença, subsequente ao bacharelado, composto por três séries anuais, sendo as duas primeiras de estudos comuns e a terceira possuindo três modalidades: Psicologia Aplicada ao Trabalho, Psicologia Clínica e Psicologia aplicada à Escola (Quadro 4).

Quadro 4 – Estrutura curricular do Substitutivo das Associações Paulistas

Série	Bacharelado	Licença
1ª	Introdução á Filosofia; Biologia; Fisiologia; Estatística; Psicologia Geral e Experimental; Psicologia do Desenvolvimento	Neurologia; Psicologia Educacional; Psicologia Profunda; Técnicas do Exame Psicológico
2ª	Fisiologia; Estatística; Sociologia; Antropologia; Psicologia Experimental; Psicologia Diferencial	Psiquiatria, Psicologia do Excepcional, Relações Humanas, Pedagogia Terapêutica Técnicas Projetivas
3ª	Psicologia Social; Psicologia da Aprendizagem; Psicologia da Personalidade;	Psicologia aplicada Trabalho Clínica Escola

⁴⁰ Graduado em Filosofia na USP em 1950. De 1951 à 1958 foi docente na Faculdade de Filosofia da USP e em 1954 defende sua tese “*Caráter nacional do brasileiro: estudo de ideologias e estereótipos*” sob orientação de Annita Cabral, obra que se torna livro e referência significativa para a Psicologia, principalmente Psicologia Social. Disponível em <http://citrus.uspnet.usp.br/centrodememoriaip/?q=node/203>

⁴¹ Advogado e juiz, foi secretário de Educação e Cultura do Rio Grande do Sul. Professor de Ciências Políticas na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS) e da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Membro, Instituto Histórico-Geográfico do Rio Grande do Sul. Disponível em http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=122027&tipo=0

Psicologia Patológica e do Anormal; (+ duas disciplinas determinadas pela Faculdade)	Economia; Política; Fisiologia e Higiene do Trabalho; Seleção e Orientação Profissional; Análise das Profissões e Mercado de Trabalho no Brasil; Teoria e Prática do Aconselhamento Psicológico	Teorias e Técnicas Psicoterápicas; Clínica Psicológica para Crianças; Clínica Psicológica para Adolescentes e Adultos; Teoria e Prática do Psicodiagnóstico Clínico; Teoria e Prática do Aconselhamento Psicológico.	Sociologia Educacional, Higiene Mental Escolar, Teoria e Prática da Orientação Educacional, Psicologia das Matérias Escolares, Teoria e Prática das Medidas Escolares, Teoria e Prática do Aconselhamento Psicológico.
---	---	--	--

Fonte: Revista de Psicologia Normal e Patológica, n. 3-4, 1958, p. 394-395

Para todas as séries do curso de licença seriam obrigatórios estágios de 12 horas semanais, num total de 200 horas anuais. Os alunos da 2ª série da licença deveriam submeter à Psicoterapia de grupo, e, na 3ª série, na modalidade Psicologia Clínica e à Psicoterapia Individual.

Nesse Substitutivo das Associações paulistas, para matrícula na licença era obrigatório o diploma de bacharel em Psicologia. Para além da estrutura curricular disposta no Quadro 4, os alunos aprovados na 1ª série do curso de licença (4º ano do curso) e nas matérias de Didática Geral e Didática Especial receberiam o diploma de licenciado em Psicologia, e aos concluintes de qualquer uma das modalidades do curso de licença conferia-se o direito de exercer a profissão de psicólogo e o direito de lecionar Psicologia seria dado ao portador do diploma de licenciado em Psicologia e o portador do diploma de psicólogo teria as atribuições privativas:

Direção e execução de serviços de diagnóstico psicológico; aplicação, avaliação e interpretação de provas e testes psicológicos; realização de aconselhamento psicológico; Emprego de técnicas psicológicas no tratamento dos distúrbios emocionais; seleção e orientação de pessoal. (Revista de Psicologia Normal e Patológica, n. 3-4, 1958, p. 394-395)

Além do Substitutivo, as associações paulistas encaminharam também uma justificativa composta de críticas e sugestões ao Projeto nº3825/58. Relatavam no documento que, diante das demandas e condições de vida da sociedade e desenvolvimento científico daqueles dias, a formação de psicólogos era necessária. Ressaltavam também que para o conhecimento e respeitabilidade social do exercício profissional do futuro profissional era fundamental que o curso fosse a nível universitário e equiparado a outras carreiras liberais, onde os diplomados não necessitassem de tutela ou patrocínio de outros profissionais para o

exercício da profissão. A crítica parecia relacionada aos projetos que propunham cargos de auxiliares para os psicólogos.

Fica claro no documento que a justificativa para um curso de seis anos era a de ampliar a informação técnica e científica em teorias e processos de análise dos problemas sociais e individuais. O documento ressaltava também que, para garantir um profissional especializado, a legislação deveria estabelecer direitos, responsabilidades bem definidas e que por isso previam apenas uma profissão – a de psicólogo –, e não duas como no Projeto nº3825/58 (Psicologista e Psicologista-auxiliar). Definiram ainda que o melhor termo para designar os diplomados fosse “psicólogo”, respeitando a tradição vernácula, em um entendimento de que inovar com o uso da palavra psicologista era desnecessário.

Para rebater a formação de psicólogos auxiliares subordinados aos serviços médicos, como proposto no Projeto nº3825/58 evidenciam que o fato do Ministério da Educação e Cultura já estabelecesse que a formação do psicólogo ocorresse nas faculdades de filosofia, já era um reconhecimento que seria nelas, e não nas faculdades de medicina, que os estudos da Psicologia já estavam se desenvolvendo. Neste sentido a indicação das associações paulistas era que a formação integral deveria ser em Faculdades de Filosofia, não sendo justificável que um curso médico organizasse um curso de Psicologia e nem o contrário.

Ademais, na justificativa o autor evidencia que a opinião pública reclamava e exigia no momento era de cursos de Psicologia e a regulamentação desta profissão. Conforme o documento, era equivocado não considerar a Psicologia como ciência independente da Medicina. Interessante é que associavam o equívoco em relação às funções do psicólogo ao uso da expressão “clínica” (Psicologia Clínica). A partir disso, explicaram então que a terminologia se relacionava a formar o aluno no campo do diagnóstico psicológico e tratamento de distúrbios emocionais. Utilizaram o argumento no documento que a formação dava subsídios aos formandos inclusive para o encaminhamento do paciente ao médico ou médico psiquiatra em casos necessários. (Revista de Psicologia Normal e Patológica, n. 3-4, 1958)

Sobre a modalidade Pesquisa e Ensino proposta pelo Projeto nº3825/58 e não prevista no Substitutivo paulista, justificaram que a formação de professores de Psicologia deveria seguir os mesmos regulamentos existentes para outras disciplinas, nos cursos das Faculdades de Filosofia, sendo três anos de bacharelado e um de licenciatura. Quanto à pesquisa, o documento ressaltou que as vocações científicas seriam despertadas durante todo o curso e nesses casos os alunos seriam encaminhados para as atividades de pesquisa, sendo também

importante organizar um curso universitário de elevado nível. (Revista de Psicologia Normal e Patológica, n. 3-4, 1958)

Vale comentar que, apesar de na justificativa haver a defesa da formação do psicólogo seguindo os regulamentos das Faculdades de Filosofia, em cursos de bacharelado e licenciatura, onde somente o licenciado teria o direito de lecionar Psicologia, o formato curricular apresentado pelo Substitutivo das associações paulistas para a licenciatura não era o previsto na legislação do período para a mesma, o Decreto-lei nº 9092 de 26 de março de 1946, que exigia a inclusão ao longo da formação das disciplinas de Didática Geral, Didática Especial, Psicologia Educacional, Administração Escolar, Fundamentos Biológicos da Educação e Fundamentos Sociológicos da Educação.

Apesar de o Substituto paulista ter sido encaminhado à Câmara dos Deputados pelas sociedades signatárias, é o Projeto nº 3825/58A de 1958, que seguiu tramitando na mesma, com a denominação de Projeto nº3825B de 1958, e no dia 22 de outubro de 1958 teve a aprovação do relator deputado Joaquim Duval⁴², que entendeu que o mesmo era muito mais de competência específica da Comissão de Educação e Cultura. Do ponto de vista da juridicidade ou constitucionalidade, o relator não se opôs à aprovação do mesmo. Depois dessa avaliação, o Projeto foi encaminhado à Comissão de Educação e Cultura da Câmara em 05 de novembro de 1958 e distribuído ao relator dessa comissão em 11 de novembro do mesmo ano.

3.2.8 O posicionamento dos estudantes do Instituto de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)

Tomando conhecimento sobre o Substitutivo das duas entidades, por meio de uma publicação na *Revista de Psicologia Normal e Patológica*, os alunos do Instituto de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul também se posicionaram em relação ao mesmo. Após assembleia e representados pelo presidente Paulino Antunes dos Santos e pelo secretário Péricles Augusto Machado Nunes, do Centro de Estudantes do Instituto de Psicologia da PUCRS, os alunos elaboraram um memorial de apoio ao documento e encaminharam em 24 de abril de 1959 ao deputado gaúcho Coelho de Souza, com cópia para o diretor do Instituto de Psicologia da Universidade Católica de São Paulo, Enzo Azzi⁴³,

⁴² Advogado do Rio Grande do Sul (RS), foi professor de direito administrativo na Faculdade de Direito da Universidade do Rio Grande do Sul. Foi deputado federal de 1955 a 1963. Disponível em <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/duval-joaquim>

⁴³ Médico italiano que chega ao Brasil em 1949 e instala o Instituto de Psicologia e Pedagogia na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (IPPUC-SP), em 1952. Criou o curso de Psicologia na mesma instituição e

pedindo a este que enviasse cópias também para as diretorias da Associação Brasileira de Psicologia e da Sociedade de Psicologia de São Paulo.

No memorial, o grupo de alunos se posicionou a favor de todos os pontos tratados no Substitutivo paulista, com exceção do postulado no art. 12, referente ao registro profissional das pessoas que já exerciam atividades profissionais de Psicologia aplicada. Entendiam que era necessário melhorar o texto do mesmo para que não houvesse possibilidade de interpretações dúbias. Ressaltam também que encaminhariam cópias aos Deputados e Senadores gaúchos solicitando-lhes apoio ao Substitutivo e a breve aprovação da lei. O Deputado José Coelho redirecionou o memorial ao deputado Aducto Cardoso, relator do projeto em 20 de maio de 1959.

3.2.9 Substitutivo Aducto Cardoso

Diante do Substitutivo paulista e após as sugestões dos alunos do Rio Grande do Sul, Aducto Cardoso⁴⁴, relator da comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados, em 10 de junho de 1959, apresentou um parecer sobre o processo, se posicionando favorável ao Substitutivo das duas Associações de São Paulo em detrimento ao Projeto nº 3825B/58. Justificou que o Substitutivo era mais exigente e homogêneo, entretanto sugeria o uso do termo “psicologista” como referência aos profissionais e apresentou ajustes ao referido Substitutivo.

Aducto Cardoso ressaltou, na oportunidade, que tanto o Projeto nº 3825B/58 quanto o Substitutivo apresentavam insuficiência na formação prática dos alunos, pois para a formação e compreensão do ser humano era preciso ir além da cultura livresca, sendo indispensável que desde o início da formação houvesse um aumento de treinamento intensivo em laboratórios⁴⁵ e serviços abertos ao público.

contribuiu com a Psicologia em estudos voltados para os jovens. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932008000400017

⁴⁴ Aducto Cardoso advogado e jurista. Opositor ao governo de Getúlio Vargas subscreveu o “Manifesto dos Mineiros”, documento publicado em 24 de outubro de 1943, que reunia vários intelectuais do período e defendia a redemocratização do país e o fim da ditadura do “Estado Novo”. Para detalhes consultar http://www2.camara.leg.br/a-camara/conheca/historia/Ex_presidentesCD_Republica/adaucto.html Segundo Moraes apud Sá (2010), Aducto Cardoso era casado com uma psicanalista e que a partir do contato de Lourenção com o irmão de Annita Cabral que também era deputado Federal, Aducto Cardoso passou a ser o relator do projeto. Ver <https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/16897/1/Marcos%20Almeida%20de%20Sa.pdf>

⁴⁵ No documento, o relator cita ter acompanhado de perto o trabalho desenvolvido no Laboratório de Psicologia da antiga Escola de Aperfeiçoamento de Minas e que o mesmo servia de referência para os trabalhos práticos a serem investidos na formação de psicologistas.

O relator também julgava importante que houvesse a exigência de monografia ao término do curso, como comprovação de experiência de campo e sistematização de conhecimentos e esclareceu que, em relação à exigência de psicoterapia para o estudante, como solicitado pelo Substitutivo, era preciso relativizar. Sugeriu que a mesma fosse apenas “recomendável” aos que se dedicassem à formação no campo do Trabalho e da Educação, e que seria indispensável uma análise pessoal completa para o futuro profissional do campo da clínica. (Cardoso, 1959)

O autor desse Substitutivo ressalta que não concordava com o documento paulista que propunha uma formação menor para os professores de Psicologia (1ª série da licença), “Consideramos que ao Psicologista licenciado é que compete ensinar ou exercer a Psicologia, tarefas igualmente importantes e, ao nosso ver, inseparáveis da exigência de campo exigida no 2º e 3º ano de licença.” (Cardoso, 1959, p.106)

Em relação ao registro dos profissionais já em exercício, o relator acreditava ser prudente considerar no mínimo cinco anos de trabalho para a solicitação do mesmo, entendendo que desta forma conseguiria também atender as solicitações dos estudantes da Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Acrescentou que, em relação ao conflito entre a Psicologia e a Medicina pontuado pelo Substitutivo paulista, do ponto de vista dele era indispensável à colaboração entre as duas profissões para um trabalho de equipe.

O Substitutivo que chamaremos de Aducto Cardoso, por ser este o nome do deputado à frente do mesmo, é analisado e aprovado pela Comissão de Educação e Cultura no dia 22 de junho de 1959, incluindo ressalvas dos deputados Derville Allegretti⁴⁶ e Lauro Cruz⁴⁷, sendo que o segundo deles passou a ser o relator e revisor do trabalho. O Substitutivo de Aducto Cardoso tinha a mesma disposição curricular do Substitutivo paulista, acrescido de um parágrafo no art. 3 relativo à ampliação para 800h de trabalhos práticos, de observação e pesquisa. No artigo 11, acrescentou ainda que, para a solicitação de registro profissional, os títulos deveriam ser expedidos por Estabelecimentos de Ensino Superior devidamente reconhecidos pelo Ministério da Educação e Cultura.

Outra mudança significativa do Substitutivo do deputado em relação ao Substitutivo das Associações Paulistas é relativa aos direitos dos portadores de diploma. No Substitutivo

⁴⁶ Professor de matemática financeira e português. Participou da Revolução Constitucionalista em 1932 e no mesmo ano formou-se bacharel pela Faculdade de Direito de São Paulo. Disponível em <http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/dicionarios/verbete-biografico/allegretti-derville>

⁴⁷ Lauro Cruz foi médico paulista também diplomado em Ciências Físicas pela Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo. Exerceu a medicina e a docência em física. Na década de 1950 foi eleito deputado federal por São Paulo. Disponível em <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/lauro-monteiro-da-cruz>

Adaucto Cardoso, os portadores da licença em Psicologia somente após registro em repartição competente do Ministério da Educação e Cultura é que estariam aptos a exercer e ensinar a Psicologia. O relator alterou também as funções do psicologista, sendo privativa a utilização de métodos e técnicas psicológicas visando o diagnóstico psicológico, orientação e seleção profissional, orientação educacional e a solução de problemas de ajustamento, desde que não enquadradas na área da psicopatologia, que segundo o texto do Substitutivo era área específica da profissão médica. O curso se mantinha como proposto pelo Substitutivo paulista, em três séries para o bacharelado e três séries para a licença.

Esse Substitutivo de Adauto Cardoso, juntamente com o Projeto nº3825B/58, o Parecer nº412, a Exposição de Motivos nº112, os pareceres da Comissão de Constituição e Justiça, é encaminhado para impressão em 03 de agosto de 1959 e publicado no Diário do Congresso Nacional em 04 de outubro de 1959.

Em 29 de outubro de 1959 foi anunciada a discussão única do projeto, porém os deputados Fernando Ferrari⁴⁸, Campos Vergal⁴⁹ e Temparini Pereira⁵⁰ oferecem emendas ao mesmo. Tanto a Emenda de Fernando Ferrari quanto de Temparini Pereira se relacionava as condições para a solicitação do registro profissional e a Emenda de Campos Vergal propunha acrescentar a disciplina de parapsicologia na grade curricular.

Redistribuído o material para a Comissão de Justiça, o relator Silva Prado⁵¹ expede um relatório sobre as emendas dizendo que as mesmas deveriam ser examinadas pela Comissão de Educação e que não apresentavam vício de inconstitucionalidade. O Parecer do relator é aprovado em 10.12.1959 pela Comissão de Justiça, que opina unanimemente pela constitucionalidade tanto do Substitutivo de Adauto Cardoso quanto das emendas oferecidas pelos deputados.

3.2.10 As reivindicações do ISOP

⁴⁸ Advogado lecionou economia política na Escola de Comércio de Santa Catarina. Defendeu em 1956 o programa de apoio ao governo de Juscelino. Disponível em <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/ferrari-fernando>

⁴⁹ Docente por 25 anos, desde 1922 em disciplinas de português, latim, geografia e história do Brasil. Dentre outros projetos lutou pela reforma e modernização do ensino secundário e pela instituição de uma disciplina de paraPsicologia ou metapsíquica em cursos universitários. Disponível em <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/romeu-de-campos-vergal>

⁵⁰ Advogado foi professor de economia política na Faculdade de Ciências Econômicas na Universidade do Rio Grande do Sul. Por força do Ato Institucional nº1 de 1964, teve seu mandato cassado e seus direitos políticos suspensos. Disponível em <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/armando-temperani-pereira>

⁵¹ Advogado, participou da Revolução Constitucionalista de 1932, foi secretário dos Negócios Internos e Jurídicos da Prefeitura Municipal de São Paulo em 1953. Disponível em <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/francisco-gomes-da-silva-prado>

Entre o final do mês de outubro e dezembro⁵², os profissionais do Instituto de Seleção e Orientação Profissional (ISOP) da Fundação Getúlio Vargas encaminharam um memorial aos deputados se posicionando sobre os artigos do Projeto nº 3825B/58 e sobre o Substitutivo da Comissão de Educação de Adauto Cardoso, pedindo atenção sobre três pontos específicos: a inclusão do nome da Associação Brasileira de Psicotécnica como participante da comissão constituída para a análise dos pedidos de registro; sobre o tempo de exercício de atividades na área da Psicologia para solicitação de registro e o terceiro ponto reivindicava alteração do texto relativo às funções do psicologista:

O portador da licença em Psicologia, registrada na repartição competente do Ministério da Educação e Cultura, estará apto a exercer a função de Psicologista e ensinar a Psicologia. § 1º - Constitui função privativa do Psicologista a utilização de métodos e técnicas psicológicas, visando: a) diagnóstico psicológico b) orientação e seleção psicológica c) assistência psicológica. § 2º- Fica excluída da função do psicologista a área da psicopatologia, específica da profissão médica. § 3º - É da competência do psicologista a colaboração em assuntos psicológicos ligados a outras disciplinas, respeitados os direitos e áreas privativas ligados a outras disciplinas, respeitados os direitos e áreas privativas dos respectivos profissionais: médicos, juristas ou quaisquer outros. (Arquivos Brasileiros de Psicotécnica, 1960, v. 12, n. 1)

Como exposto acima, o texto mantém o termo psicologista, bem como sugere retirar da função privativa do mesmo as funções relacionadas à psicopatologia, que, do ponto de vista da Associação Brasileira de Psicotécnica, pertenciam à profissão médica. Ou seja, essa proposta conservava o caráter restritivo para as funções do psicólogo, como no projeto inicial, de 1958.

Com relação a esta questão, Sá (2012) se posiciona,

Assim como na justificativa do substituto de São Paulo foi atribuído ao termo 'clínica' a possível fonte de equívoco, temos a hipótese de que a caracterização de atribuições profissionais como 'privativas' poderiam significar esta ameaça a uma categoria profissional já estabelecida. Caso fosse interpretado que o uso de métodos e técnicas psicológicas para solução de todo e qualquer tipo de problema de ajustamento fosse privativo do psicólogo, médicos psiquiatras poderiam ver-se impedidos de utilizar tais recursos em sua prática profissional. (p.37)

Realmente é provável que o temor pudesse estar vinculado ao uso da terminologia, já que no período, muitos médicos faziam parte das próprias organizações de profissionais que atuavam com as técnicas psicológicas. Mas acreditamos também que poderia se relacionar ao próprio interesse do ISOP de não investir no campo ou nas técnicas da Psicologia Clínica, ou

⁵² Não conseguimos precisar a data do envio do documento. O memorial consta nos documentos do dossiê da regulamentação e também foi publicado no volume 12, n.1 dos Arquivos Brasileiros de Psicotécnica de 1960. Disponível em <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/abpt/issue/view/1072>

mesmo não fragilizar as relações que mantinham com a classe médica. Por outro lado, se levarmos em consideração as três reivindicações do ISOP, podemos perceber que as mesmas estavam relacionadas à própria defesa da instituição pelo reconhecimento de seu trabalho e atuação até então.

3.2.11 O Substitutivo Lauro Cruz

Somente em 11 de outubro de 1960 o Substitutivo Aduacto Cardoso é distribuído novamente ao relator da Comissão de Educação e Cultura da Câmara, deputado Lauro Cruz.

Esse deputado mantinha uma articulação com profissionais que atuavam com as práticas psicológicas e Associações de Psicologia, bem como essas organizações também mantinham contato com outros políticos que podiam de alguma forma contribuir com a oficialização da profissão. Alguns contatos foram veiculados no Boletim de Psicologia, periódico da Sociedade de Psicologia de São Paulo. No exemplar nº 44, janeiro/dezembro de 1962,

A troca freqüente de correspondência, cartas e telegramas, entre o nobre Deputado paulista Dr. Lauro Cruz e a Dra. Carolina M. Bori, Presidente da Sociedade de Psicologia de São Paulo, ilustra bem a participação de nossa Associação e a valiosa colaboração prestada pelo Deputado Lauro Cruz. Dos vários contactos mantidos com autoridades do Legislativo Federal, o mais extenso e profundo nos seus resultados, foi a reunião realizada a 27-12-60 que contou com a presença do Deputado Lauro Cruz. Dessa reunião participaram 20 psicólogos, representando 26 entidades paulistas de Psicologia. O resultado foi o memorial de seis páginas datilografadas, enviado pela Presidente da Sociedade de Psicologia de São Paulo ao Deputado Lauro Cruz, que teve como título 'Respostas e Sugestões às questões surgidas em reunião de 27-12-60, seguindo a ordem e numeração do Substitutivo Aduacto Cardoso.' (Boletim de Psicologia, 1962, julho/dezembro, nº44, p. 70)

A partir de outro exemplar do Boletim de Psicologia, de 1961, é possível compreender que o movimento em prol da regulamentação da formação e profissão, além de envolver outras instituições fora do âmbito Rio-São Paulo, como por exemplo, a Sociedade Mineira de Psicologia, que encaminhou emendas ao Projeto nº 3825B/58, também se fazia pela Associação Universitária de Estudos Psicológicos constituída pelos alunos do curso de Psicologia da USP, que organizaram uma “Campanha pela Regulamentação do Curso e oficialização da Profissão de Psicólogo” (Boletim de Psicologia, 1961, p. 65). Inclusive Todorov (2000) ressalta que integrou um grupo de alunos da USP que acompanhou Carolina Bori à casa do Deputado Lauro Cruz “para convencê-lo da importância da aprovação da Lei que criaria o curso de Psicologia em âmbito nacional e a profissão de psicólogo” (s/n).

Desses encontros e dos estudos sobre os projetos e emendas que tramitavam na Câmara, resultou um relatório e um novo Substitutivo apresentado em 11 de abril de 1961 pelo deputado Lauro Cruz à Comissão de Educação e Cultura. No relatório, o deputado expôs o cuidado para a elaboração do Substitutivo, construído a partir de longas considerações sobre todos os Projetos, tanto o do poder Executivo, quanto o Substitutivo Adauto Cardoso e as emendas apresentadas pelos demais deputados. Relembrou também que recebeu sugestões de várias entidades, dentre elas a Associação Brasileira de Psicologia Aplicada (antes Associação Brasileira de Psicotécnica), a Sociedade de Psicologia de São Paulo, a Associação Universitária de Estudos Psicológicos e a Sociedade de Psicologia do Rio Grande do Sul.

O deputado esclareceu ainda que toda a matéria sobre a regulamentação da formação e da profissão de psicólogos foi analisada pelos representantes das seguintes entidades presentes às reuniões,

Universidade de São Paulo (Cadeira de Psicologia Educacional), Universidade Católica de São Paulo (Instituto de Psicologia- Clínica Psicológica), Serviço de Higiene Mental Escolar (Diretoria do Serviço de Saúde Escolar do Departamento de Educação), Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Campinas, Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras de Sorocaba, Instituto de Reabilitação da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (Serviço de Psicologia), Prefeitura Municipal de São Paulo (Clínica Psicológica), Clínica Psicológica da Sociedade Pestalozzi de São Paulo, Faculdade de Higiene e Saúde Pública da Universidade de São Paulo (Serviço de Psicologia), Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro (Departamento de Psicologia), Hospital das Clínicas (Seção de Higiene Mental da Clínica Pediátrica), Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Santos (Seção de Orientação Educacional), psicólogos com Clínica Particular, Ex- alunos do Curso de Psicologia Clínica da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras "Sedes Sapientiae", alunos e ex-alunos do Curso de Psicologia Clínica da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Católica e Universidade de São Paulo, Sociedade de Psicólogos de São Paulo, Associação Brasileira de psicólogos, Associação Brasileira de Psicologia Aplicada, Sociedade de Rorschach (São Paulo e Internacional), A.P.A. Associação Americana de Psicologia, Sociedade Interamericana de Psicologia, S.I.P. Sociedade Internacional de Psicologia Aplicada, Associação Paulista de Higiene Mental e Psiquiatria Infantil, Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, Centro de Estudos Franco da Rocha e Associação de Estudos Universitários de Psicologia. (Cruz, 1961, p.2)

Durante as reuniões, as emendas dos deputados foram aceitas com algumas modificações propostas pelos presentes. Sobre a emenda Campos Vergal, que tratava da inclusão da parapsicologia no currículo da licença, compreendeu-se que seria mais adequado a um curso de medicina, inclusive por já ter sido proposta pelo mesmo deputado anteriormente para as Faculdades de Medicina do país. A emenda de Temparini Pereira foi aceita parcialmente, pois entendiam que o direito ao exercício profissional fosse concedido apenas para os profissionais que tivessem feito cursos de pós-graduação com duração mínima de dois

anos. Já a emenda do deputado Fernando Ferrari seria contemplada quase que em sua totalidade neste Substitutivo que apresentavam na ocasião.

De acordo com esse segundo Substitutivo, que chamaremos de Lauro Cruz por ser este o nome do deputado à frente do mesmo, os cursos se denominariam de “Bacharelado, Licenciado e de Psicólogo”, sendo que no curso de “Licenciado” para além das disciplinas já indicadas no anteprojeto anterior, incluíram a disciplina de Administração Escolar. Para os cursos de “Licenciado” e “Psicólogo”, os trabalhos práticos em estágios teriam mínimo de 200 horas em cada série e os alunos receberiam assistência individual ou em grupo por parte da escola. A análise pessoal foi considerada onerosa para os estudantes, sendo excluída do Substitutivo. Assegurou-se a revalidação de títulos adquiridos no estrangeiro e as dispensas de disciplinas seriam equivalentes até no máximo seis nos cursos de “Bacharelado” e de “Psicólogo” e duas na quarta série do curso de licenciado.

Foram mantidos os direitos ao exercício do magistério dos professores que até a data da publicação da lei estivessem em cargos de ensino e autorizados pelo Ministério da Educação e Cultura. Os cursos de Psicologia que já estivessem em funcionamento deveriam se adequar as exigências da nova lei e a defesa de tese ao término do curso foi excluída, já que em outros cursos de formação profissional também não era exigida como obrigatória.

Foram excluídas também as disposições de formação transitória sobre orientadores educacionais, entendendo que o assunto deveria figurar em outro diploma legal. No novo Substitutivo, respaldado e construído com as 56 entidades e 126 representantes ao todo, definiu-se que o currículo não fosse mais flexível que a inclusão de duas disciplinas de livre escolha no curso de bacharelado e uma no curso de psicólogo.

Quando dispuzermos de maior número de especialistas devidamente habilitados ao exercício do magistério, com largo tirocínio no campo profissional, contribuindo pela sua cultura para o aprimoramento de uma profissão que só deve ser exercida em elevado nível ético e técnico, maior flexibilidade nos currículos se poderá admitir sem os riscos de um ensino falho, deficiente, e a diplomação de elementos sem o preparo mínimo indispensável ao exercício de uma carreira de tão alta responsabilidade. O diploma legal que se propõe é, por isso, devidamente cauteloso. (Cruz, 1961, p. 3)

O Substitutivo ao Projeto nº 3825B/58, juntamente com o relatório, foi aprovado pela Comissão de Educação e Cultura na sessão de 26 de abril de 1961. Nesse Substitutivo Lauro Cruz, muito similar ao Substitutivo das Associações paulistas, a formação de psicólogos foi apresentada em três séries para o bacharelado (mesmo currículo do Substitutivo das

instituições paulistas) e o curso de licenciado compreenderia uma série subsequente ao curso de bacharelado, apresentando a estrutura curricular disposta no Quadro 5 a seguir.

Quadro 5 – Estrutura Curricular do Substitutivo Lauro Cruz

Série	Bacharelado	Licenciatura	Curso de Psicólogo		
1ª	Introdução à Filosofia; Biologia; Estatística; Fisiologia; Psicologia Geral e Experimental; Psicologia do Desenvolvimento.	Neurologia; Psicopedagogia Psicologia Profunda Técnicas do Exame Psicológico Administração Escolar; Didática Geral Didática Especial	Neurologia; Psicopedagogia; Psicologia Profunda; Técnicas do Exame psicológico		
2ª	Fisiologia; Estatística; Sociologia; Antropologia; Psicologia Experimental; Psicologia Diferencial.		Psiquiatria; Psicologia do Excepcional; Relações Humanas; Pedagogia Terapêutica; Técnicas Projetivas		
3ª	Psicologia Social; Psicologia da Aprendizagem; Psicologia da Personalidade; Psicopatologia. (+ duas outras disciplinas obrigatórias escolhidas pela Faculdade.)		Psicologia Aplicada		
			Trabalho	À Clínica	À Educação
			Economia Política; Fisiologia e Higiene do Trabalho; Seleção de orientação Profissional; Análise das Profissões e Mercado de trabalho no Brasil; Teoria e Prática do Aconselhamento Psicológico.	Teorias e técnicas Psicoterápicas; Clínica Psicológica para Crianças; Clínica Psicológica para Adolescentes e Adultos; Teoria e Prática do Psicodiagnóstico Clínico; Teoria e Prática do Aconselhamento Psicológico	Sociologia Educacional; Higiene Mental Escolar; Teoria e Prática da Orientação Educacional; Teoria e Prática das Medidas Escolares; Teoria e Prática do Aconselhamento psicológico.

Fonte: Projeto nº 3825B/58.

Como se vê neste Quadro 5, acrescentou-se uma formação que denominaram de “Curso de Psicólogo” em mais três séries, compreendendo a formação em três modalidades: Psicologia Aplicada ao Trabalho, Psicologia Clínica e Psicologia Aplicada à Educação, com duas séries comuns às três modalidades e a terceira série diferenciada com currículo específico às temáticas, estágios de no mínimo 200 horas em cada série, além de ser

facultativo às escolas a escolha de incluir em cada série uma disciplina de livre escolha. A licenciatura também previa estágios sob supervisão, perfazendo um mínimo de 200 horas. Além disso, os cursos deveriam ser ofertados nas Faculdades de Filosofia, atender as exigências legais do ensino superior e mediante decreto do Governo Federal. Era necessário ainda que as faculdades organizassem Serviços Clínicos e aplicados à Educação e ao Trabalho, com orientação de professores e abertos ao público, gratuitos ou remunerados. Para os estágios os alunos poderiam se deslocar a outras instituições dentro dos critérios dos professores do curso.

Nesse Substitutivo, observamos que, pela primeira vez, houve menção sobre o direito de ensinar Psicologia aos portadores de diplomas de todas as três modalidades,

Art. 11 – Ao portador do diploma de Bacharel em Psicologia é conferido o direito de ensinar Psicologia em cursos de grau médio, nos termos da legislação em vigor.

Art. 12 – Ao portador do diploma de Licenciado em Psicologia é conferido o direito de lecionar Psicologia, atendidas as exigências legais devidas.

Art. 13 – Ao portador do diploma de Psicólogo é conferido o direito de ensinar Psicologia nos vários cursos de que trata esta lei, observadas as exigências legais específicas, e a exercer a profissão de Psicólogo. (Cruz, 1961, p. 4)

Além das modificações na estrutura curricular, o Substitutivo Lauro Cruz apresenta as funções privativas do Psicólogo, como o uso de métodos e técnicas psicológicas para os seguintes objetivos: “diagnóstico psicológico, orientação e seleção profissional, orientação psico-pedagógica; solução de problemas de ajustamento”, sendo ainda competência do Psicólogo, colaborar com outras ciências em assuntos psicológicos. (Brasil, 1958)

Sobre o ensino como função das três modalidades, associamos o fato de que nesse período era muito comum que bacharéis dos vários cursos pudessem atuar no grau médio, desde que autorizados pelo órgão educacional competente. Talvez por isso o verbo utilizado no Substitutivo é o “ensinar” Psicologia em cursos de grau médio, diferente do disposto para a modalidade “Licenciatura” que traz o verbo “lecionar” Psicologia. Já os licenciados eram autorizados por lei a lecionar disciplinas dos cursos de origem, desde que tivessem feito a licenciatura nas Faculdades de Filosofia. Além disso, ainda há a questão da orientação educacional, que apesar de não aparecer nesse Substitutivo era ponto discutido na LDB de 1961 que seria promulgada em dezembro do mesmo ano em que o Substitutivo Lauro Cruz estava sendo produzido. Conforme a LDB, os licenciados em Psicologia poderiam fazer cursos de Orientação Educacional e atuar na área. Já os diplomados em Psicologia, conforme esse Substitutivo poderiam também “ensinar” Psicologia nos cursos de Psicologia, isso porque era comum e esperado que os diplomados nas Faculdades de Filosofia em qualquer

curso ministrassem disciplinas em seus cursos de origem e nas mais diversas Faculdades. É interessante lembrar, como já exposto acima, que no relatório anexo a este Substitutivo havia menção sobre a docência nos cursos de Psicologia, quando o relator confirmou a importância de não flexibilizar o currículo dos cursos de psicólogos para não incorrer no risco de ofertar um ensino falho e deficiente, alegando a necessidade de obter especialistas também devidamente habilitados ao exercício do magistério, já que era necessário inclusive o aumento de novos psicólogos para a formação de outros profissionais de Psicologia.

Em sessão de 25 de maio de 1961, o Projeto nº 3825B/58, juntamente com os pareceres da Comissão de Constituição e Justiça, a Exposição de Motivos nº 112, o Parecer nº 412, o primeiro Substitutivo da Comissão de Educação e Cultura (Aducto Cardoso), mais pareceres sobre as emendas e o segundo Substitutivo Lauro Cruz da Comissão de Educação e Cultura são encaminhados à Câmara dos Deputados, sendo esse último Substitutivo aprovado em discussão única do dia 24 de Julho de 1961, que se torna Projeto nº 3825C/58 e é encaminhado novamente para o Senado Federal em 01 de agosto de 1961.

No Senado Federal, a Comissão de Educação e Cultura elaborou os Pareceres de nº 774 e 775. O Parecer nº 774 era relativo a flexibilização e a liberdade na formação dos currículos dos cursos de Psicologia nas diversas faculdades, desde que cercadas de medidas que pudessem evitar o desvirtuamento do objetivo do projeto. Segundo o relator, esse era o modelo aprovado pelo Senado para o projeto da LDB de 1961, e que dava liberdade para que as Congregações das Faculdades organizarem os currículos dos seus cursos, sob o entendimento de que as mesmas teriam a competência de conhecer e estruturar os currículos mais convenientes para cada realidade local, desde que contassem com a aprovação do Conselho Nacional de Educação (CNE) para entrar em vigor.

O CNE propôs então a Emenda nº 1 – CEE, que após os artigos 1º, 2º 3º e 4º, que descreviam as disciplinas, e acrescentou o art. 5º,

Os currículos a que se referem os artigos anteriores poderão ser modificados por proposta das Congregações de professores dos cursos de Psicologia das Faculdades de Filosofia, devidamente aprovada pelo Conselho Nacional de Educação. § Único – Ao Conselho Federal de Educação cabe, ainda, fixar a duração do curso de psicólogos, no mínimo em duas séries, de conformidade com os currículos aprovados. (Brasil, 1961, p.3)

Outra emenda proposta pelo Conselho era de modificação no texto do artigo 19º do projeto, que tratava dos casos de portadores de diplomas que pleiteassem o registro de psicólogo. Para este, a Emenda nº3 - CEE acrescentava os certificados de especialistas em

Psicologia Clínica ou Psicologia Aplicada aos já mencionados especialistas em Psicologia e Psicologia Educacional. Já a Emenda nº4 propunha reduzir para dois anos o tempo de atividades profissionais necessários para aquisição dos registros.

No Parecer nº 775 da Comissão de Serviço Público Civil, o senador Joaquim Parente ressaltou que, em relação aos dois artigos do projeto que tratavam das garantias relacionadas aos professores que estivessem ocupando cargos de ensino na data da publicação da lei e aos funcionários públicos efetivos em cargos de Psicólogo, Psicologistas ou Psicotécnico, já havia prescrições legais sobre os direitos garantidos aos mesmos, e que, sendo assim, poderiam deixar de existir como artigos no projeto se fosse o caso.

Em 14 de dezembro de 1961, o Projeto nº 3825/58 e emendas são reencaminhadas a Câmara dos Deputados com a aprovação do Senado, chegando às Comissões de Constituição e Justiça e de Educação e Cultura como Projeto nº3824E/58 e recebendo a constitucionalidade das emendas em 22 de maio de 1962. Na Comissão de Educação e Cultura, composta por Derville Allegretti (no exercício da presidência), Lauro Cruz (relator), Yukishigue Tamura, Cardoso de Menezes, Pacheco Chaves, Dirceu Cardoso, Nelson Omega, Abel Rafael, Paulo Freire, Menotti Del Picchia, Aderbal Jurema e Aurélio Vianna, ressaltou-se que por ser um curso novo e ainda não ter um significativo número de especialistas para o exercício do magistério no mesmo, era necessário manter um nível técnico e ético elevado. Aprovou-se apenas uma das emendas propostas pelo Senado, a emenda nº3, e de rejeição das outras três, dentre elas as que travam de manter os currículos flexíveis e definidos pelas Congregações dos cursos em 30 de maio de 1962.

O Projeto com as modificações se tornou Projeto nº 3825F/58 e foi para a Comissão de Redação para os ajustes ortográficos e redação final concluída em 07 de julho de 1962. O Presidente da República João Goulart recebeu o Projeto, porém vetou os artigos 2º, 3º, 4º e 14, bem como expressões contidas nos artigos 13 e 23, em 27 de agosto de 1962. Justificou os vetos apresentando as seguintes razões: referente aos artigos 2º, 3º e 4º, relatou que os mesmos impunham a duração dos cursos de bacharelado, licenciado e psicólogo e a indicação dos respectivos currículos e que assim faltava elasticidade nos mesmos, contrariando uma boa técnica educacional. O Presidente indicou a flexibilização dos programas e cursos, ressaltando a grandeza territorial do país e as diferenças regionais do mesmo. Recordou que uma orientação liberal seria mais conveniente, como inclusive poderia ser encontrada também na LDB de 1961: “o currículo mínimo e a duração dos cursos que habilitem a obtenção de

diploma capaz de assegurar privilégios para o exercício da profissão liberal serão fixados pelo Conselho Federal de Educação.” (Brasil, 1961)

Do ponto de vista do Presidente, o Conselho deveria opinar sobre o assunto atentamente e “com maior profundidade aos interesses nacionais, o veto preserva os modernos conceitos de educação, sem invadir os princípios que determinam a elaboração do projeto.” (Brasília, 1962a)

Sobre os vetos do Presidente da República ao Projeto de Lei nº 3825F/58, no art. 13 foi vetada a palavra “privativa”, justificando que a utilização de métodos e técnicas psicológicas de acordo com os objetivos indicados pertenceria também a outros setores, como a medicina e a assistência social, e que sendo assim os mesmos teriam seus direitos cerceados caso mantivesse a palavra. Relativo ao veto do art. 14 da mesma lei, o Presidente da República justificou que, ao assegurar o direito ao exercício do magistério de forma ampla e sem discriminação, abrangeria profissionais que possuíam autorização precária para lecionar e que essa não era a intenção. Da parte final do art. 23, o veto teria o propósito de possibilitar a consulta e escolha de outras entidades ou organizações oficiais ou privadas especialistas no tema do projeto, para além das indicadas no artigo. O Projeto nº3825F/58 foi transformado em lei nº 4119 em 27 de agosto de 1962, incluindo os vetos do Presidente.

Apreciados os vetos pelo Ministro da Educação, o Projeto seguiu para a votação na Câmara dos Deputados. Em sessão do dia 06 de dezembro de 1962, o deputado Lauro Cruz, na qualidade de também relator-geral da LDB, defendeu e concordou com os vetos aos arts. 2, 3 e 4, relativos à disposição curricular, entretanto defendeu rejeição ao veto da palavra privativa no artigo 13. Segundo ele o projeto era sobre a formação e regulamentação da profissão de psicólogos, e assim sendo, o mesmo deveria tratar apenas de atribuições e funções que cabiam a esse profissional. Ressaltou que

se outras profissões como as de assistente social e de médico têm suas atribuições confiadas pela Lei aos psicólogos, então não há razão de ser do projeto de lei. Se esta procurou individualizar a profissão e regulamentar os cursos de formação, evidentemente deve estabelecer as atribuições privativas da profissão que a regulamenta. (Brasília, 1962b)

Após pronunciamento, não havendo nenhuma oposição dos presentes ao relato, os vetos foram votados e mantidos nos artigos 2º, 3º e 4º, mantida também a expressão “privativa” no artigo 13º, recusado, portanto, o veto do Presidente da República ao mesmo. Em 29 de maio de 1963, a Lei nº 4119 de 27 de agosto de 1962 retorna à Câmara dos Deputados para o incluso autógrafa das partes vetadas pelo Presidente da República.

Uma questão curiosa é que retiraram as indicações de disposição curricular para a formação de psicólogos no Brasil, porém mantiveram os tópicos relativos à docência para os diplomados nas três modalidades de formação. Assim, tanto o bacharel quanto o licenciado e o psicólogo poderiam lecionar, contudo em níveis de ensino diferentes. O psicólogo ensinaria Psicologia nos cursos superiores de Psicologia, o bacharel lecionaria no ensino médio, e o licenciado deveria seguir o estabelecido pela legislação educacional.

Possivelmente a partir daí a licenciatura em Psicologia passou a ser ofertada dentro dos moldes dos demais cursos ofertados pelas Faculdades de Filosofia no Brasil no mesmo período: disciplinas de Didática e Administração Escolar, oferecidas ao longo da formação no bacharelado. Contudo o direcionamento dado para o direito a lecionar na Lei nº 4119/62 era diferente do estabelecido na legislação educacional, que previa que o licenciado lecionaria no ensino médio e não o bacharel. Para Cirino e Miranda (2013) “pode-se interpretar que o fazer do licenciado estava disperso nas atividades regulares dos “especialistas” em Psicologia. Portanto, não havia necessidade clara de delimitação de um campo específico” (p.56).

Concordamos com esses autores que relembram que os profissionais que atuavam com Psicologia no país ainda na primeira metade do século XX, além de produzirem espaços para a atuação profissional, também se envolveram com os dispositivos legais da regulamentação da formação e profissão e que,

por um lado, tais documentos são produto das práticas que os antecederam e, assim, foram influenciados pela docência dos ‘especialistas’ em Psicologia. A atuação daqueles envolvidos com a Psicologia compreendia, sobremaneira, o fazer do professor de Psicologia. Por outro, os textos legais regulamentaram e legitimaram práticas psicológicas, dentre elas o ensino de Psicologia vinculado à licenciatura. As práticas cotidianas dos ‘especialistas’ em Psicologia, então, eram delimitadas pelo campo de atuação do psicólogo legalmente reconhecido. Isso implicou no reconhecimento e na legitimação da docência em Psicologia como atribuição do diplomado em Psicologia. (Cirino e Miranda, 2013, p.58)

Como observado durante todo o processo de regulamentação da formação e da profissão de psicólogos no Brasil desde 1953, as disputas e defesas em relação à estrutura curricular da formação e as funções do psicólogo foram muitas. Em síntese podemos dizer que as mesmas trataram especificamente de definições quanto ao nome do futuro profissional, quanto às funções privativas do mesmo e sobre a atuação desse profissional no âmbito da clínica, numa disputa de espaço profissional com os médicos. Não evidenciamos em nenhum momento do processo a defesa ou a manutenção da licenciatura nas propostas de cursos de formação de psicólogos, a não ser que essa fizesse parte de uma exigência legal no país.

CAPÍTULO 4 – A PSICOLOGIA E A LICENCIATURA EM PSICOLOGIA NA FACULDADE DE FILOSOFIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Neste capítulo abordaremos a inserção da licenciatura no curso de Psicologia da UFMG. Para que possamos compreender essa inserção, apresentaremos um breve relato de como o próprio curso de Psicologia se constitui nesta universidade, já que o curso sofreu modificações curriculares a partir de políticas internas e externas à universidade durante a década de 1960, recorte temporal desta pesquisa.

4.1 A Psicologia na UMG: Contexto e apresentação

O curso de Psicologia da Universidade de Minas Gerais foi criado no ano de 1962 na Faculdade de Filosofia, com a entrada da primeira turma em 1963, porém o movimento para o funcionamento desse curso inicia-se bem antes de sua instalação. Como relatado por Giusta, Campos e Machado (1986), o curso de Psicologia da UFMG foi criado a partir das necessidades sociopolíticas locais e pode ser compreendido a partir da própria História da Psicologia no Estado.

[...] a efervescência no contexto educacional associada ao trabalho visando a modernização do sistema refletia as mudanças por que passava a sociedade brasileira, da ruptura de um modelo de Estado oligárquico e patriarcal à passagem para a inserção de um Estado capitalista nacional apoiado em uma emergente burguesia industrial. No contexto deste estado capitalista moderno tornava-se importante não só fortalecer o princípio liberal da igualdade de oportunidades como também proceder à formação da mão de obra necessária à implantação do modelo capitalista urbano-industrial. Assim, tendo consciência do problema que representava para este projeto o fato de que 70% da população brasileira era analfabeta, as elites dirigentes assumiram o programa de expansão da escola pública, a partir da década de 30. (Giusta, Campos e Machado, 1986, p.80)

Em Minas Gerais, a partir do final da década de 1920, muitos psicólogos, médicos e educadores que atuavam com práticas psicológicas estiveram aqui ministrando palestras e cursos sobre Psicologia. Como exemplo, podemos citar Waclaw Radecki, que ministrou um curso de Psicologia e Julio Porto-Carrero, que ministrou palestra sobre a Psicanálise e Criminologia (Lourenço, 2007), Théodore Simon e Léon Walther, que ministraram cursos sobre Psicologia na Escola de Aperfeiçoamento, e Helena Antipoff, que além de ministrar cursos e participar da formação das especialistas, ficou também

[...] encarregada de organizar o Laboratório de Psicologia Experimental, já adquirido pelo governo mineiro na Europa, e de reger por dois anos, inicialmente, curso e trabalhos práticos ligados ao laboratório. (Campos, 1980, p.36)

Tanto o Laboratório de Psicologia quanto a própria criação da Escola de Aperfeiçoamento Pedagógico de Minas Gerais, instalada em 1929 na Escola Normal Modelo em Belo Horizonte, congregaram um polo de estudo, discussão e experimentos em Psicologia na cidade de Belo Horizonte. As estudantes da Escola atuavam como docentes na educação do estado e algumas delas passavam a participar do laboratório como assistentes, apropriavam-se de técnicas e instrumentos psicológicos aplicados à educação sob a coordenação de Helena Antipoff (Miranda, 2014).

Além desses espaços, outros órgãos no Estado como o SOSP⁵³ e o DOT⁵⁴, contribuíram para que a Psicologia estivesse presente através de palestras, cursos e formação de profissionais e foram espaço de reconhecimento dos serviços psicológicos durante as décadas 1950 e 1960 em Minas Gerais.

A própria criação e constituição da Faculdade de Filosofia da Universidade de Minas Gerais⁵⁵ colaboraram com a disseminação dos conteúdos psicológicos no Estado. Criada em unidade independente da Universidade de Minas Gerais, a Faculdade de Filosofia de Minas Gerais (FFMG) foi organizada a partir da mobilização de professores que atuavam no Instituto Ítalo-Mineiro Guglielmo Marconi⁵⁶ e fundada⁵⁷ em abril de 1939.

⁵³ Serviço de Orientação e seleção Profissional (SOSP), primeiro Serviço de Psicologia do Brasil sob responsabilidade governamental, que congregou técnicos especialistas em testes e técnicas psicológicas para a orientação e seleção de pessoas. Além dos serviços prestados ao Instituto de Educação, o SOSP atendia ao público em geral prestando serviços de orientação vocacional e profissional e também aos órgãos e departamentos do governo mineiro prestando serviços de seleção de funcionários. Conforme Carvalho, Campos e Silva (2013), o SOSP produziu métodos e conhecimentos em psicometria e Psicologia, em consonância com a época e o momento político, econômico e social em que estava inserido, sendo considerada uma instituição de vanguarda na área.

⁵⁴ Departamento de Orientação e Treinamento (DOT) do Banco da Lavoura de Minas Gerais, criado em 1959 e funcionamento até 1968. O psicólogo francês Pierre Weil a convite do Serviço Nacional do Comércio (SENAC) veio para o Brasil em 1948 juntamente com Leon Walther e desenvolveu uma rede nacional de serviços de orientação educacional e profissional. Em 1958 mudou-se para Belo Horizonte e chefiou o DOT (Weil, 1967) Conforme Almeida (1989) vários profissionais renomados atuaram no departamento, com dinâmica de grupo e psicossociologia a partir de técnicas como o psicodrama e o sociodrama de Jacob Moreno, dentre eles Célio Garcia, Jarbas Portela, ambos psicólogos e psicanalistas e Ruy Flores Lopes, especialista em testes de Personalidade.

⁵⁵ A Universidade de Minas Gerais passa a se denominar Universidade Federal do Estado de Minas Gerais somente em 1965.

⁵⁶ Colégio de Ensino Secundário criado em 1936 mantido pela Casa d'Itália, sociedade civil criada em Belo Horizonte, com estatuto registrado em 1935 e objetivo de agregar instituições italianas e manter o espírito de amor à pátria italiana por meio do desenvolvimento da instrução, esportes e assistência. (Haddad, 1988)

⁵⁷ Teve como fundadores os professores Arthur Versiani Veloso, Braz Pellegrino, Pe. Clovis de Souza e Silva, José Lourenço de Oliveira, Guilhermino Cesar, Orlando de Carvalho, Nivaldo Reis, Mário Casasanta e Vicenzo Spinelli. Em 1942, devido ao posicionamento do Brasil ao lado da Itália na Segunda Grande Guerra, a permanência da Faculdade nos prédios de uma instituição italiana passa a lhe causar mais problemas, assim é que em abril do mesmo ano o Secretário de Educação de Minas concedeu que a mesma fosse transferida para as dependências do edifício da Escola Normal Oficial da Capital, sem qualquer ônus e com a garantia de utilização inclusive de seus laboratórios e biblioteca. (HADDAD, 1988) A Faculdade de Filosofia permaneceu neste local até 1952, quando foi transferida para o Edifício Acaiaca no centro de Belo Horizonte e a partir de 1961

O primeiro grupo de cursos foi autorizado a funcionar em novembro de 1940, após várias reuniões e adesão de professores que constituíram as 50 cadeiras, cada uma delas direcionada às disciplinas dos cursos que seriam ofertados pela faculdade. Helena Antipoff foi convidada a ser responsável pela cadeira 46, de Psicologia Educacional, integrando assim o primeiro grupo de professores da instituição, sendo a única mulher entre eles (Haddad, 1988).

Os primeiros cursos da Faculdade de Filosofia iniciaram em 1941 e também seguiam o formato 3+1, modelo estabelecido para a Faculdade Nacional de Filosofia e como previsto na legislação do período. Os bacharéis nos diversos cursos da Faculdade de Filosofia de Minas Gerais complementavam a formação com o curso de 1 ano de Didática, licenciando para a docência no ensino secundário. O curso de Didática⁵⁸, desde a criação da Faculdade, era composto pelas disciplinas de Didática Geral, Didática Especial, Psicologia educacional, Administração Escolar, Fundamentos biológicos da Educação e Fundamentos Sociológicos da Educação.

Esse curso de didática era o responsável pela formação de professores, porém Melo e Araujo (2016) recordam que a formação do professor ocorria também durante o bacharelado, em cursos chamados cursos “extraordinários”⁵⁹ e cursos “intensivos”. Nesses cursos era comum a presença de conteúdos e palestras sobre temáticas da Psicologia. Identificamos na Revista *Kriterion* (1947) um exemplo de um curso intensivo registrado como “Curso Intensivo de férias para o aperfeiçoamento de professores do ensino secundário”, em que a Psicologia estava presente nas conferências proferidas por Henri Pieron⁶⁰ em três temas: “Que é aptidão?; Psicologia e Matemática; O universo dos homens comparados com o dos animais” (KRITERION, 1947, p.116-119)

funcionou em sede própria à Rua Carangola, no Bairro Santo Antônio em Belo Horizonte, até ser transferida para o campus Pampulha da UFMG na década de 1990.

⁵⁸ Os professores do curso de Didática eram: Alda Lodi, responsável pela cadeira nº 48 de Administração Escolar e Educação Comparada; Filocelina da Costa Matos Almeida, cadeira nº 50 de Didática geral e especial; Maria Luiza de Almeida Cunha, cadeira nº 49 de História e Filosofia da Educação; Helena Antipoff, cadeira de Psicologia Educacional; Braz Pellegrino, cadeira nº 20 de Biologia Geral. Com exceção de Braz Pellegrino que era Médico e livre docente da Faculdade de Medicina da UMG, as demais professoras citadas eram vinculadas a Escola Normal Modelo ou a Escola de Aperfeiçoamento da Capital. Além desses professores, o professor Morse de Belém Teixeira era professor interino da cadeira de Fundamentos sociológicos da Educação (Anuário da FFMG, 1953)

⁵⁹ Os cursos equivalentes ao bacharelado eram chamados cursos ordinários. Os cursos extraordinários correspondiam a cursos de “aperfeiçoamento em temas próprios às áreas disciplinares ou destinados aos conteúdos não incluídos nos programas dos cursos ordinários” (Viana, Cota, Faria Filho, Araújo, 2016, p. 72)

⁶⁰ Pioneiro da Psicologia científica e aplicada. Pieron criou cursos, laboratórios, institutos e sucedeu Binet no Laboratório de Psicologia fisiológica em Sorbonne, fundou em 1921 o Instituto de Psicologia da Universidade de Paris. Veio a Minas Gerais por intermédio de Helena Antipoff. Mais detalhes sobre Pieron ver <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/abpt/article/view/15084/13976>

Era comum, no início da FFMG, que os professores promovessem seminários temáticos versando assuntos pertinentes a suas respectivas disciplinas. Em outubro de 1944, Antipoff promoveu um seminário que teve como tema “A lógica afetiva na Psicologia de Claparède” (Anuário, 1953, p. 298).

No fim do ano de 1944, Antipoff precisou se ausentar de Minas e quem passou a ser professora regente da disciplina durante o ano de 1945 foi Maria Angélica de Castro⁶¹. No ano seguinte, Pedro Parafita de Bessa, ex-aluno de Antipoff, foi convidado a assumir a mesma disciplina de Psicologia Educacional no curso de Didática e no curso de Pedagogia⁶², que passou a funcionar na década de 1950.

Como Bessa ressaltou em Leite (2011), a disciplina de Psicologia Educacional foi o âmago do futuro curso de Psicologia da UMG. Era a partir dela, inclusive, que os alunos dos cursos da FFMG aprendiam a crítica à ciência e suas metodologias, ao que já estava pronto e aos preconceitos, e utilizavam para isso uma significativa bibliografia⁶³.

Bianchi (2014) confirma que, no período inicial do curso de Pedagogia da FFMG, o desenvolvimento da pesquisa se deu principalmente na disciplina de Psicologia Educacional, sob orientação de Antipoff⁶⁴ e Bessa. Desta forma, é possível afirmar que na Faculdade de

⁶¹ Segundo Castro (2011), Maria Angélica de Castro (19/02/1898 – 07/06/1988) foi normalista do Colégio Nossa Senhora de Lourdes em Lavras e da Escola Normal da Cidade de Oliveira. Professora e diretora em sua cidade natal Santo Antonio do Monte, em 1930 faz o curso de Orientador Técnico na Escola de Aperfeiçoamento de Belo Horizonte, sendo assistente de Helena Antipoff no Laboratório de Psicologia dessa escola até 1938. Disponível em: http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/FAEC-8M6JHG/tese_cleyde_oliveira_de_castro.pdf?sequence=1

⁶² Curiosamente, em 1951 a primeira turma de Pedagogia era composta de apenas uma aluna, Maria Auxiliadora Brasil, que inclusive depois também se tornou professora do curso de Psicologia na FFMG.

⁶³ Bessa utilizava o mesmo formato de aulas de Antipoff, que, conforme Campos (2010), buscava sempre “associar a teoria à prática da pesquisa” (p.74). Localizamos no Centro de Documentação e Pesquisa Helena Antipoff (CDPHA), programas da disciplina Psicologia Educacional e pontos de provas da mesma disciplina, porém de séries diferentes, elaborados por Antipoff e Bessa e que comprovam essa associação. No programa de Antipoff para o 1º ano do curso de Pedagogia de 1944, observamos uma bibliografia com nomes tais como: Lazurski, Claparède, Piaget, André Rey e André Ombredane, para explicações sobre temas tais como métodos em Psicologia Educacional, comportamento e conduta, necessidade e interesse, instinto, reflexo, ensaio e erro, inteligência, motricidade, uso de instrumentos, percepção, desenho, aptidão e linguagem. Já no programa de Bessa para a mesma disciplina no 3º ano do curso de Pedagogia de 1953, fica evidente que além dos conteúdos relativos a aprendizagem, conceitos e teorias, havia também o estudo dos testes, construção, aplicação e conhecimentos sobre alguns desses relativos à inteligência, interesse, personalidade e outros. Havia ainda a indicação da parte prática da disciplina, que incluía o estudo dos testes, estudos experimentais sobre a aprendizagem e visitas a estabelecimentos de Psicologia aplicada. (Localização no acervo: caixa E1-4, pasta 4, documento 3 e 4)

⁶⁴ Em fins da década de 1940, Antipoff retoma suas atividades em Belo Horizonte, entretanto muito mais direcionada à Fazenda do Rosário em Ibirité. Continua sendo a professora catedrática da disciplina de Psicologia Educacional durante os anos de 1950 e início dos anos de 1960, e não se afasta por completo da Faculdade de Filosofia, pelo contrário, continua opinando e participando de decisões sobre as atividades da mesma. Identificamos em atas do período que estava presente em reuniões do Conselho Técnico Administrativo, na organização do Laboratório de Psicologia, promovendo a formação através de cursos e palestras de profissionais da área da Psicologia. Em ata do CTA de junho de 1961, por exemplo, observamos uma solicitação da mesma

Filosofia de Minas Gerais a Psicologia foi o espaço de experimentação e de construção da crítica científica para os primeiros pedagogos egressos da mesma.

Em 1948, a FFMG foi incorporada a Universidade de Minas Gerais⁶⁵, que foi federalizada em 1949. A Faculdade de Filosofia passou a se chamar Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) e nesse período a instituição ainda estava abrigada em parte do prédio em que funcionava o Instituto de Educação de Minas Gerais (IEMG)⁶⁶. De 1944 até 1952, tanto as aulas teóricas quanto as aulas práticas da disciplina de Psicologia Educacional dos cursos da FFCL aconteciam no Laboratório de Psicologia do próprio IEMG e mesmo com a mudança da Faculdade de Filosofia para o 19º e 20º andares do Edifício Acaiaca em 1952, as aulas práticas da disciplina continuaram acontecendo nesse mesmo Laboratório.

Conforme programas⁶⁷ da disciplina de Psicologia Educacional localizada no CDPHA, após o retorno de Antipoff à Belo Horizonte, tanto ela como Bessa permaneceram lecionando disciplinas nas turmas da FFCL⁶⁸. Além disso, envidaram esforços para que fosse criado um Laboratório de Psicologia na instituição.

De acordo com o livro de atas do Conselho Técnico Administrativo⁶⁹ da FFCL de 1956, em ata do dia 22 de junho de 1957, o diretor da Faculdade designou Emanuel B. Fontes⁷⁰ como relator do processo em que Bessa sugeria a instalação de um Laboratório de Psicologia Educacional próprio para a faculdade. Pessotti (2004) lembrou que “Bessa conseguiu uma verba de 1500 dólares para equipar o laboratório de Psicologia, o que deu ao ensino de Psicologia Educacional um cunho mais experimental. O SOSP treinou

para nova vinda de André Rey à Faculdade de Filosofia para ministrar um curso de Psicologia. Este profissional já tinha estado em Minas em 1956 para ministrar curso de Psicologia Experimental, à convite de Antipoff também.

⁶⁵ De acordo com Haddad (1988) a UMG passou a ser denominada de Universidade Federal de Minas Gerais a partir da lei nº4159 de agosto de 1965.

⁶⁶ Em 28 de janeiro de 1946 a Escola de Aperfeiçoamento de Belo Horizonte foi extinta e criou-se o IEMG que abrangia as seguintes unidades: Jardim de Infância, Grupo Escolar Luiz Pessanha, Curso Ginásial e secundário, Segundo Ciclo de Secundário Formação de Professores, Curso de Administração escolar. Em 1949 é criado no IEMG, o SOSP já citado acima. (MENDES, A. P. C. (1999). 1942-IEMG: casarão rosado da educação. Belo Horizonte: Gráfica e Ed. Cultura). A criação do Instituto fazia parte das diretrizes estabelecidas pelo governo federal por meio do Decreto-lei nº8530, de 2 de janeiro de 1946, Lei Orgânica do Ensino Normal, em que os Institutos de Educação deveriam prover a formação de docentes para as escolas primárias, habilitar administradores escolares, além de desenvolver e propagar os conhecimentos e técnicas relativas a educação da infância. Para isso, deveriam manter classes primárias e jardim de infância para as aulas de demonstração das normalistas. (Goulart, 1985).

⁶⁷ Localização no acervo do CDPHA: caixa E1-4, pasta 4 (vários documentos).

⁶⁸ Os professores da UMG atuavam em regime parcial, já que o regime integral só foi estabelecido nas universidades brasileiras em 1965. Ver http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1950-1969/L4881A.htm

⁶⁹ De acordo com o Anuário da FFMG de 1953, na estrutura administrativa das universidades brasileiras era previsto um Conselho Técnico-administrativo que deveria se reunir mensalmente, um Conselho Universitário com reuniões trimestrais e uma Assembleia Geral Universitária com reuniões anuais.

⁷⁰ As únicas informações que localizamos sobre Emanuel Fontes, é que o mesmo foi diretor do IEMG, professor da FFCL e posteriormente diretor da Faculdade de Educação da UFMG (1969). (Fontes diversas)

sistematicamente os alunos na aplicação de testes e o nível de ensino melhorou na faculdade” (p.135).

Em 1957, a pedido de Antipoff, o professor Ricardo Rozestraten é contratado pela FFCL para auxiliar na organização do Laboratório de Psicologia e para lecionar algumas aulas,

[...] tornei-me assim, junto com prof. Pedro Parafita de Bessa, assistente da Dra Helena Antipoff, com a tarefa de ministrar Psicologia de Aprendizagem nos cursos de Pedagogia e no de Licenciatura, além de ‘Os Sistemas Nervoso e Endócrino e Os Órgãos de Sentido’ no Curso de Pedagogia. Colaborei com meu colega, o professor Pedro Bessa, sociólogo que conseguiu alguma verba para poder comprar alguns aparelhos de Psicologia Experimental humana. (Rozestraten, Maciel e Vasconcellos, 2008, p. 53)

Além das atividades ligadas às aulas de Psicologia Educacional, o Laboratório fornecia também material para as provas práticas⁷¹ dos concursos de livre-docência das disciplinas de Psicologia vinculadas à Faculdade de Filosofia e era responsável pelos testes psicológicos aplicados aos candidatos aos vestibulares dos cursos da mesma faculdade⁷² no início dos anos de 1960. Em 1961, o Laboratório já contava também com a colaboração de Maria Auxiliadora Brasil nas tarefas do mesmo, conforme ata do CTA do mês de novembro. Nesse mesmo ano, Helena Antipoff consultou o CTA sobre a possibilidade de aproveitamento de José Nava⁷³ para o mesmo, o que não foi possível por questões financeiras.

Segundo um dos entrevistados de Goulart (1985), as aulas de Psicologia Educacional no curso de Pedagogia eram dadas pelo professor Bessa no primeiro período, e depois quem as assumia era a professora Maria Auxiliadora Brasil e o professor Ricardo Rozestraten era responsável por uma parte relacionada à Neurofisiologia e a Psicofisiologia, onde desenvolvia experimentos com análise de dados e registros, utilizando aparelhos tais como dinamômetros e audiômetros, livros de fisiologia e anatomia.

Nesse mesmo ano a FFCL mudou-se para o prédio da Rua Carangola no Bairro Santo Antônio em Belo Horizonte-MG, e os professores Flávio Neves e Pedro Bessa encaminharam

⁷¹ Identificado no Livro de Provimento de Cátedras e Livre-Docência de 1962, que se encontra no Setor de arquivos da FAFICH/UFMG, bem como as provas e atas relativas ao concurso para livre-docência da cadeira de Psicologia da Fafich/UFMG, do candidato Galeno Procópio de Mendonça Alvarenga.

⁷² Suzana Ezequiel da Cunha, no artigo “Os testes de inteligência e sua importância na orientação profissional” publicado na revista *Kriterion* nº 59-60 (jan.-jun. 1962), relata sua atuação na análise e aplicação de testes em 221 candidatos ao processo vestibular de 1961.

⁷³ Em outubro de 1961, há registro na ata do CTA uma solicitação de José Nava para seu aproveitamento no Laboratório de Psicologia, mas o conselho decide não admitir ninguém para lecionar antes da aprovação do curso. José Nava era psiquiatra, escritor e foi chefe do Gabinete de Psicotécnica do Serviço Estadual de Trânsito de Minas.

ao CTA uma solicitação para a criação do Instituto de Psicologia Geral e Aplicada⁷⁴, vinculado à Faculdade de Filosofia. Após relatório elaborado pelo professor Braz Pellegrino, a criação do Instituto foi aprovada pelo CTA.

A movimentação em prol da aprovação do curso de Psicologia na UMG se intensificou durante o ano de 1961, estando à frente das mesmas os professores Pedro Bessa e Helena Antipoff⁷⁵. Antipoff, no fim do mesmo ano, propôs ao CTA a criação de um serviço de aconselhamento vocacional na Faculdade de Filosofia, mas o Conselho achou conveniente que o serviço funcionasse como uma das atividades vinculadas ao Instituto⁷⁶ que estava sendo criado. Em reunião do CTA de 12 de dezembro de 1961, Antipoff solicitou a instalação do curso de Psicologia na FFCL, entretanto o pedido foi encaminhado à Comissão de Pedagogia e Didática para apreciação e análise. O CTA reconhecia a importância da criação do curso, mas entendia que era necessária a aprovação dos órgãos governamentais para que o mesmo entrasse em funcionamento, além de compreender que as contratações deveriam aguardar pelo início das atividades do mesmo. No fim desse mesmo ano, o próprio CTA autorizou o funcionamento do curso pré-vestibular para o referido curso. Alguns alunos do curso de Pedagogia adiantaram-se aos rumores da abertura do curso de Psicologia e solicitaram ao CTA transferência para o mesmo⁷⁷.

Não podemos esquecer que o projeto para a regulamentação da formação e profissão de psicólogo no Brasil já estava em curso, e tanto Bessa quanto Antipoff⁷⁸ participavam direta e indiretamente da construção do mesmo. No Projeto de Lei da regulamentação era previsto que profissionais formados em Pedagogia e Filosofia com certificação de curso de especialização poderiam requerer o título de psicólogo, e assim a FFCL passa a ofertar, no fim

⁷⁴ Em Sessão Extraordinária da Congregação da Faculdade de Filosofia em março de 1962, o sr. Eder Simões propõe e é aceito por unanimidade que se dê o nome da profa. Helena Antipoff ao Instituto de Psicologia da Faculdade. A proposta é aprovada tendo falado o prof. Aires da Mata Machado Filho sobre a pessoa da notável educadora. Referiu-se às homenagens que estão sendo preparadas e que o prof. Arthur Versiani Velloso seja o orador oficial. (Livro de atas da Congregação da FFCL, 28 de outubro de 1960 a 31 de janeiro de 1964).

⁷⁵ No início da década de 1960, funcionava na FFCL, um “Centro de Estudos Psicológicos”. Em 1960, o CTA disponibilizou para o mesmo um crédito de CR\$50.000,00, conforme ata do CTA datada de 28 de dezembro. Acreditamos se tratar da mesma entidade estudantil citada pelos entrevistados de Passos *et al* (2009)

⁷⁶ Segundo Haddad (1988), o Instituto de Psicologia, bem como outros, como o da Faculdade de Comunicação que seriam criados, foram redefinidos em 1966, por causa de “divergências e controvérsias não superadas. A solução institucional encontrada foi a organização da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – FAFICH, integrada pelos Departamentos de Filosofia, Sociologia e Antropologia, História, Ciências Políticas, Psicologia e Comunicação.” (p.149)

⁷⁷ Ata da Congregação de 21 de novembro de 1961.

⁷⁸ Identificamos em uma agenda de Antipoff (1975) uma agenda de atividades para o dia 14 de outubro de 1961, que entre outras tarefas, estava a de conversar com Glória Quintela para informar-se de quando seria relatado no Senado o projeto da regulamentação, além de examinar as emendas de Minas para a mesma e consultar Bessa se o mesmo já havia mandado as cópias dessas para serem distribuídas aos membros da comissão de Educação do Senado. Esses informes na agenda de Antipoff estavam vinculados ao termo “Curso de Psicologia e Instituto de Psicologia” (Antipoff, 1975, p. 163), fatos citados também em Antipoff (1975) à pag. 163.

de 1962, por intermédio de Bessa e Antipoff, um curso de especialização em Psicologia Educacional. Bessa, em entrevista a Goulart (1985) lembrou que não havia cursos de especialização em Belo Horizonte, e quando apresentaram o projeto à direção da escola e à Congregação, obtiveram aprovação para ofertar o mesmo.

Outros profissionais⁷⁹ de Psicologia circulavam nos espaços da Faculdade de Filosofia fazendo palestras, dando cursos, propondo atuação no Laboratório de Psicologia⁸⁰ e solicitando aproveitamento dos mesmos em atividades vinculadas a área da Psicologia.

Recordamos também que desde os primeiros anos da década de 1960 já havia um curso de orientação educacional na FFCL, idealizado por Bessa e no qual Antipoff era professora supervisora de estágio. Segundo Goulart (1985), os professores desse curso e da especialização em Psicologia Educacional eram professores que já atuavam na FFCL, tal como o próprio Bessa, Maria Auxiliadora Brasil e outros profissionais vinculados ao SOSF, como Marina Tavares, Maria Célia Bessa, Suzana Ezequiel, Elza Lima e Pierre Weil. Alguns desses professores posteriormente passaram a lecionar também no curso de Psicologia da FFCL, a partir de 1963.

Na ata de 28 de agosto de 1962 da Congregação consta que houve apreciação do projeto que dispunha sobre o funcionamento, em 1963, da primeira série do curso de Psicologia já aprovado pelo CTA, e assim é que o curso iniciou seu funcionamento naquele primeiro semestre de 1963.

4.2 O curso de Psicologia da Faculdade de Filosofia da UMG

O curso de Psicologia foi instalado no Instituto Central de Ciências Humanas da FFCL da UMG. Durante a década de 1960, recorte temporal desta tese, identificamos sete estruturas curriculares do mesmo, modificados a cada ano de entrada de alunos entre os anos de 1963 a 1969. Não é nossa pretensão aqui nesta tese apresentar uma longa exposição sobre o curso de Psicologia da Faculdade de Filosofia da UMG, já que outros autores⁸¹ já expuseram detalhes sobre o mesmo. Enfatizaremos apenas o primeiro currículo do curso e, posteriormente, passaremos ao estudo da licenciatura nos demais da década de 1960, foco desta tese.

⁷⁹ Na reunião de 12 de setembro do CTA Ainda na mesma ata aprovou-se um pedido da professora Alaíde Lisboa para que o professor Ruy Flores ministrasse uma série de conferências no Colégio de Aplicação da UMG, sobre “Interpretação de testes de apercepção temática”.

⁸⁰ Em ata do CTA de 07 de novembro de 1961 consta a indicação de Marina Veloso para prestar serviços no Laboratório de Psicologia, entretanto o pedido foi encaminhado para análise legal e de verbas para a contratação.

⁸¹ Para conhecer mais sobre os primeiros anos do curso de Psicologia da UFMG, indicamos os trabalhos de Giusta, Machado e Campos (1986) e de Passos *et al* (2009).

4.2.1 Primeira estrutura curricular

A primeira oferta de vagas em 1963 proporcionou um curso anual com disciplinas que contemplavam as três modalidades de formação estabelecidas pela Lei nº 4119/62, em curso de 5 anos, sendo 4 anos para a formação de bacharel e licenciado e mais um ano de curso que recebeu a denominação de “Formação de Psicólogo”.

Entre os anos de 1963 e 1967, o currículo do curso apresentou 24 disciplinas do bacharelado e quatro disciplinas da licenciatura, distribuídas nos quatro primeiros anos do curso e seis disciplinas relacionadas à formação do psicólogo, distribuídas no último ano do mesmo, conforme o Quadro 6 abaixo.

Quadro 6 - Currículo Pleno do curso de Psicologia (1963-1967)

Série	Disciplinas	Classificação
1º ano	Psicologia Geral e Experimental I (1º semestre) Psicologia Geral e Experimental II (2º semestre) Sociologia; Antropologia: Lógica; Estatística (Descritiva I); Psicologia Evolutiva I (Desenvolvimento I)	CM CM OB OB OB CM CM
2º ano	Psicologia Geral e Experimental III (1º semestre); Psicologia Geral e Experimental IV (2º semestre); Estatística II (aplicada e analítica); Psicofisiologia; Psicologia da Personalidade; Psicologia Evolutiva II	CM CM CM CM CM CM
3º ano	Psicologia Geral e Experimental V; Psicopatologia Geral I (1º semestre); Psicopatologia Geral II (2º semestre); Psicologia Social I; Psicometria; Didática Geral I (1º semestre); Didática Geral II (2º semestre).	CM CM CM CM CM OB OB
4º ano	Administração Escolar; Seleção Profissional; Psicologia Social II; Técnica de exame I (1º semestre); Técnica de exame II (2º semestre); Psicologia do Excepcional; Didática Especial; Orientação Profissional.	OB OB CM CM CM OB OB OB
5º ano	Técnicas de Exame III (1º semestre); Técnicas de Exame IV (2º semestre); Teorias e Técnicas Psicoterápicas I (1º semestre); Teorias e Técnicas Psicoterápicas II (2º semestre); Ética Profissional I (1º semestre); Ética Profissional II (2º semestre).	CM CM OB OB CM CM

Fonte: Pasta de programas do curso de Psicologia, Setor de arquivos da Fafich/UFMG.

As disciplinas desse currículo se classificavam em disciplinas “CM”, fazendo referência ao “Currículo Mínimo” estabelecido pela Resolução do CFE nº19/62, e disciplinas “OB”, de cunho obrigatório. Apesar de essa resolução vigorar desde a primeira turma do curso e fixar o currículo mínimo para todos os cursos de Psicologia brasileiros, não identificamos a disciplina de Fisiologia discriminada na estrutura curricular do curso, que fazia parte da legislação. Sobre a ausência da mesma houve a publicação de uma nota no documento justificando que a mesma teria sido ofertada em 1964 juntamente com a disciplina de Psicofisiologia, em caráter excepcional.

A disciplina de Psicofisiologia era lecionada na Sessão de Fisiologia da Faculdade de Medicina da própria UMG, e o programa da mesma para o 2º semestre de 1965 era composta de temas desde a Psicofisiologia Básica, relativa à sensação, percepção e outros, até as relações da Psicologia com a Medicina, Psicofisiologia dos Hábitos e Problemas Psicossomáticos e Somatopsíquicos, Orientação Geral da Cibernética, dentre outros.

Nessa primeira grade curricular do curso (Quadro 6), identificamos algumas disciplinas do bacharelado e da formação de psicólogos com uma carga horária grande, bem discrepante das demais, tais como Psicologia Geral e Experimental, Técnicas do Exame Psicológico, Psicopatologia e Psicologia Social. Optamos em apresentar a seguir uma breve descrição das mesmas. Os dados foram obtidos nos programas das disciplinas disponíveis no acervo do Setor de Arquivos da Fafich, entretanto nem todos contêm bibliografia, metodologia, carga horária, etc.

Dentre as disciplinas do bacharelado destacam-se um número significativo de disciplinas de Psicologia Geral e Experimental, lecionadas sequencialmente desde o 1º ano até o 3º ano, em 5 semestres do curso. No programa da disciplina de Psicologia Geral e Experimental I, a ênfase eram para os conteúdos de História da Psicologia, os campos da Psicologia e Metodologia. As demais disciplinas de Psicologia Geral e Experimental (II, III, IV, V) tratavam de temas relacionados aos processos psicológicos básicos, tais como percepção, emoção, frustração, pensamento, raciocínio, aprendizagem. Todas essas disciplinas contavam com aulas semanais de 8h, sendo 4h teóricas e 4h de prática.

Identificamos nos documentos⁸² que, a partir de 1967, havia também uma parte prática nesta disciplina⁸³.

Conforme o programa da disciplina de Psicopatologia I e II consta que a mesma era lecionada em dois semestres consecutivos. Em 1966 ela funcionou em 6h semanais, divididas em 2h para discussão da parte teórica, 2h discussão de casos e 2h para “Exame de doentes” em cada semestre, e apresentava conteúdos de história e conceitos da Semiologia Psiquiátrica, técnicas utilizadas em exames e o estudo aprofundado de tratamentos das psicopatologias, tais como psicopatias, psicose, melancolia, neuroses, delírios, dentre outros.

O livro-texto utilizado para essa disciplina era o Manual de Psiquiatria de Henri Ey em versão francesa e espanhola, e, para a aula, havia um cronograma de conteúdos que seriam discutidos em grupos e para isso os alunos deveriam se preparar com leitura prévia correspondente a aproximadamente 20 páginas do livro-texto por aula. A parte prática da disciplina era composta de “Exame de doentes” no Hospital Raul Soares e era correspondente a um estágio. As aulas da disciplina aconteciam pela manhã, mesmo turno das demais aulas, entretanto a indicação das provas era que as mesmas acontecessem em outro turno, geralmente à noite ou aos sábados.

A disciplina de Técnicas do Exame Psicológico também nos chama a atenção por ter sido lecionada desde 1966 durante dois anos, dividida em 4 semestres e de forma sequencial (Técnicas de Exame I, II, III e IV). Com carga horária de 2h e conteúdos que passam por anamnese, testes de inteligência geral, testes diferenciais de capacidade (aptidão), medidas de interesse e técnicas de personalidade.

Psicologia Social era uma disciplina presente no currículo do terceiro e quarto ano do curso, ou seja, foi lecionada em 4h semanais durante quatro semestres consecutivos e abordava temas teóricos e práticos. Na parte teórica, eram estudados desde a introdução à Psicologia Social, Psicologia Social da Personalidade, até as formas de intervenções psicossociológica e técnicas de dinâmicas de grupo. Para a parte prática, os alunos elaboravam relatórios após vivências denominadas “Experiências de Laboratório” em técnicas do Psicodrama, e outras denominadas de Círculo Cultural, Sociologia do Lazer e da Cultura de Massas, Análise de Conteúdo, Experiência de Bales, Aparecimento de normas no grupo, Escalas de Atitude, Aprendizagem em grupo, dentre outras. Conforme o programa dessa

⁸² Programa do curso de Psicologia, Pasta de programas do curso de Psicologia, Setor de Arquivos da FAFICH/UFMG.

⁸³ Para detalhes sobre a parte experimental da disciplina e do curso sugerimos a dissertação de mestrado de Miranda (2010), disponível em http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/BUOS-8E3KBS/dissertacao_rodrigo_miranda.pdf?sequence=1

disciplina, os alunos participavam também de seminários de pesquisa com o objetivo de formá-los em metodologia de pesquisa psicossociológica⁸⁴.

Conforme uma nota disponível no documento que contém a estrutura curricular do curso de Psicologia de 1963 a 1967, a parte prática das disciplinas era uma forma de compensar a ausência da “Clínica” no curso. Neste sentido, os professores⁸⁵ das respectivas disciplinas eram encarregados de ofertar trabalhos práticos substituindo o estágio obrigatório exigido pela Resolução CFE nº 19/62 para a obtenção do diploma de psicólogo.

Diferente do legislado pela Lei nº4119/62 em vigor até os dias de hoje e das demais formações nas Faculdades de Filosofia brasileiras do período, de acordo com o Currículo Pleno do curso de Psicologia da UMG de 1963, os alunos deveriam cumprir “obrigatoriamente” todas as 33 disciplinas da estrutura curricular, isto incluía todas as disciplinas das três modalidades de formação: bacharelado, Licenciatura e Formação de Psicólogos. Seguimos apresentando a licenciatura nesse currículo.

4.2.2 A licenciatura em Psicologia na UFMG na primeira estrutura curricular

A licenciatura na primeira estrutura curricular do curso de Psicologia da UMG para a entrada de alunos em 1963 foi composta pelas disciplinas: Didática Geral, Didática Especial e Administração Escolar, já que a graduação em Psicologia eximia o aluno de cumprir os créditos da disciplina de Psicologia Educacional.

Antes do curso de Psicologia se iniciar na UMG, havia na Faculdade de Filosofia uma comissão denominada “Comissão de Pedagogia e Didática” que se tornou, em 1963, um Departamento de Pedagogia e Didática, responsável pelo planejamento da formação

⁸⁴ É possível compreender em Passos *et al* (2009) que, a partir dessa disciplina, foi criado um Setor de Psicologia Social de caráter interdisciplinar no Departamento de Psicologia da UFMG e, posteriormente, em 1967, o mesmo foi transformado em Centro de Psicologia Social, responsável por estudos e pesquisas na área. Em 1968 foi renomeado de Centro de Pesquisa em Psicologia e Sociologia. A partir do trabalho desses autores, nota-se que a disciplina tomou significativa dimensão no curso de Psicologia da UFMG.

⁸⁵ Identificamos nos documentos pesquisados alguns professores do curso de Psicologia da FAFICH/UFMG durante a década de 1960: Sociologia: Pedro Galery, Petrônio Felicíssimo Machado; Psicologia Geral e Experimental: Antonio Luiz Rodrigues de Castro; Galeno Procópio de Alvarenga, Raimundo Nonato Fernandes, Adi Alvares Correia Dias, Maria Alves Pinto de Oliveira, Maria Celeste Reis, Anna Edith Bellici da Costa, Nilza Rocha Feres, Pedro Parafita de Bessa; Lógica: Guido Antonio de Almeida; Psicologia Evolutiva: Pedro Parafita de Bessa, Antropologia: Ely Bonine Garcia, Welber da Silva Braga; Fisiologia: Júlio Weinberg, Rocival Lyrio Araújo; Estatística: Suzana Ezequiel da Cunha, José Maria Pompeu Memória, Terezinha de Oliveira, Emanuel Fontes; Psicologia Evolutiva: Maria Célia de Castro Bessa; Psicofisiologia: Ricardo Rozestraten, Antonio Walter; Psicometria: Suzana Ezequiel da Cunha, Psicologia do Desenvolvimento I e II Maria Célia de Castro Bessa, Psicologia da Personalidade: Maria Auxiliadora Brasil; Psicopatologia Geral: Jarbas Moacir Portella; Psicologia Social: Pierre Weil, Célio Garcia; Seleção e Orientação Profissional: Marina Machado Tavares, Antonio Quinan; Psicologia do Excepcional: Elisio Nascimento Baptista.

pedagógica nos cursos de Pedagogia e nas licenciaturas. Alaíde Lisboa⁸⁶ fazia parte da comissão e foi ela que lecionou a disciplina de Didática Geral para a primeira turma do curso de Psicologia.

A disciplina de Didática Geral para os alunos da primeira turma foi ofertada em 1965, durante o terceiro ano do curso, e foi dividida em Didática Geral I e Didática Geral II. Apresentava um programa extenso, com tópicos e subtópicos que tratavam de temas tais como o curso de didática, seus objetivos e campo; concepções da Pedagogia e da didática, como arte, como técnica, ciência e filosofia; disciplinas básicas e auxiliares da didática; educador e o educando; os níveis de magistério: ensino superior, secundário, primário e a “deontologia professoral”⁸⁷; objetivos gerais da educação tanto no âmbito brasileiro quanto no âmbito da América Latina; os métodos científico e didático, a evolução do método e classificação dos métodos especiais; o estudo dirigido, debates e seminários; a atividade extraclasse; princípios e valores, bem como os tipos de liderança; o processo educativo; a aprendizagem e ensino; motivação; diferenças individuais de aprendizagem; pseudo-aprendizagem e aprendizagem autêntica; a organização e crítica ao currículo e planejamento do ensino; o ciclo docente: plano de curso, de unidade, de aula; as etapas das aulas; material escolar (livro, texto e recursos audiovisuais); procedimentos didáticos; linguagem didática; trabalhos em grupo; pesquisas e tarefas; verificação do rendimento escolar: procedimentos tradicionais e renovados; prova oral, escrita e prática; entrevista; prova de livro aberto; testes, critérios de promoção e reprovação; disciplina, indisciplina e manejo de classe.

Localizamos o diário de classe dessa disciplina da primeira turma do curso. Além dos nomes dos alunos, estavam também distribuídos os conteúdos lecionados por aula. Como o próprio nome da disciplina já dizia, os conteúdos tratados eram de âmbito mais geral preparando o aluno para questões mais amplas da docência e de qualquer segmento educacional.

Outra disciplina que aparece na disposição curricular da primeira oferta do curso de Psicologia da UMG era a Didática Especial, entretanto não localizamos programas dessa disciplina ofertada na primeira estrutura curricular do curso, nem identificamos o (a) professor (a) que a lecionava. Essa didática ofertada nas licenciaturas era direcionada às questões de ensino e aprendizagem voltadas ao curso em que a mesma era oferecida, então no curso de

⁸⁶ Alaíde Lisboa Oliveira, professora emérita da UFMG e pesquisadora de metodologias do ensino, integrou a Academia Mineira de Letras. Foi professora na Escola de Aperfeiçoamento Pedagógico de Belo Horizonte e no curso de Administração Escolar do IEMG. Livre-docente da disciplina de Didática da UFMG. Para conhecer mais acessar, <https://www.ufmg.br/online/arquivos/004615.shtml>

⁸⁷ Estudo ou tratado dos deveres ou regras de natureza ética do professor

Psicologia era direcionada para o ensino e aprendizagem de Psicologia. Propositamente, essa disciplina em todos os cursos da Faculdade de Filosofia era oferecida após o aluno já ter concluído a disciplina de Didática Geral, para que o aluno estivesse preparado nos assuntos e aspectos mais gerais da didática para posteriormente compreender as especificidades da didática aplicada ao curso que estava se habilitando.

A disciplina de Administração Escolar também constava na primeira estrutura curricular do curso de Psicologia da UMG e era ofertada no mesmo ano que a de Didática Especial, no quarto ano do curso. Localizamos dois programas dessa disciplina, entretanto não mencionavam quando foram ofertados nem quem era o (a) professor (a) da mesma. De qualquer forma, os dois programas apresentavam conteúdos que iam do âmbito mais geral da administração a aspectos mais pontuais da administração escolar, organização e funcionamento dos sistemas escolares. Em um deles, menor em extensão, identificamos um tópico relativo ao ensino médio, nível de ensino de atuação do licenciado. A proposta era apresentar o ensino médio dentro do sistema educacional e em função aos demais níveis de ensino, além de apresentar o papel das Faculdades de Filosofia.

Em outro programa da disciplina, identificado como sendo para o curso de Psicologia, os pontos tratados dentro do extenso programa iam desde noções gerais e conceituais sobre a administração, cargos públicos, operações administrativas, administração pública federal e estadual. Organização e importância do Ministério da Educação e Cultura, administração escolar, sistemas escolares, estudos dos principais artigos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, organização e administração escolar no Brasil e em Minas Gerais, direitos e deveres dos profissionais da escola e estatuto do funcionalismo público (LEI nº 1711/52).

Os tópicos do programa relativos ao espaço da escola traziam temas relativos ao funcionamento escolar, finanças, construção, inspeção e disciplina escolar, deveres do administrador escolar relacionados ao registro, salário e carreira dos professores, qualidades e atribuições dos administradores das escolas. Sobre os problemas da administração escolar, os temas a serem discutidos eram: programas, matrícula, frequência, promoção de alunos, certificados e diplomas, material em geral e escolar. Outro ponto tratado era referente à organização e administração das universidades no Brasil, de Minas Gerais, de Brasília e da Faculdade de Filosofia da Universidade de Minas Gerais.

Apesar de o programa ser mais amplo, não havia nenhum item específico sobre o ensino médio ou seu funcionamento. Como o mesmo nome da disciplina dizia, o objetivo era

fazer o aluno compreender as questões relativas à escola e sua administração. Curiosamente, o programa trazia informações sobre o espaço universitário também. Localizamos um diário de 1967 dessa disciplina com a lista de nomes dos alunos matriculados na segunda turma do curso (1964), porém este estava em branco, nos impossibilitando de confirmar os conteúdos lecionados.

Nas pastas dos alunos identificamos que as disciplinas de Administração Escolar e Didática Especial para a primeira turma do curso foram lecionadas durante o segundo semestre do ano de 1966, mas não localizamos a carga horária das mesmas. Além disso, confirmamos nesses documentos que os alunos concluíram a licenciatura cumprindo as disciplinas de Didática Geral, Didática Especial e Administração Escolar.

A prática de ensino era obrigatória às licenciaturas no formato de estágio supervisionado, conforme aprovado no Parecer nº 292/62 do Conselho Federal de Educação, mas não localizamos informações sobre a mesma nos documentos localizados.

4.2.3 A licenciatura nas demais estruturas curriculares da década de 1960

No ano de 1964, para a segunda entrada de alunos no curso de Psicologia, um novo Currículo Pleno foi estabelecido. As disciplinas a serem cursadas para a obtenção dos diplomas de bacharel e de “Formação do Psicólogo” foram ampliadas para 35 disciplinas obrigatórias, sendo que das disciplinas da licenciatura, somente a de Didática Geral permaneceu no currículo como disciplina obrigatória e pertencente ao quadro de disciplinas do bacharelado. As demais disciplinas pedagógicas passaram a ser de caráter opcional e conforme informado no próprio Currículo Pleno do curso, para concluí-las os alunos deveriam se dirigir a Faculdade de Educação (FAE) da mesma universidade.

O curioso é que, apesar dessa informação constar neste Currículo Pleno, oficialmente a Faculdade de Educação só foi criada em 1968, ano em que os alunos da turma de 1964 já estavam no 5º ano do curso correspondente à formação denominada “Formação do Psicólogo”. Ao consultarmos as pastas dos alunos, constatamos que as disciplinas correspondentes à licenciatura nesta turma ainda foram feitas na própria Faculdade de Filosofia, e que a disciplina de Didática Geral realmente foi ofertada como parte da formação do bacharelado. As demais disciplinas pedagógicas que compuseram a licenciatura para esta turma foram Administração Escolar, Didática Especial, que passou a ser denominada “Didática Especial em Psicologia Educacional” e o estágio, que nesse currículo denominava

“Estágio em Psicologia Educacional”. No Quadro 7 a seguir, apresentamos as alterações curriculares dessa turma e demais anos da década de 1960.

Quadro 7 - Estrutura curricular necessária para obtenção do diploma de licenciatura em Psicologia na UFMG para os alunos ingressantes durante a década de 1960

Ano de entrada	Ano de início da licenciatura	Disciplinas da licenciatura	Observações
1963	1965	3º ano: Didática Geral I e II 4º ano: Didática Especial 4º ano: Administração Escolar	Trabalho prático substituiu o estágio obrigatório exigido pela Resolução nº 19/62.
1964	1966	3º ano: Didática Geral 4º ano: Administração Escolar 4º ano: Didática Especial em Psicologia Educacional Prática em Psicologia Educacional	-Licenciatura passa a ser opcional a partir de 1964. -Didática geral: bacharelado
1965	A partir de 1967	-Didática Geral -Administração Escolar -Didática Especial -Prática de ensino	
1966	A partir de 1968	-Didática Geral -Administração Escolar -Didática Especial -Prática de ensino	
1967	A partir de 1969	-Didática -Introdução à educação -Estrutura e funcionamento da escola média -Prática de ensino	
1968	A partir de 1970	-Didática, princípios e normas* -Introdução à educação; -Estrutura e funcionamento do 2º grau -Prática de ensino.	*substituiu a didática da licenciatura -Para concluir a licenciatura o aluno deveria cumprir 600 h/a no mínimo (1970)
1969	A partir de 1971	-Didática, princípios e normas -Introdução à educação -Didática de Psicologia -Estrutura e funcionamento de ensino do 1º e 2º grau -Prática de ensino de Psicologia	

Fonte: Setor de Registro e Arquivo Acadêmico da Graduação FAFICH/UFMG.

No Currículo Pleno do curso de Psicologia de 1965, a disciplina de Didática Geral foi retirada da grade curricular do bacharelado. Então, os alunos passaram a cursar 34 disciplinas para a conclusão do curso e da “Formação do Psicólogo”. A partir dessa turma os alunos que optaram pela licenciatura tiveram que se reportar à Faculdade de Educação, localizada no mesmo prédio da FFCL à Rua Carangola. Isso porque no período em que fizeram as disciplinas, ocorreu uma reestruturação na UFMG e criou-se a Faculdade de Educação (FAE),

a partir do Departamento de Didática e Pedagogia⁸⁸. Neste sentido, a formação pedagógica de todas as licenciaturas que antes eram realizadas na Faculdade de Filosofia foi redirecionada para a FAE, criada pelo Decreto-Lei nº 62317 de 28 de fevereiro de 1968.

Localizamos dois programas da disciplina de Didática Especial de Psicologia, um referente ao ano de 1967, que provavelmente era destinado aos alunos com entrada a partir de 1965, e outro correspondente ao ano de 1970, com entrada de alunos após 1973 (ver anexo 3, 4 e 5). No programa de 1967 há uma informação de que o programa se destinava ao curso de Pedagogia e às licenciaturas, e no de 1970 só consta o curso de Pedagogia. Os dois programas são assinados pela profa. Neusa Lisboa Daniel, e no programa de 1967, a informação é de que se trata do programa de Didática Especial de Psicologia Educacional. No de 1970, o programa se refere à Didática de Psicologia aplicada à educação.

Apesar de nomes de disciplinas e indicação de destinos de cursos diferentes, tudo leva a crer que se tratava da mesma disciplina, já que os conteúdos dos programas são muito semelhantes. É significativo dizer que os conteúdos dos dois programas eram totalmente direcionados para a formação do professor da disciplina de Psicologia educacional aplicada ao curso colegial Normal, além disso, no programa de 1967, vemos um tópico relacionado à formação do Orientador Educacional e, na bibliografia, percebe-se significativa quantidade de referências relativas ao uso de testes (ver Anexos 3 e 4).

A partir da entrada de alunos no ano de 1966, a estrutura curricular do curso de Psicologia passou a ser composta por 46 disciplinas necessárias para a obtenção do diploma de Formação de psicólogo, sendo 39 delas pertencentes ao bacharelado. Além disso, os alunos tinham que cumprir 500h de estágio, sendo 450h fora da carga horária do curso. Com a ampliação da carga horária do curso e a licenciatura sendo um curso opcional, era muito comum que os alunos a preterissem. As disciplinas que constituíam a mesma não eram elencadas nem no Currículo Pleno do curso e nem na grade de disciplinas cursadas pelos alunos nas respectivas fichas individuais, mesmo que o aluno as tivesse concluído.

⁸⁸ Havia a previsão de criação de institutos centrais na UMG, desde o estatuto de 1963, entretanto foi a partir de 1966 que o Conselho Universitário criou o Centro de Coordenação dos Institutos Centrais e redefiniu a criação dos mesmos. “Além dos Institutos de Física, Química e Matemática, que incorporaram os respectivos cursos de Física, Química e Matemática, o curso de Geografia, antes integrado com o de História, passou para o instituto de Geo-Ciências e o de História Natural para o Instituto de Ciências Biológicas. Foram ainda criadas a Faculdade de Educação que absorveu o curso de Pedagogia e o de Didática, e a Faculdade de letras que incorporou os três cursos da seção de Letras: o de Letras neolatinas, o de Letras Clássicas e o de Letras Anglo-Germânicas. Havia também a previsão da criação do Instituto Central de Filosofia e o de Ciências Humanas, bem como uma Faculdade de Comunicação que teria como base o recém criado curso de Jornalismo e de um Instituto de Psicologia a partir do Curso de Psicologia.” (Haddad 1988, p. 148-149). Como já mencionado na nota de rodapé 21 desta tese, divergências sobre essa disposição impediram a concretização do Instituto de Psicologia.

Nos anos posteriores, a carga horária total do curso de Psicologia foi sendo cada vez mais ampliada com o passar do tempo, e o curso passou a ser ofertado em dois turnos. Em 1967, por exemplo, até o quinto ano o curso já apresentava 2250 h/a, além das 500h de estágio e de disciplinas em caráter optativo, valendo como curso de extensão. Em 1968, para obter o diploma de “Formação de Psicólogo”, o aluno precisava cursar 3465 h/a, mais o estágio obrigatório e, em 1969, eram 3735 h/a mais as 500h de estágio para a conclusão do curso. As disciplinas que compunham a licenciatura permaneceram as mesmas aprovadas no Parecer CFE nº 292/62: Didática Geral, Administração Escolar, Didática Especial e Prática de Ensino, sofrendo pequenas alterações na nomenclatura, como as de Didática Especial e a Prática de Ensino que, em 1966, eram registradas nos documentos de solicitação de matrícula dos alunos como Didática Especial de Psicologia Educacional e Prática de Ensino de Psicologia Educacional.

Conforme Souza (2016), a tônica indispensável à formação do professor a partir do Parecer CFE nº 292/62 era contribuir com a formação teórica do aluno por meio do curso de Didática combinado com a formação prática do estágio supervisionado em escolas da comunidade,

[...] centrado na perspectiva de pensar o ‘que ensinar’, a ‘quem ensinar’, ‘como ensinar’ e ‘em que contexto ensinar’, o conselheiro⁸⁹ sinalizava nesse Parecer o que deveria ser indispensável à formação do professor do ensino médio: o ‘que ensinar’ é do domínio do conteúdo: a ‘quem ensinar’ remete ao aluno do ensino médio; ‘como ensinar’ diz respeito aos procedimentos didáticos: o ‘contexto do ensino’ deve ‘considerar os componentes escola e meio’, que segundo o parecerista, ‘se projeta no comportamento de professor e alunos e define a própria escola’. (Souza, 2016, p.201)

As disciplinas oferecidas na licenciatura em Psicologia pareciam atender a esses pré-requisitos exigidos no Parecer do CFE, sendo a Administração Escolar para o aluno de Psicologia conhecer a estrutura escolar “onde atuaria”, a Didática para atender ao pré-requisito de “como ensinar” e a Didática Especial para aprender “o que” e a “quem ensinar”, além da Prática de Ensino que se encarregaria dos modos de ensinar.

Entretanto, em 1969, tendo como referência a Resolução nº 9/69⁹⁰ do Conselho Federal de Educação, a Coordenação de Ensino e Pesquisa da UFMG através da Resolução nº12/69 fixou os conteúdos e duração das disciplinas para a formação pedagógica nos cursos de licenciatura que além de ficarem a cargo da Faculdade de Educação passaram a ter carga

⁸⁹ A referência é ao autor do Parecer nº292/62, conselheiro Valnir Chagas. Para mais informações, sugerimos <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me4717.pdf>

⁹⁰ Brasil (1969). Conselho Federal de Educação (CFE). Resolução nº 9, de 10 de outubro. Brasília, DF. Disponível em <http://cev.org.br/biblioteca/resolucao-n-9-10-outubro-1969/>

horária de 360 h/a de aula e 45h/a de prática de ensino, totalizando 405 h/a. As disciplinas que compunham as licenciaturas da UFMG eram:

- ❖ Psicologia da Educação (foco nos aspectos da adolescência e aprendizagem) – 120h em dois cursos semestrais;
- ❖ Didática – 120h em dois cursos semestrais
- ❖ Estrutura e Funcionamento do Ensino de 2º Grau⁹¹ – 60h em um curso semestral;
- ❖ Prática de Ensino (sob forma de estágio supervisionado) – 45h curso semestral
- ❖ Introdução à Educação – 60h em um curso semestral⁹²

Essa Resolução da Coordenação de Ensino e Pesquisa da UFMG, além de oferecer mais disciplinas do que o currículo mínimo estabelecido na Resolução do CFE, ampliou também a carga horária da licenciatura de um mínimo de um oitavo das horas fixadas do curso, para 405 h/a. Dessas disciplinas, os alunos do curso de Psicologia eram dispensados da disciplina de Psicologia da Educação, enquanto as demais eram cursadas na Faculdade de Educação.

Interessante é que identificamos em um formulário de solicitação de matrícula para o curso de Psicologia no ano de 1970, a informação de que ao final da terceira série os alunos deveriam optar entre o curso de licenciatura e bacharelado, sendo este último comum ao curso de Formação de Psicólogos, e que a carga horária a ser cumprida para a licenciatura era de 600h no mínimo. Com base nesses dados, podemos supor que já na matrícula os alunos eram desestimulados a fazer a licenciatura; além disso, a informação sobre a carga horária do curso divergia da que era estabelecida pela resolução da Coordenação de Ensino e Pesquisa da UFMG, demonstrando falta de integração entre as faculdades.

Mesmo após a reestruturação da licenciatura na UFMG em fins dos anos de 1960, nos parece que aquele antigo modelo de formação conhecido como 3+1 ainda permanecia arraigado na nova estrutura, e continuou reforçando e distanciando os conteúdos específicos do bacharelado e a formação de professores para o ensino de segundo grau⁹³.

Para complementar o panorama da licenciatura no curso de Psicologia, em 1972 a Faculdade de Educação começou a funcionar no campus Pampulha. Como a graduação em

⁹¹ Segundo Candau (1987), a disciplina de Elementos de Administração Escolar, instituída pelo Parecer nº 292/62, foi substituída no Parecer nº627/69 pela disciplina de Estrutura e funcionamento do ensino de segundo grau.

⁹² Resolução nº12 da Coordenação de Ensino e Pesquisa da UFMG – Sala das Sessões, 19 de novembro de 1969.

⁹³ Segmento educacional correspondente ao ensino médio na atualidade.

Psicologia acontecia no Bairro Santo Antonio, zona sul da cidade, e as licenciaturas passaram a funcionar do lado oposto da cidade, no campus Pampulha, numa distância de aproximadamente 10 a 12 km, esse fato também passou a ser empecilho para que os alunos buscassem essa formação. Souza (2016) lembrou que esse dado também “trazia um problema de ordem prática na organização dos cursos: a possibilidade de se estabelecer uma integração entre unidades distintas na oferta das disciplinas integralizadoras do percurso de formação dos futuros professores” (p. 211).

Se observarmos os alinhamentos dirigidos à licenciatura no curso de Psicologia da UFMG desde a primeira turma em 1963, podemos verificar que, desde então, houve uma sucessão de equívocos que nos levam a crer que a formação só fazia parte do curso por questões legais. Primeiro, observamos no currículo de 1963 a obrigatoriedade da modalidade contradizendo a Lei nº4119; posteriormente quando a mesma passa a ser opcional, houve a manutenção de uma disciplina no bacharelado e que pertencia à licenciatura, além da ausência de dados nas fichas dos alunos sobre as disciplinas da licenciatura cursadas por eles.

Para complementar o descaso, ao compararmos as fichas dos alunos, em muitas delas havia dados diferentes em relação às nomenclaturas utilizadas para as disciplinas da licenciatura cursadas pelos alunos no mesmo ano. Comparando as fichas dos alunos do curso de Psicologia com as de alunos de outros cursos, verificamos que nas fichas dos alunos dos demais cursos constam todas as disciplinas cursadas por eles, inclusive as relativas à licenciatura também cursada na Faculdade de Educação da mesma universidade.

Finalizando a década de 1960, as contradições entre a carga horária real da licenciatura na FAE e a disponibilizada no documento de matrícula do aluno ressaltam a falta de integração entre as unidades, além das dificuldades que surgiram das ampliações de carga horária total do curso de Psicologia, que desestimulavam a escolha da licenciatura como modalidade de formação.

Decerto que, além de conviver com as modificações estruturais curriculares do curso de Psicologia ano após ano, das modificações advindas da reforma de 1968 e da falta de integração entre as faculdades, os alunos, professores e funcionários, de forma geral, tinham que conviver também com a fragilidade do momento político brasileiro⁹⁴, com as alterações nos convívios, com relações fragilizadas, com as distâncias espaciais e com os deslocamentos de todas as naturezas.

⁹⁴ A década de 1960 foi um período de ditadura política no Brasil. Na própria FAFICH, alunos, professores e funcionários sofreram perseguições políticas e militares, mas a faculdade também se fez como espaço de resistência e crítica ao sistema. Para saber mais, sugerimos <https://www.ufmg.br/diversa/11/politica.html>

É perceptível que, mesmo diante dessas tensões, alguns alunos ainda assim optavam pela licenciatura. Para compreender o porquê dessa escolha, bem como seu significado para os alunos, a seguir apresentamos os resultados das entrevistas feitas com egressos do curso de Psicologia da UFMG.

4.3 O significado da licenciatura na vida profissional dos egressos do curso de Psicologia da UFMG

Nesse tópico, apresentaremos a análise das entrevistas feitas com 11 ex-alunos do curso de Psicologia da UFMG, que iniciaram o curso durante a década de 1960. Nosso objetivo foi conhecer as condições de opção pela licenciatura e o significado da mesma para a vida profissional dos ex-alunos.

Resgatar a memória dos nossos entrevistados nos possibilitou ter uma visão mais ampliada dos documentos localizados nos arquivos, contudo não perdemos de vista que a memória é seletiva, multideterminada e se localiza dentro de uma “dimensão temporal espacial”, como sugerido por Antunes (2008, p. 84). Conforme a autora, a memória, apesar de produto histórico, nos proporciona uma leitura com os olhos do presente e que, de forma seletiva, vamos pincelando lembranças que se mantiveram significativas. Desta forma, ao voltarmos ao passado e tentarmos resgatá-lo

[...] como se deu na sua totalidade não é completamente possível, nem é tarefa que consiga chegar a ser um produto acabado. Deve-se procurar, no entanto, juntar os elementos disponíveis, organizá-los, buscando compreender suas contradições e a dinâmica de seu movimento e, fundamentalmente, tentar, com a limitação inerente ao olhar do presente, mais se aproximar do passado e compreendê-lo a partir dos sinais que permaneceram. (Antunes, 2008, p. 84)

Neste tópico apresentamos dados relacionados à licenciatura em Psicologia na UFMG durante a década de 1960, objeto do nosso trabalho, sob o olhar subjetivo de cada um dos nossos entrevistados. Antes, porém, traçaremos um panorama geral sobre alguns pontos levantados pelos mesmos sobre a escolha do curso de Psicologia da UFMG e sobre como era fazer esse curso naquele período.

No Quadro 8 a seguir apresentamos dados sobre os entrevistados e a data de quando as entrevistas foram feitas. Para preservar a identidade dos mesmos, utilizaremos o termo “entrevistado” acompanhado por um número arábico que segue uma ordem a partir da data de realização da entrevista.

Quadro 8 - Os sujeitos de pesquisa

Entrevistada (o)	Apresentação de gênero	Data da entrevista	Curso anterior ao vestibular	Ano de entrada no curso de Psicologia	Últimas disciplinas de licenciatura
Entrevistada 1	F	30.01.2018	Normal	1964	1967
Entrevistada 2	F	31.01.2018	Normal	1964	1967
Entrevistada 3	F	31.01.2018	Normal	1968	1972
Entrevistada 4	F	31.01.2018	Científico	1967	(Não concluído)
Entrevistada 5	F	02.02.2018	Normal	1965	1968
Entrevistado 6	M	06.02.2018	Científico	1963	1966
Entrevistada 7	F	06.02.2018	Normal	1964	1968
Entrevistada 8	F	07.02.2018	Normal	1965	(não concluído)
Entrevistado 9	M	08.02.2018	Técnico	1963	1966
Entrevistada 10	F	03.05.2018	Normal	1966	1971
Entrevistada 11	F	06.05.2018	Normal	1963	1966

Fonte: Comunicação pessoal em entrevista.

Como pode ser observado no Quadro 8 acima, os nossos sujeitos de pesquisa ingressaram no curso de Psicologia da UFMG durante a década de 1960 e fizeram o maior número de disciplinas da licenciatura entre o ano de 1965 e os primeiros anos da década de 1970. Dentre os entrevistados, dois eram do sexo masculino, um deles fez o ensino científico e o outro ensino técnico antes de prestar o vestibular para o curso de Psicologia da UFMG. As outras 09 entrevistadas são mulheres, sendo que oito delas fizeram o curso normal e uma concluiu o curso científico antes do ingresso à UFMG. As entrevistas ocorreram entre os meses de janeiro e maio de 2018.

Tendo como premissa as palavras de Antunes (2008) de que “trabalhar com a memória é como brincar com fios e lanternas” e que “um foco de luz ilumina espaços que mostram outros e mais outros” (p. 84), a pergunta inicial feita aos entrevistados foi para que nos contassem sobre o que os levou a escolher o curso de Psicologia da UFMG. Nossa intenção foi que, a partir desse ponto, eles pudessem nos falar sobre as peculiaridades do curso para que alcançássemos o nosso objetivo, obtendo dados sobre como ocorria a licenciatura em Psicologia naquela universidade e conhecer o papel da licenciatura na formação dos mesmos. A seguir apresentamos os resultados das entrevistas.

4.3.1 A escolha pelo curso de Psicologia

Ao serem questionados sobre a escolha do curso, seis dos entrevistados lembraram fatos ou pessoas relacionadas à formação escolar, um dos entrevistados relacionou a escolha a um profissional de Psicologia e quatro revelaram terem sido motivados por características pessoais. Um fato que nos chamou atenção foi que oito dos 11 entrevistados fizeram o Curso Normal antes de ingressarem na UFMG. Como a disciplina de Psicologia fazia parte da grade curricular dos Cursos Normais no Brasil, acreditamos que a maioria das entrevistadas teve o primeiro contato com a Psicologia por meio da disciplina. Além disso, cinco das entrevistadas relataram que as professoras de Psicologia do curso Normal as influenciaram na escolha pelo curso de Psicologia:

Fiz o Normal. E eu estudei sempre no Instituto de Educação, desde o primário! E a Dona Maria Augusta era uma pessoa que todo mundo tinha uma admiração por ela... e... a Dona Maria Augusta motivou, da nossa turma, nove pessoas a quererem fazer Psicologia... Por causa dela. Inclusive que se formaram comigo. No mesmo ano que eu formei. Que fez o curso junto comigo e nós montamos um cursinho improvisado para nós estudarmos e fazer vestibular. Porque não existia nenhum cursinho específico para fazer prova de vestibular de Psicologia. (Entrevistada 1, comunicação pessoal, 31 de janeiro de 2018)

Aí chegou no curso de formação eu tive a Marinha Silva, que era professora de Psicologia, e a Lucí que era professora de Filosofia e essas duas eu tive muita afinidade com essas duas. Entendeu!... E já saí dali para fazer Psicologia. Não só eu, por que da minha turma do Sion saiu pra Psicologia, a Vanessa Campos Santori, a Soninha Vieira que não pegou o Sion o tempo todo, mas pegou pelo menos o Normal, a Rosa Leme que casou com o Levy e nunca mais voltou aqui no Brasil, tá lá na França, né! E eram todas da minha sala do colégio.. Então foram quatro, né! ... A Vanessa não formou conosco aqui não, porque a Vanessa casou e mudou pra São Paulo no meio do curso e acabou lá, depois é que ela voltou pra cá! (Entrevistado 9, comunicação pessoal, 30 de Janeiro, 2018)

[...] Eu era estudante do Instituto de Educação, fiz orientação vocacional com D. Aspásia, que era uma psicóloga de lá... No Instituto de Educação [...] dava pra arte, depois pra Psicologia, deu magistério... magistério eu já estava fazendo... [...] tinha um departamento interno do SOE, dentro do Instituto de Educação e D. Aspásia tinha uma liderança muito grande... era uma pessoa ligada, política, sabe! [...] .. essa orientação deve ter sido no segundo ano normal. No terceiro ano normal fui aluna da Dona Maria Augusta, se eu não me engano, Cunha! Ela depois chegou a ser diretora do Instituto de Educação... E naquele ano 60% dos alunos do Instituto de Educação fizeram vestibular pra Psicologia! [...] Ela era uma pessoa muito carismática, tinha um carisma muito acentuado, no todo ela era uma pessoa bonita, ...era uma mulher de uma firmeza e sensibilidade, um modelo de pessoa! (Entrevistada 6, comunicação pessoal, 06 de fevereiro, 2018)

A Entrevistada 3 também afirmou que irmãs do colégio onde havia feito o curso Normal no interior de Minas Gerais influenciaram sua escolha pelo curso de Psicologia, e a Entrevistada 5 lembrou também a influência da professora Marinha Silva em sua decisão pelo curso,

Apesar disso, eu tive uma professora que lecionava Psicologia: Marinha Silva, ela havia sido professora de história quando eu estava no Santa Maria e eu amei, porque eu já gostava dela... [...] interessante, curiosamente duas psicanalistas saíram da minha turma do Santa Marcelina, Gilda Vaz Rodrigues hoje psicanalista muito respeitada em Belo Horizonte e a Sonia Santoro que infelizmente morreu de repente, mas chegou a ter uma clientela grande e era dessa turma do Santa Marcelina.[...] Marinha era professora de Psicologia, e eu pensava: “Nossa!! é isso que eu quero fazer. (Entrevistada 5, 02 de fevereiro, 2018)

Como já mencionamos, as Faculdades de Filosofia passaram a ser requisitadas por normalistas e o acesso as mesmas foi possível a partir da equivalência dos cursos normais e secundários em dispositivos legais da década de 1940⁹⁵ e de 1950 além da ampliação de equivalência dada pela LDB de 1961.

Com o acesso às Faculdades de Filosofia, as normalistas podiam complementar a formação. Neste sentido, Antunes (2004) revela que os cursos superiores em educação nessas faculdades foram criados a partir das próprias Escolas Normais e que a cátedra da Psicologia educacional nas mesmas foi a base para a criação dos cursos de Psicologia em alguns estados brasileiros. Em Minas Gerais, a Psicologia alicerçou a formação de professores desde os anos de 1920 e havia muito interesse das alunas pela mesma. O próprio Instituto de Educação (IEMG), citado por duas das entrevistadas, era referência do campo da Psicologia em MG, como já mencionado anteriormente.

Além dos professores do Curso Normal, outros locais e profissionais que atuavam com práticas psicológicas em MG também foram citados como referência e desencadeadores motivacionais para dois dos nossos entrevistados:

Lembro de ter esse endereçamento, era o endereçamento que eu já tinha de certo modo porque eu trabalhava no Banco da Lavoura como funcionário desde 61, não é!! Então, uns dois anos antes de ir para a faculdade, eu trabalhava no Banco da Lavoura e eu conhecia várias pessoas que haviam chegado da França e foram para a própria FAFICH. Por exemplo, Célio Garcia é um deles, o Tocari Bastos também, era da Sociologia. O Welber, era da sociologia, Welber Braga, o professor Rui Flores tinha chegado também da França. E essas pessoas eu conhecia do antigo Banco da Lavoura, que hoje parece que é Santander, teria sido Real e depois Santander, uma coisa assim, não é! Então eu fiz o vestibular já quase que estando trabalhando num departamento voltado para recursos humanos... porque eu já conhecia esse departamento, mas eu trabalhava no departamento de expansão, que era um departamento de Marketing e esse departamento tinha uma relação estreita com o desenvolvimento de pessoal, com o departamento de desenvolvimento de pessoal, chamava "Departamento de Orientação e Treinamento" e quem chefiava era

⁹⁵ Decreto-lei nº 8195 de 20 de novembro de 1945, oportunizou o ingresso nas faculdades de Filosofia para categorias profissionais dentre elas as normalistas. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8195-20-novembro-1945-450017-publicacaoriginal-1-pe.html>

o professor Pierre Weill que também tinha vindo da França, tinha passado pelo SENAC e depois o Aloísio Farias que era um dos donos levou para o Banco da Lavoura e implantou um grande sistema de recrutamento e seleção, treinamento e desenvolvimento de executivos, era uma ideia absolutamente inovadora na década de 60, não é! (Entrevistado 6, comunicação pessoal, 06 de fevereiro, 2018)

Eu acho que eu fui... escolhi a Psicologia influenciada pelo trabalho que o professor Bessa desenvolveu, o empenho dele para a criação do curso de Psicologia. Na época, eu era funcionária do Estado, e estava lotada no SOSF – Serviço de Orientação e Seleção Profissional, do Instituto de Educação de Minas Gerais. E eu trabalhava como datilógrafa... secretária datilógrafa! E o professor Bessa saindo de Belo Horizonte, indo à Brasília, ao Rio, para as reuniões do Conselho de Educação!... Que tava na época preparando o reconhecimento da... não sei se era o Conselho de Educação, mas o fato é que ele participou nesse momento do reconhecimento da Psicologia como profissão. Porque até então quem exercia a Psicologia eram filósofos, orientadores educacionais, médicos, né! Que exerciam atividades típicas, que depois foram distinguidas como típicas da Psicologia! E o professor Bessa ele mesmo era formado em Ciências Sociais! E trabalhava com orientação profissional no SOSF, ele era o chefe do serviço. E eu que datilografava todo o material que ele preparava... todo o material cada vez que ele ia e chegava dessas reuniões, eu na época, que acompanhava o trabalho dele.... E ele fazia toda uma argumentação, e aí eu fui me interessando pelo assunto, pelo tema, e quando a profissão foi reconhecida, a profissão de psicólogo, eu logo no ano seguinte... ele também foi o que se envolveu na criação do primeiro curso de Psicologia da federal, né! (Entrevistada 11, comunicação pessoal, 06 de maio, 2018)

À medida que os profissionais e serviços ligados a Psicologia se ampliaram em MG, mais visibilidade era dada à Psicologia também. Como já citado, o SOSF e o DOT através de seus profissionais como Pedro Parafita de Bessa, Pierre Weill, Célio Garcia, dentre outros foram difusoras da Psicologia em MG e no Brasil. Além disso, tanto em cursos secundários quanto em cursos normais da capital mineira havia professores que também já eram professores da FFMG, como, por exemplo, os citados pelo entrevistado 6 e outros como Arthur Versiani e demais fundadores dessa faculdade de acordo com Haddad (1988) e nos cursos normais, as professoras vinculadas ao IEMG e ao curso de Administração Escolar tais como Helena Antipoff, dentre outras que de uma forma ou de outra propagavam as concepções da Psicologia Educacional (Campos, 1980; Goulart, 1985)

Outros aspectos revelados nas entrevistas e que motivaram os entrevistados a fazerem o curso, se relacionados às características pessoais dos mesmos, como a timidez, por exemplo. Dois dos entrevistados rememoraram que dificuldades familiares e pessoais propiciaram a escolha do curso:

Eu entrei assim... no curso que eu escolhi aos 14 anos. E por que que eu escolhi? Eu era uma pessoa muito tímida. E eu fui criada muito sozinha, o livro era meu colega. Então eu realmente... pra começar, pra me relacionar com pessoas... a faculdade foi a grande lição de vida minha. (Entrevistada 10, comunicação pessoal, 03 de maio, 2018)

Escolher a Psicologia é uma coisa que é muito simples. Eu escolhi a Psicologia por causa dos meus problemas psicológicos. Claro. Eu queria resposta pra eles. Eu quando criança fui extremamente tímido. A família muito repressora, com razão, né! Família muito pobre, descendência italiana, então, cheia de valores para manter! (Entrevistada 9, comunicação pessoal, 08 de fevereiro, 2018)

É inegável que nossas escolhas profissionais estão associadas as nossas características pessoais, contudo tendo em vista os estudos realizados por Magalhães, Stralio, Keller e Gomes (2001) podemos compreender que no caso do curso de Psicologia, muitas vezes a escolha pode estar associada a busca de auto-ajuda, autoconhecimento e desenvolvimento pessoal, porque atribui-se ao psicólogo um conjunto de características e habilidades capazes de compreender o ser humano e intervir na cura dos problemas psicológicos. Apesar do trabalho desses autores tratarem do tema na atualidade, consideramos que no início da década de 1960 os dados não seriam diferentes, já que com tão poucos psicólogos disponíveis e pouco acesso aos mesmos, estudar Psicologia para uma auto-ajuda poderia ser muito mais atrativo, além do que o desconhecimento sobre o curso era maior e como já exposto nesta tese, no capítulo sobre a regulamentação da formação, as discussões sobre as funções do psicólogo no âmbito da atuação clínica eram bem significativas.

Em relação à escolha dos entrevistados pelo curso de Psicologia da UFMG ou o já existente curso de Psicologia na PUCMG no período, os entrevistados ressaltaram que a gratuidade e a oferta diurna do curso da UFMG foram os maiores motivadores para a escolha do mesmo. O Entrevistado 9 já estudava Filosofia na UFMG e mudou para o curso de Psicologia, quando o mesmo foi autorizado, já que era o que ele desejava desde a entrada no curso de Filosofia e a Entrevistada 3 relembrou que do ponto de vista dela, o curso da UFMG já era naquela época um curso bom e idealizado pelos estudantes. A Entrevistada 2 recordou que o curso da PUCMG já era um curso estruturado e ela possuía colegas no mesmo, mas por questões familiares teve que prestar o vestibular para o curso da UFMG, mesmo que ela preferisse o da PUCMG. Já a Entrevistada 7 ressaltou que havia uma crença de que o curso da PUCMG formava “testólogos”, pois os alunos aprendiam a aplicar muitos testes e que na UFMG formavam “cientistas”.

Essa visão da Entrevistada 7 pode estar associada ao fato de que o curso de Psicologia da PUCMG, conforme o próprio Bessa em Goulart (1985) relembrou tinha dificuldades de manter os professores por falta de pagamento e de condições precárias de trabalho, falta de salas, dentre outros, assim Bessa convidou os colegas do SOSF para lecionar no mesmo, talvez por isso o formato de um curso mais voltado para as práticas que exigiam a aplicação

de testes tenha se sobressaído no início do mesmo. Contudo em 1962 o curso da PUCMG passou a ter um novo formato, nova estrutura curricular e nova direção. Segundo Boschi e Marçolla (2009) melhorou as condições de funcionamento quando já instalado em nova sede a partir de 1963.

Como a Entrevistada 7 foi aluna da segunda turma do curso de Psicologia da UFMG e por sua proximidade a pessoas da área da Psiquiatria, supomos também que a mesma já tinha acesso a mais informações sobre as disciplinas e o formato de oferta do curso da UFMG, como o uso de laboratórios, mesmo que em outras faculdades tais como na Faculdade de Medicina e as possibilidades de um curso mais experimental. Além disso, ela se referiu também ao rigor das aulas de Psicologia Geral Experimental em formato de seminários e os estágios em Hospitais psiquiátricos, por isso ressaltou as questões científicas do mesmo como mais atrativo.

Um fato mencionado por esta entrevistada e que achamos significativo é que havia rumores sobre a intenção do professor Galeno Procópio de Alvarenga de Psicologia Geral e Experimental levar o curso de Psicologia para a faculdade de Medicina da UFMG. Ela compreendeu que havia uma disputa entre o professor Bessa e o professor Galeno e achava que os motivos se relacionavam a questões de verba ou mesmo por questões de poder. Não aprofundamos no assunto, já que fugia dos objetivos da pesquisa. No próximo subtópico faremos uma exposição sobre a dinâmica do curso de Psicologia da UFMG.

4.3.2 Fazendo o curso de Psicologia na UFMG

O recorte temporal de nossa pesquisa e a entrada dos entrevistados no curso de Psicologia coincide com uma época muito difícil para os brasileiros. A ditadura civil militar instaurada nos anos de 1964 a 1985 trouxe instabilidade em todos os sentidos. Precedido de lutas por melhoria social no país, o golpe militar em 1964 foi fruto de ações sociais e conspirações políticas. As medidas autoritárias e repressivas ocasionaram uma série de violências em todos os âmbitos do Brasil e uma gama de efeitos e transformações ocorreram nas diversas áreas política, econômica, social e cultural brasileira (Scarparo *et al*, 2014).

Nessa exposição ressaltamos os tempos difíceis do período retratados pelos entrevistados que por vezes expuseram as dificuldades enfrentadas naqueles dias. Tomados pela emoção de conviverem com colegas sumidos, aulas interrompidas, invasão de policiais à faculdade, diretor e professores presos, colegas mortos, ameaças internas e externas que

infringiram um clima tenso e ameaçador. “Era um período de emoção, havia muita prisão, os guardas invadiam escolas, professores sumiam, alunos sumiam, foi um período meio tumultuado, mas a gente conseguiu...” (Entrevistada 7, comunicação pessoal, 06 de fevereiro, 2018). Outras entrevistadas rememoraram:

.... mas é lógico que tinha todas aquelas inseguranças de ser uma turma que estava começando e principalmente uma turma que estava começando no ano da revolução! Da nossa turma, 4 foram presos.! Durante o ano de 64 todinho, nós tivemos um ouvidor que nós não sabíamos que era do FMI⁹⁶ que estava dentro da nossa sala! A gente não sabia, não entendia quem era Só sabia que tinha gente espiando a sala! Mas a gente não sabia quem era!.... Depois nós viemos a saber só no outro ano dessa pessoa, que sumiu... Pra você ter uma ideia do clima como que era no ano de 64. Nossos colegas foram presos, então, teve toda essa situação política, que foi caótica na época né! (Entrevistada 2, 31 de janeiro, 2018)

Eu estive até na lista de prisão de 1964! Não fui presa porque eu era menor! Eu tinha assinado um tal de "criação de um partido de Fernando Henrique Cardoso", que naquela época era jovem e bonito, né! Ele tinha acho que uns trinta e poucos anos. Ele mandou pra Ouro Preto falando que contava que lá fosse ter não sei quantas assinaturas. Aí o pessoal que podia assinar, que eram universitários reforçavam... Eu não era universitária, mas aí me pediram: ‘Não, você assina porque até o final do ano você já tem 18 anos’. Eu assinei, mas o tal do golpe foi em março, né! Então eu não tinha 18 anos. Eu apareci na lista dos presos!Aí eles conseguiram com meu pai, com outros pais lá, conseguiram me tirar fora! (Entrevistada 8, 07 de fevereiro, 2018)

Em uma das entrevistas, após o término da mesma, a entrevistada retomou o assunto, como se estivesse aproveitando os últimos minutos da nossa conversa para justificar o que ainda não havia dito ou que deixou de viver junto aos colegas e rememorou:

Eu acho assim... é... o que eu posso lembrar assim... é dessas coisas! Porque? Porque primeiro eu tive muito pouco envolvimento, assim... é... estudantil na época que eu estava fazendo Psicologia! Eu vou te explicar porquê! Eu tive uma prima presa na revolução... Ela fazia serviço social, e ela era o mesmo que a minha irmã! E ela estava em uma reunião do DCE ...[...] na FAFICH! Foi presa! Na época da revolução! E ficou 11 dias incomunicável, ela tinha 17 anos, não tinha nem 18 ainda.. Nem tiveram essa preocupação que ela era menor. Ela ficou 11 dias incomunicável em Juiz de Fora!...[...] E com isso, meu pai me proibia de participar de tudo!...Depois que aconteceu esse fato com a minha prima... Então, esses dias eu estava até conversando isso na nossa reunião dos 50 anos, que as meninas falaram assim “você não participava das coisas”..... mas porque eu era proibida pelo meu pai! E depois que ele descobriu que tinha um espião dentro da nossa sala, aliás, que tinha em todos os cursos, e eu nem sabia disso, ele ainda me proibia mais ainda! Então eu não podia participar de nada fora da hora da aula! Ia pra aula, acabava a aula eu ia embora... Entendeu? Então, muita coisa que as meninas da minha turma contam, eu não vivenciei! (Entrevistada 2, comunicação pessoal, 31 de janeiro de 2018)

⁹⁶ Mantivemos a sigla conforme a fala da entrevistado, entretanto acreditamos que a mesma estava se referindo a algum agente de espionagem das forças militares brasileiras.

Realmente não deveria ser fácil para os alunos e professores. Compreendemos que as perdas e dores foram em vários âmbitos. O período parecia difícil para os entrevistados, mais para uns, menos para outros. De qualquer forma, conviver com a repressão e violência que se instaurou no país não foi tranquilo para ninguém, além do que a FAFICH em 1968 se tornou um local de resistência, de luta, de acolhida aos estudantes, com o apoio de Pedro Parafita de Bessa, que era o diretor no período e que, por conta disso, foi afastado do cargo e aposentado compulsoriamente em 1969⁹⁷.

E foi em meio aos conflitos do começo da década de 1960 que a primeira turma do curso de Psicologia foi recebida em 1963. Curiosamente, um dos entrevistados relembrou que o vestibular para a primeira turma do curso aconteceria em fins de 1961 para o início do curso em 1962, porém como não havia ainda a aprovação do MEC, o vestibular ficou para o final do ano de 1962 e entrada da turma em 1963. A suposição do entrevistado para o fato era que como a universidade era uma instituição federal, seria necessária a autorização legal para o início do mesmo, que também dependia da regulamentação da formação. Iniciado o curso, o entrevistado rememora que era um curso de pioneiros e autodidatas em Psicologia,

[...] pessoas que mesmo não tendo tido uma formação formal em Psicologia, eram na sua maioria autodidatas em Psicologia! Então eles vinham da Pedagogia principalmente... vinham da Medicina, vários que eu conheci... da medicina, não é! Vinham da Psicologia, mas de fora do país.... É.... alguns vinham já da Psicanálise também de fora do país, o pessoal da França, por exemplo, já conhecia a Psicanálise!! O Célio frequentava seminários de Lacan na época da Sorbonne... então essas pessoas que... quando o curso começou já estavam no Brasil, final da década de 50 início da década de 60 eles já estavam por aqui, não é! Então o professor Bessa, por exemplo, que foi o criador... que foi o mentor... o inspirador do curso... o criador do curso... o batalhador do curso, ele é que foi à Brasília trabalhar para essa autorização, ele e a equipe do SOSF ligado ao instituto de educação, né? Então do SOSF foram para o curso de Psicologia alguns professores. (Entrevistado 6, comunicação pessoal, 06 de fevereiro, 2018)

Dos primeiros profissionais do SOSF os entrevistados lembram alguns que se tornaram professores do curso, como Suzana Ezequiel, que lecionava estatística, Maria Célia Bessa, que lecionava Psicologia do Desenvolvimento Infantil, Elza Lima, de Técnicas de Exame, Marina Machado Tavares, da disciplina de Seleção Profissional, Antonio Luiz Rodrigues, de Aconselhamento Psicológico, e outros que posteriormente foram contratados para as demais turmas.

97 Sugerimos leitura em <https://www.ufmg.br/diversa/11/politica.html> e <https://www.ufmg.br/boletim/bol1227/pag5.html>

Entre os professores havia ainda os que vinham de outros departamentos da própria faculdade, como o professor Welber da Silva Braga, de Sociologia e o professor Ely Bonine Garcia, de Antropologia, além do professor Galeno Procópio de Alvarenga, que vinha da Faculdade de Medicina.

Como já mencionado no quadro acima, os entrevistados eram egressos de turmas diferentes, entretanto um ponto recorrente nas entrevistas era o rigor exigido pelos professores, as bibliografias em língua estrangeira e os trabalhos que precisavam ser entregues datilografados.

A sensação que eu, hoje à distância, percebo isso... tínhamos que ler texto em inglês, texto em italiano, texto em espanhol, etc....Então tinha pouquíssima coisa traduzida! Eu tive sorte por que eu havia feito Cultura Inglesa, né? Estava terminando o curso. Então eu não tinha problema nenhum com inglês, eu sempre tive facilidade com línguas, no Santa Maria, durante uns 4 anos, eu tive um curso de Francês bom. Então eu conseguia, a gente estudava, bastante! A gente lia o texto e depois discutia com o professor os textos, era quase uma pós-graduação na graduação que tivemos... (Entrevistada 5, comunicação pessoal, 02 de fevereiro de 2018)

... tinha um rigor assim, que a gente soubesse dominar tudo.... então eu lembro de um texto escrito por Piaget num congresso, falando em inglês.... era uma linha assim, de raciocínio do alemão... foi sorte a nossa, que nós tínhamos uma colega alemã conosco que nos ajudou bastante nesse texto! O curso praticamente todo em inglês, o tempo todo tinha textos e dois, três textos em francês ... [...] de todas as disciplinas. Então você tinha que passar o dia na biblioteca, mastigar aquilo em cima da mesa e superar a minha birra pra isso, mas tudo bem! Então você tinha, por exemplo, Psicologia Experimental, nós tínhamos sala de observação que nós tínhamos que fazer uma pesquisa por semana, e tínhamos ido a uma creche, então daquela pesquisa que a gente fazia... a gente fazia, você tinha que chegar no seminário com o seu resumo lido, feito e datilografado. Aprendi datilografia na escola, até hoje sou grata, porque o Galeno me obrigou a isso... (risos). (Entrevistada7, comunicação pessoal, 06 de fevereiro, 2018)

A dinâmica de algumas disciplinas também foi mencionada pelos entrevistados. A Entrevistada 7 recorda que no primeiro dia de aula da disciplina de Psicologia Geral e Experimental do professor Galeno Procópio de Alvarenga, por exemplo, os alunos recebiam um cronograma com todas as datas e temas dos seminários e atividades que iriam ocorrer, bem como a pontuação e a bibliografia a ser consultada. As aulas eram desenvolvidas em formato de grupos de discussão (GD's), coordenados por alguns auxiliares tais como Ana Edith Belico da Costa, Maria Celeste Reis, Maria Cecília, Nilza Rocha Feres, Melpômene Brandão, dentre outros, que circulavam nos grupos auxiliando os alunos. Cada auxiliar do professor ficava com um grupo e depois se revezava nos grupos. A preparação dos alunos

antes das aulas era por meio da bibliografia indicada e após os encontros os alunos faziam resumos, além de participarem de seminários:

Então tinha a Melpômene, a Adir e a Maria... não sei o sobrenome dela! Eles se revezavam dentro das matérias do ano, que eu te disse que eram todas entregues, bonitinhas no começo!! Então você fazia o resumo, tinha gente que tentava vender o resumo pro colega, tirava cópia, aquela coisa de molecagem mesmo, né! (risos) Então você tinha nota por participação no seminário, pelo resumo que você fez e pela redação final do seminário! Então a gente tinha seminário pra ser congressista... mais do que tudo... a gente tinha que estar pronto pra saber o que que tava fazendo, de onde tava fazendo, de onde veio! E as metodologias de pesquisa o tempo todo na cabeça! (Entrevistada 7, comunicação pessoal, 06 de fevereiro de 2018)

Apesar do interesse do professor em preparar os alunos para avançar para além dos conteúdos, havia alunos que não se interessavam pelo método utilizado. A Entrevistada 3, por exemplo, relembra que apesar dos GD's serem frequentes, ela mesma não gostava do método, achava estranho a forma de intervenção mínima dos auxiliares e os alunos ficando muito soltos para o debate. O Entrevistado 9 comentou ainda que nessa disciplina os conteúdos eram sobre o estudo do comportamento mensurado e observado e que os alunos faziam prova toda sexta-feira.

Os entrevistados se recordaram de outras metodologias significativas utilizadas durante o curso. As aulas de caráter vivencial, por exemplo, eram comuns à disciplina de Antropologia do professor Ely Bonini, e são recordadas com muito prazer e alegria pelo Entrevistado 9, que confessou que os métodos da disciplina levavam os alunos a nunca mais se esquecerem dos conteúdos, além de contribuir para a reflexão dos temas da disciplina e da própria vida. Sobre as aulas de Antropologia e de Psicologia Social do curso, o Entrevistado 6 recordou:

[...] a dimensão social ela era bem contemplada. Então se tinha a cadeira de Psicologia social, você tinha a cadeira de Antropologia Social.. você tinha a cadeira de Sociologia, então o campo do social era bem recoberto! E por professores que tinham o que oferecer à época, né! O Welber, por exemplo, que deu aula para gente... ele era um sociólogo conhecido à época, o Célio tinha vindo da Sorbonne... Antropologia Social era dada pelo Bonini, que vem da Medicina e que fez assim um trabalho um tanto revolucionário de quebrar padrões! De nos colocar em contato com o relativismo do social, dos costumes, dos usos, dos valores... Então ele era bastante questionador e questionado também! Ele era um sujeito, não sei... tem anos e anos que eu não o vejo, mas ele era um sujeito muito querelante, ele gostava de uma boa discussão! Isso no plano mesmo das discussões das idéias, do que o texto colocava a disposição, não é! Foi uma cadeira que eu gostei muito! (Entrevistado 6, comunicação pessoal, 06 de fevereiro, 2018)

Outros professores foram recordados pelos entrevistados, como o professor Morse de Belém Teixeira de Sociologia e o professor Domingos da Silva Gandra Júnior, de

Antropologia, que a Entrevistada 7 lembrou por conta de uma prova oral dada pelo mesmo que durou o dia todo, das 7:30h às 20h. O Entrevistado 9 lembrou que o próprio professor Bessa era uma figura inesquecível, centrado e muito competente.

As aulas da professora Maria Auxiliadora Brasil foram lembradas pela Entrevistada 7,

[...] todas as teorias que a gente via no 'Hall e Lindzey'... todas as teorias, e via com ela... como ela deu Adolescência, pra você ver a competência... ela dava aula de Freud, ela representava o Freud com você. Na aula do Jung, a personalidade dela era o Jung e ela atuava como o Jung. Então você ia assistindo ela atuando. (Entrevistada 7, comunicação pessoal, 06 de fevereiro, 2018).

Além dessas, outras disciplinas e professores foram sendo lembrados pelos entrevistados. A disciplina de Psicologia Social do professor Célio Garcia foi uma das mais mencionadas por eles. Conforme a Entrevistada 1, esse professor era uma pessoa muito instigante e intrigante, e suas aulas eram acompanhadas de experimentos, antes e durante os estudos teóricos, e que contribuía para a formação e para a vida pessoal dos alunos. Sobre as aulas desse professor, o Entrevistado 6 lembrou:

O Célio nos abriu um campo de trabalho muito livre para gente pensar, para gente discutir, para lidar com os alunos, conviver com os alunos, trabalhar junto com os alunos, criar com os alunos! (Entrevistado 6, comunicação pessoal, 06 de fevereiro, 2018)

As aulas práticas não eram comuns a todas as disciplinas, pelo menos a partir da ótica desse mesmo entrevistado:

Na verdade aulas práticas nós não tivemos não! Para mim, muito pouco! Não sei como está hoje! O que é uma aula prática? Por exemplo, se você pega comportamental você teria que fazer experiência no laboratório, nós fizemos isso muito pouco... Nem tinha condição, porque... não existia um laboratório. A gente ensaiou num período... é,, um tipo de laboratório, onde... (pausa) ... se tinha uma parede opaca, quem estava dentro não via, mas quem estava fora via o que passava dentro! Então eu me lembro que a gente fez algumas experiências, algumas observações de comportamento, mas na base assim de entrevistas, de contato! Eu mesmo não participei de experiências de laboratório. (Entrevistado 6, comunicação pessoal, 06 de fevereiro, 2018)

Seguindo esse raciocínio, se pensarmos em um laboratório de Psicologia Experimental todo equipado, na UFMG este só foi criado no início dos anos de 1970 pelo professor João Bosco Jardim, um ex-colega da Entrevistada 8, que também se tornou professora no mesmo curso.⁹⁸

⁹⁸ Sobre esse laboratório sugerimos a leitura da dissertação intitulada "Laboratórios de análise do comportamento no Brasil: percursos na UFMG na década de 1970", de Rodrigo Lopes Miranda. Disponível em <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/BUOS-8E3KBS>

As aulas práticas feitas em hospitais psiquiátricos ocorriam, segundo os entrevistados, vinculadas às aulas de Psicopatologia do professor Jarbas Moacir Portela. A Entrevistada 5 relembrou

O que eu lembro é que as aulas teóricas eram, na maioria enfadonhas... eu não tinha muita paciência! Eu não gostava muito mais de seminário! O que lembro que eu gostei muito foram as aulas de psicopatologia.” (Entrevistada 5, comunicação pessoal, 02 de fevereiro, 2018)

Conforme a mesma, as aulas aconteciam nas manhãs dos sábados e os grupos tinham mais dois professores que acompanhavam os alunos, Antonio Walter Nascimento e Mário Catão Guimarães, com aulas teóricas, discussão de textos, observações e entrevistas com os internos.

De acordo com os entrevistados, ao final do quarto ano, se aprovados em todas as disciplinas, os alunos faziam o quinto ano do curso, chamado de “Formação de Psicólogos”, e então buscavam estágios fora da faculdade, por conta própria. Alguns dos locais de estágio mencionados pelos entrevistados foram: Hospital André Luiz, Clínica Pinel, Secretaria de Educação, SOSF, Centro de Aplicação de Psicologia (CEAP), Instituto de Psicologia da PUC-MG, Instituto de Previdência Social de Minas Gerais (IPSEMG), Instituto de Neuropsiquiatria, dentre outros.

Curiosamente a docência no ensino superior ocorreu a partir do final do quarto ano para oito dos nossos entrevistados, pois, segundo o Entrevistado 6, por falta de professores habilitados e mediante a exigência da legislação que regulamentava a formação e profissão no Brasil, os alunos eram convidados a lecionarem no curso, substituindo os profissionais que ali estavam e que não possuíam a habilitação necessária.

Para o mesmo entrevistado, isso só foi possível porque cursaram a licenciatura. Todavia, duas de nossas entrevistadas não fizeram essa formação e também se tornaram professoras no mesmo curso. De forma geral, sobre a licenciatura, os entrevistados não souberam nos informar muitos detalhes. Passamos, então, a relatá-los a seguir.

4.3.3 A licenciatura em Psicologia na UFMG e suas contribuições para a formação dos egressos

Antes de iniciarmos os relatos, é importante ressaltarmos que a licenciatura no curso de Psicologia da UFMG teve dois momentos significativos, um relacionado à primeira turma de entrada no curso quando a modalidade de formação era obrigatória para todos os alunos e

outro quando a licenciatura passa a ser uma formação opcional para os alunos, já no segundo ano de entrada no curso.

Três dos nossos entrevistados foram alunos da primeira turma do curso e de acordo com os mesmos para a turma deles não havia disciplinas optativas no curso, sendo então que os alunos eram obrigados a cumprir toda a carga horária da grade curricular. Segundo os relatos, os alunos não questionavam sobre a obrigatoriedade das mesmas, já que entendiam que era preciso fazer todas as disciplinas. Os entrevistados 6 e 11 rememoram:

O que ficou mesmo instalado pelo menos na minha percepção, foi que havia um curso de formação de Psicologia! A questão do quarto ano, oferecer uma licenciatura, isso não era uma questão... a gente não tinha essa informação! A informação que eu tinha, que não era lá grandes coisas... era de que o curso formava psicólogo... (Entrevistado 6, comunicação pessoal, 06 de fevereiro, 2018)

A licenciatura ... eu acho que era no que a gente formava, no quarto ano não tinha uma formatura, mas tinha um grau! No quarto ano a gente era licenciado.... em Psicologia! E a licenciatura as disciplinas de didática geral e didática especial, eram ministradas no quarto ano. E depois a gente ainda ficava mais um ano pra fazer a parte profissional... a parte mais profissional da Psicologia, né!. É quando a gente recebia o título de psicólogo. No quarto ano a gente era licenciado em Psicologia, mas não psicólogo! E no quinto ano é que recebíamos o título de psicólogo. (Entrevistada 11, comunicação pessoal, 06 de maio, 2018)

O terceiro entrevistado da mesma turma não se recordou de detalhes sobre a licenciatura, disse apenas se lembrar que havia uma disciplina de didática, mas nada mais além disso, nem mesmo quem era a professora que a ministrou.

Sobre as disciplinas da licenciatura, os entrevistados mencionaram duas: Didática Geral e Didática Especial. A de Didática Geral, de acordo com a Entrevistada 11 aluna da primeira turma do curso, foi ministrada pela professora Alaíde Lisboa de Oliveira:

E quem lecionou pra mim a disciplina, por exemplo, Didática Geral, foi dona Alaíde Lisboa de Oliveira, e ela ministrava a disciplina não só para alunos de Psicologia. Mas para todos os alunos... que tinha os outros cursos lá na FAFICH! Alunos de Física, de Biologia, de Química, de História, todos os cursos que pretendiam formar professores. E ela ministrava um dia por semana, a gente tinha uma aula numa sala bem grandona, juntando todos os alunos. (Entrevistada 11, comunicação pessoal, 06 de maio, 2018)

Conforme essa mesma entrevistada, os alunos da primeira turma não recebiam muitas informações sobre a licenciatura, inclusive não sabiam qual o segmento educacional que teriam autorização para lecionar após a conclusão da mesma. Para a entrevistada, fazer a licenciatura se resumia ao preparo para a docência, independente do segmento que iria atuar após o seu término. A entrevistada lembrou: “Ah não.... isso não era falado, eu não lembro de ter ouvido assim, que estavam me preparando para o 2º grau, ou para dar aula na

universidade, não lembro de ter ouvido isso! Era para ser professor!” (Entrevistada 11, comunicação pessoal, 06 de maio, 2018)

Dos conteúdos e dinâmica das aulas da licenciatura, os entrevistados da primeira turma não se lembraram de terem feito a disciplina de Administração Escolar, que na ocasião também fazia parte do currículo da modalidade e se tiveram apenas as disciplinas de Didática e de Didática Especial, recordando:

Então, pra quem já tinha feito o curso Normal ...é... as disciplinas de licenciatura, Didática Geral e Didática Especial, num acrescentava muita coisa! Pra mim não acrescentou muita coisa, né! Eu lembro que a dona Alaíde Lisboa era uma autoridade no assunto né! E ela também organizava as aulas através de seminários! Cada grupo preparava um tema e apresentava, ela mesmo eu não lembro de ela tá dando aula, mas ela fazia o tempo todo seminários! Eu lembro que um dos meus temas de seminário foi atividades extraclasse! (risos)... Eu lembro que eu me preparei pra fazer esse seminário e ai era essa situação... eram alunos de todos os cursos, né! Os colegas não eram os mesmos que eu tinha lá na Psicologia! (Entrevistada 11, comunicação pessoal, 06 de maio, 2018)

A gente não tinha muita paciência para disciplina de Didática, não! Tinha não! A turma não era muito... a gente levava muito na gozação, na brincadeira! Mais por outro lado também a gente tinha uma certa disciplina bem... à época como estudantes, né! Mas... na verdade a gente achava um tanto um saco, ter que lidar com dona Alaíde e adjacências, né! Mas mesmo assim eu me lembro que... se transmitiu alguma coisa. (Entrevistado 6, comunicação pessoal, 06 de fevereiro, 2018)

Esse mesmo entrevistado relembrou também a exigência do estágio para cumprir a formação na licenciatura:

[...] era uma turma única e não tinha essa distinção de disciplina pedagógica, isso não era focado! A única coisa que eu me lembro bem é a exigência de ter cumprido as exigências didáticas.....dar aulas inclusive acompanhadas por um professor ou alguém que atestava que você fez a prática da didática... Como se fosse um estágio! Eu por exemplo fiz no colégio Sion, hoje Santa Dorotéia! (Entrevistado 6, comunicação pessoal, 06 de fevereiro, 2018)

O interessante é que, a partir da segunda turma do curso de Psicologia da UFMG, a licenciatura passou a não ser mais obrigatória como modalidade de formação, com exceção da disciplina de Didática que era obrigatória e conforme nossas pesquisas nos documentos a mesma continuou fazendo parte do bacharelado. Entretanto, uma das entrevistadas afirmou que não sabia que as disciplinas da licenciatura eram opcionais. A Entrevistada 1 recordou: “Pra mim eu era obrigada, porque fazia parte do currículo de 5 anos! Tá!...Mais fiz...num.... metodologia de ensino, né! Num era uma coisa que me fígava, não! Mas eu fiz, fiz tudo. (Entrevistada 1, comunicação pessoal, 30 de janeiro, 2018)

Outra entrevistada ressaltou que tudo o que os alunos sabiam era que com quatro anos do curso formariam como bacharéis e com cinco anos formariam em Psicologia e desta forma fizeram. A afirmativa da Entrevistada 7, também da segunda turma do curso, demonstrou certo desconhecimento pelo que era a licenciatura:

Pois é... Quando faz a licenciatura é dentro do bacharelado, não é?... Então o que acontecia... aí então eles reuniam todos os alunos da UFMG, pessoal da música, pessoal da química, pessoal da pedagogia, todos num salão e aí a gente tinha aulas juntos da parte pedagógica, do como proceder.... [...] E aí a gente teve uma convivência com os alunos de outros cursos... [...] Então foi gostoso também! Não achei que tinha o rigor que a gente tinha na Psicologia, mas eles deram muita coisa sobre Dewey e Escola Nova, o que que estava sendo dado em termos de educação!... [...] De didática... E tinha os autores que tinha envolvidos, que tinham revolucionado o pensamento, a importância do contato com o aluno, sabe! De tentar fazer um link com o que ele soubesse! (Entrevistada 7, comunicação pessoal, 06 de fevereiro, 2018)

A convivência com os colegas de outros cursos proporcionou também conhecimento e diferentes experiências, segundo os entrevistados, já que após o estágio nas escolas, os alunos da disciplina tinham que fazer uma exposição sobre a experiência de terem dado aulas e as vivências nas escolas e que segundo essa mesma entrevistada era motivo de risos e descontração com tantos depoimentos inusitados.

À medida que os anos foram passando e novas turmas iniciaram o curso, o novo formato da licenciatura com disciplinas totalmente opcionais também vão selecionando os alunos para a mesma, ou melhor, os alunos passavam a fazer a licenciatura por opção e não por obrigação. Esse caráter também vai modificando as opiniões sobre a modalidade de formação. A Entrevistada 3 por exemplo, fez a licenciatura no início da década de 1970 e relembrou que gostou muito de fazer a formação. Ressaltou que não faltaram informações sobre a modalidade para os alunos, já que na ocasião a própria direção do Departamento de Psicologia foi quem informou sobre isso em sua turma, trazendo dados sobre o que era, para que servia e onde a modalidade seria ofertada.

A gente ia lá para o andar da educação, né? É... na Faculdade de Educação! E lá eu tive.... eu gostei dos professores, gostei muito... [...] ... eu gostei muito porque aquilo pra mim já não era tão novo, eu já vinha do magistério, já tinha tido contato com aquela... com a.... já tinha desenvolvido uma certa habilidade na questão da metodologia de ensino, né! Na questão de definição de objetivos, né! De ensino, objetivo geral, específico, não sei o quê, né! Os recursos didáticos, o plano de aula, né! Vamos dizer assim... (Entrevistada 3, comunicação pessoal, 31 de janeiro, 2018)

Diferente dessa entrevistada, muitos colegas de sua turma optaram por não fazer a licenciatura, e o principal motivo segundo a mesma era o fato de que não queriam e não tinham interesse em lecionar para o ensino secundário.

Então muita gente acho que desistiu por causa disso, não queria mexer com ensino de Psicologia no segundo grau, sabe! Mas eu achei que para mim seria interessante eu ter isso no meu currículo, como peso pelo menos... mesmo que eu não fosse mexer! Mais como titulação, como um peso, uma...um título a mais, né! (Entrevistada 3, comunicação pessoal, 31 de janeiro, 2018)

Situação diferente vivenciou a Entrevistada 10, que depois da conclusão do curso de Psicologia em 1970, permaneceu na Faculdade e matriculou-se na Licenciatura. A justificativa de ter retornado para a licenciatura foi que, por indicação da irmã, a entrevistada soube que era necessário ser licenciada para atuar no ensino superior, principalmente nos cursos que possuíam licenciaturas, e como tinha interesse em lecionar nesse segmento educacional, se matriculou no curso. Ela rememora:

A licenciatura para quem dá aula em...na graduação, o professor, ele tinha que ter a licenciatura, isso estava no código. Então eu faço porque me auxiliaria em uma das funções... [...]...estava estabelecido, olha bem...a minha irmã é pedagoga e ela dava aula na Universidade Federal... Então ela me fala dessa exigência, então, na Uni, por exemplo, para eu ser professora da Uni, se eu não tivesse licenciatura, eu não permaneceria... [...]... é obrigatório você... era né! Pra você dar aula em cursos... e eu dava aula para as licenciaturas dos cursos, porque eu dava a disciplina de Psicologia em curso de Matemática, História, na Comunicação.. eu tinha que ter a formação!... (Entrevistada 10, comunicação pessoal, 03 de maio, 2018)

A mesma entrevistada lembrou ainda que, de sua turma do curso de Psicologia, somente ela frequentou a licenciatura nesse período e em relação às disciplinas da modalidade na ocasião, rememorou:

Ah bem.. as disciplinas eu sei! Tinha a Didática Geral, a Didática específica da Psicologia, tinha os conhecimentos sobre os filósofos da educação, e tinha também uma disciplina sobre as leis que regiam o sistema de educação da época. Então a gente tinha as mudanças, as leis de diretrizes e bases, porque eu peguei a primeira. Eu não pego a de 90... (Entrevistada 10, comunicação pessoal, 03 de maio, 2018.)

Além das disciplinas em sala de aula, a entrevistada ressaltou também que havia um estágio em escola escolhida pelo aluno e que os alunos apresentavam relatórios e discutiam sobre isso com os professores da licenciatura. Como era professora da 5ª série em uma escola pública, a entrevistada nos contou que seu estágio ocorreu na mesma escola que lecionava.

Independente da turma ou do ano em que frequentaram a licenciatura, os entrevistados foram unânimes em dizer que a modalidade contribuiu para suas vidas profissionais. A seguir

alguns depoimentos sobre as contribuições da modalidade, desde os primeiros egressos do curso:

Por exemplo, a questão do método... para você desenvolver uma aula! Isso nós tivemos chance de ver com eles...claramente! Então quando eu fui dar as minhas aulas pro curso secundário no colégio Sion, eu fiz o meu plano de aula bonitinho, com estabelecimentos de conteúdo, sequência lógica de conteúdo...é... um certo dialogo do momento do conteúdo com o outro, isso eu sabia fazer! (Entrevistado 6, comunicação pessoal, 06 de fevereiro, 2018)

Nossa, muito... só somou viu! É o que eu te falei, agregou desde lá do curso normal, né! Que a gente tinha rudimentos, noções Aqui na licenciatura eu acho que eu consegui um conhecimento mais aprofundado, maior, sabe? Inclusive mais detalhado, eu achei aquilo assim de um perfeccionismo tão grande, tinha até relação de verbos que se tinha que colocar no início da redação dos objetivos, né? Para poder definir os resultados que se queria alcançar com aquela... aquele procedimento... é... educacional e tudo, procedimento de ensino, né! Era muito assim, achei muito criteriosa a disciplina, muito assim científica mesmo... (risos) (Entrevistada 3, comunicação pessoal, 31 de janeiro, 2018)

Indiscutivelmente, os aspectos e procedimentos metodológicos foram os pontos mais abordados pelos entrevistados como contribuição da licenciatura. Mas será que era necessário fazer licenciatura para atingir esse propósito? Uma das entrevistadas ressaltou dúvidas em relação às contribuições da licenciatura:

Eu não acho que eu fui professora por.... pelo fato de eu ter feito a licenciatura não! Sabe! A sensação que eu tenho é que já tinha uma tendência... um gosto pela atividade de ensinar, desde quando eu fiz... o Normal! Depois eu dei aula, relativamente pouco tempo, mas foi no infantil no Jardim da Infância, e... depois fui pro SOSP, não continuei dando aula! Mais, a atividade de ensino é muito prazerosa pra mim até hoje! Então não acho que é porque eu fiz licenciatura! Eu acho que se eu não tivesse feito eu também.... poderia ter feito essa carreira que eu fiz! (Entrevistada 11, comunicação pessoal, 06 de maio, 2018)

Fica claro nesse depoimento que a licenciatura só reforçou os conteúdos já aprendidos nos cursos Normais e que a formação pouco acrescentou para a mesma. A falta de interesse dos demais alunos pela modalidade de formação também foi retratado pela mesma entrevistada:

Sabe por que que eu acho que o contexto, a gente ...não fazia a gente valorizar? Porque a maioria das pessoas que estavam lá dando aula pra nós e para as outras turmas que vieram em seguida, ninguém tinha feito licenciatura! Sabe! Foram professores que a gente poderia falar assim.... não gosto de falar a palavra..improvisados...de professores.... Eles não eram professores! Eles eram profissionais que estavam aplicando a Psicologia em diferentes contextos né! Por exemplo, Pierre Weil trabalhava no Banco da Lavoura, né! Fazia a área de Psicologia do trabalho, de treinamento, de seleção, né! Mais... de repente ele é colocado pra dar aula nesse curso. Se você for olhar aqui,oh: ... (mostra uma folha com os nomes de professores)... quem é que teria feito uma especialização pra ser professor? Eu não sei... não posso afirmar, mas acredito que... seria... se houvesse alguns com a

licenciatura, deve ter tido muitos poucos! Agora... haviam pedagogos! (Entrevistada 11, comunicação pessoal, 06 de maio, 2018)

A justificativa dada pela entrevistada demonstra que a concepção que tinha sobre a licenciatura se relacionava muito mais à docência no ensino superior, já que os professores citados pela mesma e que poderiam ser referência para os alunos são desse segmento educacional e não condizia com o propósito da modalidade licenciatura, que era uma formação para atuação específica no ensino secundário.

4.4 Algumas considerações sobre a licenciatura no curso de Psicologia da UFMG, durante a década de 1960

Ao analisarmos as grades curriculares e documentos da licenciatura, bem como as entrevistas dos egressos da década de 1960 do curso de Psicologia da UFMG, chamou-nos a atenção que apesar da legislação educacional vigente no mesmo período sobre as licenciaturas brasileiras, a licenciatura do curso de Psicologia da UFMG, pelo menos para as primeiras turmas, não foi aplicada conforme a legislação prevista.

O Decreto-lei nº 9092/46 do Ministério da Educação e Saúde, ao equiparar os cursos de licenciatura aos do bacharelado, dispôs também que no quarto ano os alunos poderiam optar pela licenciatura. Assim, a obrigatoriedade do cumprimento da carga horária referente a essa modalidade para os alunos de Psicologia da UFMG demonstra o desconhecimento sobre a legislação. Além disso, Bessa, em entrevista a Leite (2005), lembrou que, dos 30 alunos de sua turma de bacharelado em Ciências Sociais, apenas 12 se matricularam na licenciatura, ou seja: em meados da década de 1940, a licenciatura já era uma opção ou complementação de estudos para os bacharelados da FFMG.

Ainda assim, os equívocos em relação à licenciatura em Psicologia da UFMG permaneceram para a segunda turma de entrada de alunos em 1964, já que houve a manutenção de uma disciplina da licenciatura como obrigatória na grade do bacharelado e as demais como optativas ofertadas pelo Departamento de Pedagogia e Didática da Faculdade de Filosofia da mesma universidade.

A desinformação e o descaso sobre a licenciatura como uma modalidade de formação também podem ser considerados se levarmos em conta que as disciplinas da licenciatura concluídas pelos alunos do curso de Psicologia a partir da turma de 1965, terceira oferta de entrada no curso, não aparecem mais nem na grade do curso de Psicologia, nem no histórico escolar dos discentes. Acreditamos que, independente da licenciatura ter sido ofertada em

outro departamento, se concluídas pelos alunos, elas deveriam constar como parte do histórico curricular dos mesmos e em suas pastas, inclusive era prática dos demais cursos da Faculdade de Filosofia.

Relembramos aqui Lemos (2008), que ressaltou que o próprio “currículo do curso de Psicologia não tem como foco o estudante que decide se formar docente” (p.35). Para nós a grande questão é que não se trata só formar o professor de Psicologia, mas se o significado dado na década de 1960 para a licenciatura era a docência no ensino secundário, a ênfase dada no curso para formar docentes deveria ser essa.

As narrativas dos entrevistados revelaram desconhecimento sobre os propósitos e segmento educacional direcionados à licenciatura. Se levarmos em consideração as informações institucionais desencontradas sobre a modalidade nos documentos localizados, seria natural que os alunos também demonstrassem esse desconhecimento, ou seja, se a falta de informação era do próprio Departamento de Psicologia da universidade, os alunos também não poderiam ter ideias claras e precisas sobre o real papel da licenciatura na formação dos mesmos.

Na prática, mesmo após a reforma universitária e criação da Faculdade de Educação, tanto os documentos como os relatos nos mostram que as poucas alterações curriculares na grade de disciplinas da licenciatura e maior acesso às informações sobre a modalidade não foram suficientes para que os alunos compreendessem a que segmento educacional a licenciatura era dirigida.

As entrevistas revelaram que os egressos tinham muito mais lembranças sobre os conteúdos e professores do bacharelado e da “Formação de psicólogos” que da licenciatura. Esse fato pode estar relacionado à maior valorização dos conteúdos psicológicos no curso de Psicologia da UFMG do que das disciplinas relativos à formação de professores de Psicologia para o ensino secundário, tanto por parte da própria instituição quanto dos alunos. Esses dados reforçam a tônica tratada por Bernardes (2004) de que a formação se voltava para os “estudantes de Psicologia que sonham com seus consultórios” (p.93) mesmo que fossem dentro de escolas, consultórios particulares ou indústrias.

Além do que, o Parecer nº292/62 propunha disciplinas para a licenciatura que segundo Souza (2016) estariam centradas “na perspectiva de pensar o ‘que ensinar’, a ‘quem ensinar’, ‘como ensinar’ e ‘em que contexto ensinar’” (p.201), respectivamente voltadas para o domínio do conteúdo, ao aluno do ensino médio, aos procedimentos didáticos e aos componentes da escola. Então podemos dizer que a licenciatura em Psicologia durante a

década de 1960 na UFMG não atendeu totalmente aos pré-requisitos legais exigidos, além do que nem mesmo os próprios entrevistados sabiam para que segmento educacional exerceriam a docência após receberem o diploma de licenciados. Para eles, a formação nessa modalidade se prestou apenas a contribuir com procedimentos metodológicos que foram aplicados em outros segmentos educacionais ou em outros espaços de atuação, como por exemplo, na clínica, na orientação educacional ou treinamento profissional, procedimentos que muitas vezes eram aprendidos em disciplinas do curso Normal, antes mesmo do ingresso no curso de Psicologia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A tese apresentada nesta pesquisa foi a de que a licenciatura em Psicologia só foi inserida como modalidade de formação na Lei nº 4119/62 porque os cursos de Psicologia no país foram instalados em Faculdades de Filosofia.

Por meio de nossos estudos, lembramos que, dos processos de industrialização e urbanização no Brasil desde a década de 1930, ampliou-se o interesse político em formar professores mais bem qualificados e licenciados, e para isso foram implantadas as Faculdades de Filosofia no país. Nessas faculdades, além da formação no bacharelado, havia a opção de uma formação complementar e sequencial a esta, denominada licenciatura, responsável por formar o professor secundarista. Como explica Candau (1987), a expansão dessas faculdades foi um processo lento até aproximadamente 1950, e contou com certo desprestígio, inclusive com dificuldades de absorção profissional de seus diplomados em detrimento de outros profissionais técnicos. Cumpre dizer que as legislações educacionais entre as décadas de 1930 e 1960 fixaram disciplinas básicas para a licenciatura, e que o Parecer nº 292/62, segundo Souza (2016), indicou a adoção das disciplinas de formação pedagógica combinadas com a formação prática em escolas da comunidade, onde provavelmente o professor licenciado iria atuar.

Evidenciamos que as primeiras propostas para a formação de psicólogos surgiu no Brasil durante a década de 1930, e que também foram derivadas das urgências vinculadas ao contexto socioeconômico e cultural brasileiro. Neste sentido, tanto os profissionais como as instituições que já praticavam a Psicologia no país sentiram a necessidade de formar psicólogos e, desde 1932, houve uma primeira proposta de formação de psicólogos, elaborada por Waclaw Radecki e ligada à Colônia de Psicopatas do Engenho de Dentro em 1932 (Centofanti, 1982).

Dentre esta e as demais propostas de formação de psicólogos anteriores a regulamentação de 1962 e exposta nesta tese, observamos que as propostas de Eliezer Schneider para a Universidade do Brasil e a de Annita Cabral para a Universidade de São Paulo incluíam a licenciatura, contudo estes cursos não foram efetivados na prática. Além dessas propostas, a partir dos dados da pesquisa de Baptista (2004), demonstramos que, em 1957, o curso de Psicologia da Faculdade de Filosofia da USP possuía a licenciatura em sua estrutura curricular. O fato deste curso e das propostas de Schneider e Cabral terem sido direcionadas às respectivas Faculdades de Filosofia pode ter sido determinante para a inclusão da mesma na estrutura curricular desses cursos. A ênfase dos cursos era formar o especialista

para áreas específicas que urgiam pelas práticas psicológicas nos processos de orientação educacional e profissional, do trabalho e da clínica.

Identificamos que a demanda e luta dos profissionais que já atuavam na área em espaços públicos e particulares contribuiu significativamente para os processos de organização e regulamentação da formação e da profissão de psicólogos. Em Cabral (1953), ficou claro que o ponto de acordo entre os profissionais do período anterior a essa regulamentação era que a formação do psicólogo brasileiro ocorresse em nível universitário em quadros das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras. Neste sentido, duas soluções administrativas eram possíveis,

1a) Uma 'Secção' ou 'Curso' (autônomo) como os demais existentes nas Faculdades de Filosofia, levando a um 'bacharelado' ou 'licenciatura'; 2a) Um curso 'profissional' (como o recém-instituído de geólogos em São Paulo), dando lugar a um título profissional de psicólogo. (Cabral, 1953, p.64)

A partir da análise documental do dossiê do PL nº3825/58, foi possível compreender que por demanda profissional e condução do Departamento de Ensino Superior do Ministério da Educação, instituições que atuavam com práticas psicológicas no país encaminharam propostas de formação de psicólogos a aquele órgão.

Das primeiras propostas encaminhadas ao MEC, com exceção da derivada do 1º Simpósio das Faculdades de Filosofia do Brasil, que já apresentava uma estrutura composta pela licenciatura, as demais, como a da Associação Brasileira de Psicotécnica, do 1º Congresso Brasileiro de Psicologia, do Projeto nº 3825/58 de 1958, do Substitutivo das Associações Paulistas e do Substitutivo Aducto Cardoso, o sentido dado à terminologia *licença* e *licenciado* não eram condizentes nem com o que já era instituído pela legislação educacional, nem com a estrutura curricular da licenciatura da época. É significativo dizer que todos esses projetos e substitutivos já previam a formação de psicólogos nas Faculdades de Filosofia, que a licença tinha o sentido de autorização para a atuação em áreas da Psicologia Aplicada e, quando muito, possuíam apenas uma disciplina de Didática, não apresentando a estrutura curricular estabelecida para a formação de professores secundaristas pelas Faculdades de Filosofia.

Um detalhe importante é que no documento da Associação Brasileira de Psicotécnica, que tinha como signatário Lourenço Filho, eminente educador brasileiro, além do sentido de autorização, a licença ofertada em 2 anos de curso subsequentes ao bacharelado (3 anos) deveria ser ministrada em instituições que já exerciam atividades no campo da Psicologia

Aplicada, descaracterizando totalmente o sentido da licenciatura como formação própria das Faculdades de Filosofia e regida por legislação educacional brasileira.

Acreditamos que os possíveis equívocos nessas propostas com relação ao uso dos termos relativos à licenciatura como formação do professor do ensino secundário poderiam estar vinculados ao desconhecimento dos proponentes dos projetos pela modalidade da licenciatura e/ou pela legislação educacional em vigor sobre essa formação e/ou sobre o segmento de atuação do egresso da mesma.

Diante dos fatos históricos aqui relatados, cremos que o desinteresse por essa modalidade de formação era muito maior que a desinformação. Em um período em que as técnicas eram cada vez mais solicitadas para o progresso do país, é provável que a regulamentação da formação em Psicologia servisse muito mais ao propósito de sua aplicabilidade prática para o desenvolvimento nacional do que para formar professores para atuação em um segmento educacional que, na realidade e na prática, preteria os licenciados.

Como exposto por Bernardes (2004), a profissão do psicólogo, antes mesmo da regulamentação da formação e profissão, já era aclamada por sua aplicabilidade na educação para atender os problemas da escola, no trabalho atuando em funções como seleção, orientação e treinamento e na clínica,

[...] fortemente associada à Medicina, em uma perspectiva organicista, se transformando em objeto de fetiche para os (as) psicólogos (as) (embora ainda o seja). O exercício da Psicologia teve, à época, seus limites claramente estabelecidos. O psicólogo sempre foi percebido como auxiliar do médico, podendo, no máximo, exercer funções de orientação e acompanhamento clínico. (Bernardes, 2004, p.90).

Levando em consideração, portanto, o interesse de crescimento e desenvolvimento do país, ao qual a Psicologia Aplicada foi chamada a contribuir com suas técnicas “privativas”, e tendo como referência a já instaurada legislação brasileira sobre a licenciatura no Brasil, acreditamos que não havia interesse dos profissionais que já atuavam com a Psicologia no país em formar professores de Psicologia para o ensino secundário. Mesmo porque, como exposto por Candau (1987), o professorado do ensino secundário não tinha o necessário prestígio, sendo muitas vezes preterido a outros concorrentes nas vagas desse segmento educacional.

De certo modo, a legislação do ensino secundário exibia alguma fragilidade e, muitas vezes, os bacharéis nas diversas áreas eram os preferidos para a docência nesse nível de ensino. Esses dados podem ter contribuído também para que, na Lei nº 4119/62, fosse conferido ao bacharel, e não ao licenciado, o direito de lecionar no ensino médio.

Um dado importante tratado nessa tese é que a licenciatura era um dos pré-requisitos para obtenção do certificado de orientador educacional. Este fato pode ter contribuído com os equívocos em relação à atuação do licenciado em Psicologia no ensino médio, já que a orientação educacional era muito praticada por instituições e profissionais que atuavam com práticas psicológicas voltadas para a educação e que passaram a ser um campo de atuação para o licenciado em Psicologia garantido pelo artigo 63 da LDB de 1961.

Do processo que culminou na Lei nº4119/62, somente no Substitutivo das Associações Paulistas e no Substitutivo de Lauro Cruz foi incluída a licenciatura como modalidade de formação para o psicólogo, sendo que apenas neste último Substitutivo a modalidade apresentava a estrutura curricular coerente com a legislação educacional exigida no período. Este fato provavelmente estava associado à participação de um número bastante significativo de Faculdades de Filosofia paulistas nas reuniões de produção desse documento, favorecendo assim a condução deste, conforme legislação educacional em vigor para a formação de professores secundaristas, inclusive reproduzindo-o na regulamentação da formação e profissão de psicólogos no Brasil em 1962.

É compreensível que, na lógica das propostas de formação para uma Psicologia Aplicada, não havia espaço para formar professores licenciados, a não ser por exigência legal. Concordamos com Bernardes (2004), que afirma que a naturalização e a cristalização do

[...] fenômeno da Psicologia Aplicada, a retórica científica, transforma em inevitáveis os campos de atuação que se encontram na formação. Daí, a clássica divisão da formação nos três campos de atuação: clínica, empresa e escola. Divisão que se cristaliza e se encontra renovada, atualmente, com o conceito de ênfases curriculares, encontrado em todos os documentos posteriores a LDB de 1996 (p.158).

O estudo de caso apresentado sobre o curso de Psicologia da UFMG nos propiciou a compreensão de que este também foi fruto da luta de profissionais que já atuavam com as práticas psicológicas no estado de Minas Gerais e da própria constituição da Faculdade de Filosofia da mesma universidade, principalmente dos professores da disciplina de Psicologia Educacional que atuavam nos cursos de Didática e de Pedagogia.

O curso autorizado pelo CTA da FFCL começou a funcionar somente após a Lei nº4119/62, e seguia os preceitos estabelecidos nessa legislação e na Resolução do CFE nº19/62. Apresentava uma carga horária maior para algumas disciplinas, como a Psicologia Geral e Experimental, e os alunos eram obrigados a cumprirem a carga horária total do curso, incluindo as disciplinas das três modalidades de formação: bacharelado, licenciatura e formação de Psicólogos.

Apesar das restritas informações disponíveis nos documentos localizados neste momento sobre a licenciatura em Psicologia nos arquivos da FAFICH/UFMG, a partir da análise dos documentos localizados identificamos que, na primeira estrutura curricular do curso, cumpriu-se o estabelecido pela legislação educacional do período e foram oferecidas as disciplinas de Didática Geral, Didática Especial e Administração Escolar, já que os alunos do curso eram dispensados da disciplina de Psicologia Educacional. Ao que tudo indica, a prática de ensino foi ofertada somente a partir da segunda turma do curso.

A licenciatura, em 1964, passou a ser uma formação opcional. Contudo, para a segunda turma de entrada no curso de Psicologia da UFMG, observamos certa confusão na disposição da grade curricular do curso, já que ainda constava como obrigatória uma das disciplinas pertencentes à licenciatura e as demais passaram a ser optativas. Com a ampliação da carga horária das disciplinas do bacharelado e da formação de psicólogos nos sucessivos anos da década de 1960, cada vez mais a licenciatura era preterida pelos alunos, além de que quando os mesmos faziam as disciplinas da modalidade, não constava notas ou qualquer informação sobre as mesmas nas fichas individuais dos alunos, prática que não era comum na FFCL/UFMG.

O curioso é que o professor Pedro Parafita de Bessa foi idealizador e professor do curso, diretor da FFCL por determinados períodos, além de membro integrante de comissões do MEC relativas a regulamentação da formação e profissão e este fato não foi suficiente para que a licenciatura em Psicologia na UFMG fosse pelo menos ofertada dentro das condições exigidas tanto pela própria regulamentação da formação quanto pelas legislações educacionais da época.

Do nosso ponto de vista, os dados contribuem para a compreensão de que, na década de 1960, no curso da UFMG, a licenciatura não era incluída como parte da identidade profissional dos psicólogos e pode também significar certo descrédito em relação a essa formação em detrimento das demais que eram voltadas para a prática clínica. Relembramos as palavras de Passos *et al* (2009), que concluíram que a ênfase da formação em Psicologia na UFMG era

[...] fortemente voltada para a clínica psicoterapêutica de pacientes diagnosticados como neuróticos... e passada a fase de hegemonia do behaviorismo no curso, caminhou claramente para um privilégio da clínica psicoterapêutica, de tipo individual, caráter curativo e pouco voltada para as práticas comunitárias (p. 162).

Acreditamos que esse tipo de formação não era privilégio apenas do curso de Psicologia da UFMG, lembrando que Bernardes (2004) também confirma esses dados dizendo que “ as

influências da ditadura, associadas a uma concepção positivista de ciência, e à cultura psi, já arraigada no cotidiano, têm como consequência um tipo de Psicologia privatista, gravitando em torno do indivíduo” (Bernardes, 2004, p.109).

De qualquer forma, não identificamos que especificamente no curso de Psicologia da UFMG houvesse interesse em outro tipo de formação para além da atuação clínica, como a do professor licenciado, por exemplo.

Esses dados foram confirmados pelos nossos entrevistados. Ao longo das entrevistas foi possível notar que a licenciatura teve pouco significado para a maioria dos egressos do curso da UFMG por nós entrevistados. Quando perguntados sobre essa modalidade de formação, os entrevistados não se recordavam de quase nada relacionado à mesma, ao contrário das demais disciplinas e formações, que os mesmos demonstravam ter muitas lembranças e recordavam com entusiasmo das disciplinas e professores tanto do bacharelado quanto da formação de Psicólogos.

Os primeiros egressos da primeira turma demonstraram não ter clareza à época que a licenciatura era voltada para a docência no ensino secundário, informando terem feito as disciplinas da modalidade por acreditarem que eram obrigados a cumprir os créditos de todas as disciplinas ofertadas em todo o curso. Podemos dizer que as dúvidas dos egressos entrevistados sobre a atuação do licenciado à época não se diferem das confusas informações sobre as funções relacionadas à docência dispostas na Lei nº 4119/62 do mesmo período, que não direcionou corretamente a docência no ensino médio como função do licenciado, conforme a legislação educacional da época. Não podemos nos esquecer, ainda, que, para a maioria dos egressos entrevistados, a docência no ensino superior aconteceu antes mesmo de se formarem, inclusive lecionando no próprio curso da UFMG. Nestes casos, a docência no ensino médio definitivamente não era objetivo de atuação, mesmo porque muitos deles já haviam feito o Curso Normal antes de ingressarem na faculdade.

Se as contribuições da licenciatura para a profissão dos egressos eram somente os aspectos metodológicos aprendidos nas disciplinas que compunham a modalidade, podemos dizer então que a licenciatura não cumpriu seu papel, já que fazê-la significava ser professor de Psicologia no ensino secundário e não apenas aprender aspectos metodológicos, sem esquecermos que a maioria dos entrevistados não desejava atuar na docência desse segmento educacional.

De todo modo, podemos dizer que a licenciatura no curso de Psicologia da UFMG nos anos 1960 foi acompanhada de desconhecimento e descrédito tanto por parte da própria

instituição quanto por parte dos alunos. Nessas condições, acreditamos que dificilmente a licenciatura permaneceria como modalidade de formação no curso de Psicologia da UFMG se esse tivesse sido deslocado para a Faculdade de Medicina, como desejado por um dos professores do curso. Nesse sentido, é possível que a própria licenciatura tenha sido um dos motivos para que esse professor quisesse a mudança do curso de Psicologia para outra faculdade, já que o referido professor não se furtou em elaborar uma pesquisa sobre a modalidade, concluindo e divulgando em reunião da Congregação da FFCL de 31 de janeiro de 1964, que 62% dos licenciados daquela faculdade não se ocupavam do magistério. Tudo leva a crer que também para esse professor a licenciatura era uma formação dispensável ou desnecessária ao psicólogo.

Enfim, a análise histórica elaborada para esta pesquisa a partir das fontes em bases arquivísticas e das entrevistas nos possibilitou compreender que, de modo geral, não havia interesse entre os profissionais de Psicologia que a licenciatura fosse uma modalidade de formação para os psicólogos no período de elaboração da Lei nº4119/62, e que a mesma só fez parte da formação porque os cursos de Psicologia no Brasil foram institucionalizados em Faculdades de Filosofia.

Contudo, sabemos bem que é impossível a escrita de uma história ser definitiva. Mesmo que consigamos solucionar o quebra-cabeça de fatos ou acontecimento do passado, resgatá-lo em sua totalidade é praticamente impossível, “em outras palavras, o processo será sempre inacabado e a história deverá ser continuamente escrita” (Antunes, 2014, p. 2).

Sem sombra de dúvidas concordamos com Izidoro, Jorcuvich e Costa (2015), quando afirmam que há pouquíssimas produções bibliográficas sobre a licenciatura em Psicologia no país e que este fato dificulta as discussões sobre o tema na atualidade. Assim, acreditamos que novos trabalhos historiográficos e novas pesquisas, tanto nos arquivos da FAFICH/UFMG quanto em outros arquivos, poderão colaborar com a história da licenciatura em Psicologia, auxiliando-nos a compreender que mesmo depois de mais de 50 anos da regulamentação da formação e profissão, e mediante aos impasses e contradições, a licenciatura ainda é ofertada nos cursos de Psicologia no Brasil.

REFERÊNCIAS

- Abreu, J. (1955). A educação secundária no Brasil (Ensaio de identificação de suas características principais). *Revista Brasileira de Estudos pedagógicos*. V. 23, n. 58, p. 26-104.
- Alberti, V. (2005). *Manual de história oral*. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV.
- Almeida, A. R. (1989). Tendências da Psicologia Social no Brasil. *Revista de Filosofia Síntese*. V. 16, nº 14. Disponível em: <http://faje.edu.br/periodicos/index.php/Sintese/article/view/1758>.
- Antipoff, D. (1975). *Helena Antipoff: sua vida, sua obra*. Rio de Janeiro: Editora José Olympio.
- Antunes, M. A. M. (2004). A Psicologia no Brasil no século XX: Desenvolvimento científico e profissional. In: Massimi, M. Guedes, M. do C. *História da Psicologia no Brasil: novos estudos*. Educ: São Paulo.
- Antunes, M. A. M. (2008). Algumas reflexões acerca de minha formação como pesquisadora em história da Psicologia. In: Campo, R. H. de F. (org.). *História da Psicologia: pesquisa, formação, ensino*. [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais. Disponível em <http://books.scielo.org/id/c2248/pdf/freitas-9788599662830.pdf>.
- Antunes, M. A. M. (2012). A Psicologia no Brasil: um ensaio sobre suas contradições. *Psicol. cienc. prof.* [online]. 2012, vol.32, n.spe, pp.44-65. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932012000500005>.
- Antunes, M. A. M. (2014). *A Psicologia no Brasil: leitura histórica sobre sua constituição*. São Paulo: Educ (PUC-SP).
- Araújo, R. S. Vianna, D. M. (2010). A história da legislação dos cursos de Licenciatura em Física no Brasil: do colonial presencial ao digital a distância. *Revista Brasileira de Ensino de Física*, v. 32, n. 4, 4403.
- Assis, R. M. Cirino, S. D. (2016). Apresentação. In: *História da Psicologia: tendências contemporâneas*. Belo Horizonte, MG: Artesã Editora.
- Associação Brasileira de Psicólogos; Sociedade de Psicologia de São Paulo. (1958) Substitutivo apresentado pela A. B. P. e pela SPSP de São Paulo ao Anteprojeto de Lei nº 3825A, do Ministério de Educação e Cultura. *Revista de Psicologia Normal e Patológica* 2(1-2), 394-401.
- Associação Brasileira de Psicotécnica (1953). Memorial encaminhado aos srs. Deputados, a propósito da regulamentação da profissão de psicologista. *Arquivos brasileiros de Psicotécnica*. V. 12, n. 1. (1960). Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/abpt/article/view/14226/13095>.
- Azevedo, F. et al. (1960). Notas para a história da educação. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Vol XXXIV, jul-set. nº 79. pp. 108-127. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me001672.pdf>.

Baptista, M. T. D. S. (2004). A constituição da identidade de alguns profissionais que atuaram como psicólogos antes de 1962 em São Paulo. In: Massimi, M. Guedes, M. DO C. (orgs.). *História da Psicologia no Brasil: Novos Estudos*. São Paulo: Educ, Cortez Editora.

Baptista, M. T. D. S. (2011). Serviços de Orientação Educacional. In: Jacó-Vilela, A. M. (org.). *Dicionário Histórico de Instituições de Psicologia no Brasil*. RJ: Imago Ed. pp. 402-404.

Benko, A. (1955). Primeiro Seminário Latino-americano de Psicotécnica. *Revista de Psicologia Normal e Patológica*, 5(3-4), 427-432.

Bernardes, J. S. (2004). *O debate atual sobre a formação em Psicologia no Brasil: permanências, rupturas e cooptações nas políticas educacionais* (Tese de doutorado). Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP.

Bessa, P. P. DE. (1992). Helena Antipoff: o espírito científico da Psicologia. *Psicol. cienc. prof.* [online]. 1992, vol.12, n.1, pp.18-21.

Bianchi, M. A. (2014). Memória e história: Fae/UFMG. In: Souza, J. V. A. Diniz, M. Oliveira, M. G. de (orgs). *Formação de professores (as) e condição docente*. Belo Horizonte: Ed. UFMG.

Boschi, M. DE F. L. Marçolla, A. L. A. (2009). O Instituto de Psicologia da PUC Minas: 50 anos de formação. *Psicologia em Revista*. Edição Ouro, Abril. Editora Pucminas, pp. 17-25.

Boschi, M. DE F. L. Poelman, Miranda (2011). Instituto de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas). In: Jacó-Vilela, A. M. (org.). *Dicionário Histórico de Instituições de Psicologia no Brasil*.

Brasil. *Dossiê do PL nº3825/58*. Transformado na Lei Ordinária 4119/1962. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=216279>>.

Brasília. *Lei n. 4.119* de 27 de agosto de 1962. Dispõe sobre os cursos de formação em Psicologia e regulamenta a profissão de psicólogo. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4119-27-agosto-1962-353841-normaatuizada-pl.html>>

Brasília. *Lei n. 9.394* de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1996/lei-9394-20-dezembro-1996-362578-normaatuizada-pl.html>>

Brasília. *Lei nº 4.024*, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as diretrizes e bases da educação nacional. Lei de Diretrizes e Bases da Educação-LDB. Brasília, DF: Ministério da Educação. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/l4024.htm>

Brzezinsk, I. (1996). *Pedagogia, pedagogos e formação de professores: busca e movimento*. 7ª ed. (Coleção Magistério: formação e trabalho pedagógico). Campinas, SP: Papirus.

Cabral, A. C. M. (1953). Problemas da formação do psicólogo. *Boletim de Psicologia*, 5/6 (18/20): 64-68.

Cabral, A. de C. E M. (1950-2004). A Psicologia no Brasil. In: Antunes, M. A. M. *História da Psicologia no Brasil: primeiros ensaios*. Rio de Janeiro: EdUERJ. pp 33-70.

Campos, R. C. P. Silva, L. D. Silva, R. DE A. (2005). Fontes primárias de documentação para a história da Psicologia e história da educação: constituição do acervo do serviço de orientação e seleção profissional - SOSp (1949-1994). *Escritos sobre Educação*, 4(2), 49-55. Recuperado em 16 de julho de 2018, de <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-98432005000200006&lng=pt&tlng=pt>.

Campos, R. H. DE F. (1980). *Psicologia e ideologia: um estudo da formação da Psicologia Educacional em Minas Gerais* (Dissertação de mestrado). Faculdade de Educação da UFMG.

Campos, R. H. DE F. (2010). Helena Antipoff. *Coleção Educadores*. Fundação Joaquim Nabuco. Recife: Editora Massangana.

Campos, R. H. DE F. Lourenço, E. (2016). Os Arquivos UFMG de História da Psicologia no Brasil. In: Assis, R. M. de. Peres, S. P. *História da Psicologia: tendências contemporâneas*. Belo Horizonte: Ed. Artesã. pp. 91-120

Candau, V. M. F. (coord.). (1987). *Novos rumos da licenciatura*. Brasília: INEP/PUC-RJ.

Cano, W. (2012). Da década de 1920 à de 1930: transição rumo à crise e à industrialização no Brasil. *Revista Economia*, Brasília (DF), v.13, n.3b, p.897-916, set/dez. Disponível em <http://www.anpec.org.br/revista/vol13/vol13n3bp897_916.pdf>.

Cardoso, A. (1959). Substitutivo adotado pela Comissão de Educação e Cultura ao Projeto nº 3825/58, de 1958. *Arquivos Brasileiros de Psicotécnica*, 11(3-4), 108-112.

Carvalho, M. G. Campos, R. C. P. R. DE. Silva, N. L. R. (2013). Análise da queixa escolar na década de 1950 em Belo Horizonte, MG: o discurso dos pioneiros do SOSp. *Memorandum*, v. 25, 12-37. Disponível em: <<https://seer.ufmg.br/index.php/memorandum/article/view/6408/4861>>.

Cellard, A. (2016). A análise documental. In Poupart, J. Deslauriers, J-P. Groulx, L-H. Laperrière, A. Mayer, R. Pires, A. P. *A Pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes.

Centofanti, R. (1982). Radecki e a Psicologia no Brasil. *Psicol. cienc. Prof.* 3 (1) Brasília. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98931982000100001>.

Cirino, S. D. Miranda, R. L. (2013). Ensinando Psicologia: elementos para uma história sobre o professor de Psicologia e a licenciatura. In: Sekkel, M. C. Barros, C. C. *Licenciatura em Psicologia: temas atuais*. São Paulo: Ed. Zagodoni. PP. 43-60

Congresso Nacional (1962). *Diário do Congresso Nacional*. Departamento de Imprensa Nacional. Coleção dos Anais da Câmara dos Deputados de 14 de novembro. Disponível em: <<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD14NOV1962.pdf#page>>.

Cruz, L. (1961). Câmara dos Deputados. *Relatório da Comissão de Educação e Cultura*. (p. 59). Dossiê digitalizado Disponível em:

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=94B3D3F48B86A123B2A60C266D345826.proposicoesWebExterno2?codteor=1210775&filename=Dossie+-PL+3825/1958>.

Cunha, L. A. (2000). Ensino superior e universidade no Brasil. In: *500 anos de educação no Brasil*. Lopes, E. M. T. Faria Filho, L. M. Veiga, C. G. (orgs). Belo Horizonte: Autêntica. (pp. 151-204)

Cury, C. R. J. Maranhão, E. de A. Teixeira, R. F. A. Weber, S. (2001). *Relatório do Parecer CNE/CP 21/2001*. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cnecp_212001.pdf>.

Dallabrida, N. (2009). A reforma Francisco Campos e a modernização nacionalizada do ensino secundário. *Revista Educação*, Porto Alegre, v. 32, n. 2, p. 185-191, maio/ago. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/fzva/ojs/index.php/faced/article/view/5520/4015>>.

Decreto-Lei nº1190, de 4 de abril de 1939. Dá organização à Faculdade Nacional de Filosofia. Rio de Janeiro, RJ: Ministério da Educação. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1190-4-abril-1939-349241-publicacaooriginal-1-pe.html>>.

Esch, C. F., & Jacó-Vilela, A. M. (2012). A regulamentação da profissão de psicólogo e os currículos de formação psi. In: Jacó-Vilela, A. M., Cerezzo, A. C., & Rodrigues, H. de B. C. (orgs.). *Clio-Psyché hoje: fazeres e dizeres psi na história do Brasil*. Edição on-line: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais.

Féres-Carneiro, T. (2011) Departamento de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUCRJ), 1967. In: *Dicionário Histórico de Instituições de Psicologia no Brasil*. Disponível em: <http://newpsi.bvs-psi.org.br/ebooks2010/pt/Acervo_files/DicionarioHistorico.pdf>

Gatti, B. A. (2010). Formação de professores no Brasil: formação e problemas. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1355-1379. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/html/873/87315816016/>>

Ghiraldelli Junior, P. (1991). História da Educação. Coleção Magistério 2º grau. Série formação do professor. São Paulo: Cortez.

Ginsberg, A. M. (1954). *Impressões do 1º Congresso Brasileiro de Psicologia*. V. 6 n. 2 p. 105-108. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/abpt/article/view/13454/12355>>.

Giusta, A. S. Machado, M. M. Campos, R. H. F. (1986). Notas sobre a formação do psicólogo na Universidade Federal de Minas Gerais. *Cadernos de Psicologia*, 3(1), 77-100.

Gomes, W. B. Silveira, A DA C. (2006) *Instituto de Psicologia da PUCRS e Organização Profissional*. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/museupsi/PSI-RS/sumars.htm>>.

Goulart, I. B. (1985). *Psicologia da Educação em Minas Gerais: Histórias do vivido*. (Tese de doutorado). Instituto de Psicologia. PUC/SP.

Haddad, M. DE L. A. (1988). *Faculdade de Filosofia de Minas Gerais: raízes da ideia de universidade na UMG*. (Dissertação de mestrado). Faculdade de Educação, UFMG. MG: BH.

Izidoro, I. R., Jorcuvich, D. I., & Costa, J. B. DE O. (2015). O retrato da licenciatura em Psicologia no Brasil. *XII Congresso Nacional de Educação*. PUCPR, Curitiba. Disponível em: <http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/20784_9291.pdf>

Jacó-Vilela A. M. (1999). Formação do psicólogo: um pouco de história. *Interações: Estudos e Pesquisas em Psicologia*. 8(4): 79-91. Supl. Jul/dez.

Jacó-Vilela, A. M. (1999A). Eliezer Schneider: um esboço biográfico. *Estudos de Psicologia*, 4(2). pp 331-350. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/epsic/v4n2/a09v4n2.pdf>>

Leite, W. S. (2005). *História e Memória da Psicologia em Minas Gerais: de 1926 a 1962*. Dissertação de mestrado do programa de Psicologia da Fafich da UFMG.

Lemos, L S. (2008). *A identidade do licenciado em Psicologia: uma análise das regulamentações brasileiras entre 1962 e 2008*. (Dissertação de mestrado). Faculdade de educação UFMG. Belo Horizonte, MG.

Lourenço Filho, M. B. et al, (1954). Memorial encaminhado aos srs. Deputados, a propósito da regulamentação da profissão de psicologista. *Arquivos brasileiros de Psicotécnica*. V. 12, n. 1. (1960). Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/abpt/article/view/14226/13095>>

Lourenço, E. (2007). *A criminologia entre a biologia e a educação: o discurso sobre o psicológico na Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (1892-1962)*. (Tese de doutorado) Faculdade de Educação da UFMG. UFMG: Belo Horizonte.

Magalhães, M. Stralio, M. Keller, M. Gomes, W. B. (2001). Eu quero ajudar as pessoas: a escolha vocacional da Psicologia. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 21(2), 10-27. Disponível em: <<https://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932001000200003>>.

Mancebo, D. (2004). Formação em Psicologia: gênese e primeiros desenvolvimentos. *Mnemosine*. Vol. 1 nº 0. pp. 53-72.

Mancebo, D. (1999). Formação em Psicologia: gênese e primeiros desenvolvimentos. In: A. M. Jacó-Vilela, F. Jabur & H. B. C. Rodrigues (Orgs.), *Clio-Psyché: Histórias da Psicologia no Brasil*. (pp. 93-120). Rio de Janeiro: UERJ, NAPE.

Massimi, M. (1990). *História da Psicologia brasileira: da época colonial até 1934*. São Paulo: EPU.

Massimi, M. (2016). História dos saberes psicológicos. *Coleção Temas de Psicologia*. São Paulo: Paulus.

Massimi, M. Campos, R. H. F. Brozek, J 9 (2008). Historiografia da Psicologia: métodos. In: Freitas, R. H. F. (org.). *História da Psicologia: pesquisa, formação, ensino*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais. pp. 21-47

Melo, C. M. M de. Araújo, T. S. DE. (2016). A formação de professores na Faculdade de Filosofia de Minas Gerais – Belo Horizonte, MG (1939-1948). In: Faria Filho, L. M. de. Souza, J. V. A. de. Fonseca, N. M. L. (Orgs). *Formação docente na UFMG: história e memória*. Belo Horizonte: Ed. Mazza.

Miranda, M. H. B. Paixão, L. (1957/1958). Pequeno resumo das atividades da Sociedade Mineira de Psicologia. *Boletim da Sociedade Mineira de Psicologia*. Ano 1. N. 1. Belo Horizonte, MG.

Miranda, R. L. (2010). *Laboratórios de análise do comportamento no Brasil: percursos na UFMG na década de 1970*. (Dissertação de mestrado). Faculdade de Educação da UFMG. Belo Horizonte, MG.

Miranda, R. L. (2014). *O Laboratório de Psicologia da Escola de Aperfeiçoamento de Professores de Belo Horizonte: Diálogos entre Psicologia e Educação (1929-1946)*. (Tese de doutorado) Faculdade de Educação da UFMG. Belo Horizonte, MG.

Motta, J. M. C. (2008). Da chegada à inserção do movimento: 1946- 1976. In: Motta, J. M. C. (org.). *Psicodrama brasileiro: histórias e memórias*. São Paulo: Ágora.

Oliveira, J. V. DA F. (2016). As reformas universitárias e a formação de professores na UFMG: a criação da Faculdade de Educação. In: Faria Filho, L. M. Souza, J. V. A. de. *Formação docente na UFMG: História e memória*. Belo Horizonte: Mazza Edições.

Parecer n. 403 de 19 de dezembro de 1962. Parecer do Conselho Federal de Educação sobre currículo mínimo dos cursos de Psicologia. Brasília, DF: Ministério da Educação e Cultura. Disponível em: <<http://abepsi.org.br/wp-content/uploads/2011/07/1962-parecern403de19621.pdf>>.

Passos, I.C.F. Goulart, M.S.B. Braga; F.M. Abreu, M.A. & Vasconcelos, E.M. (2009). A formação em Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais e o processo de reforma psiquiátrica em Minas Gerais, nas décadas de 60, 70 e 80. *Memorandum*, 17, 149-168. Recuperado em 27.07.2018 de <<http://www.fafich.ufmg.br/~memorandum/a17/passosecol01.htm>>.

Pessotti, I. (2004). Dados para uma história da Psicologia no Brasil. In: Antunes, M. A. M. *História da Psicologia no Brasil: primeiros ensaios*. 2004. Rio de Janeiro: EDUERJ.

Pieron, H. (1958). Breve histórico da Associação Internacional de Psicologia Aplicada. *Arquivos Brasileiros de Psicotécnica*. v. 10, n. 1 e 2. Disponível em <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/abpt/article/view/13914/12813>>

Poupart, J. (2014). A entrevista de tipo qualitativo: considerações epistemológicas, teóricas e metodológicas. pp. 215-253 In: Poupart, J. Deslauriers, J-P. Groulx, L-H. Laperrière, A. Mayer, R. Pires, A. P. *A Pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes.

Projeto de Lei nº 3825 de 1958. Dispõe sobre os cursos de formação em Psicologia e regulamenta a profissão de psicologista. Brasília, DF: Câmara Federal dos Deputados. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=216279>>.

Ramozzi-Chiarottino, Z. (2001). *Annita Castilho Cabral*. Rio de Janeiro: Imago. (Pioneiros da Psicologia Brasileira)

Resolução CNE/CP nº 2 de 01 de julho de 2015. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Brasília, DF: Ministério da Educação. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/agosto-2017-pdf/70431-res-cne-cp-002-03072015-pdf/file>>.

Resolução CNE/CP nº 5 de 2011. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia, estabelecendo normas para o projeto pedagógico complementar para a Formação de Professores de Psicologia. Brasília, DF: Ministério da Educação. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pcp05_05.pdf>.

Rio de Janeiro. *Decreto-Lei nº 9613*, de 20 de agosto de 1946. Lei orgânica do ensino agrícola. Rio de Janeiro, RJ: Ministério da Educação. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-9613-20-agosto-1946-453681-publicacaooriginal-1-pe.html>>.

Rio de Janeiro. *Decreto-Lei nº 4073*, de 30 de janeiro de 1942. Lei orgânica do ensino industrial. Rio de Janeiro, RJ: Ministério da Educação. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/De14073.htm>.

Rio de Janeiro. *Decreto-Lei nº 6141*, de 28 de dezembro de 1943. Lei orgânica do ensino comercial. Rio de Janeiro, RJ: Ministério da Educação. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-6141-28-dezembro-1943-416183-publicacaooriginal-1-pe.html>>.

Rio de Janeiro. *Decreto-Lei nº 8195*, de 20 de novembro de 1945. Altera disposições do Decreto-Lei n. 1.190, de 4 de abril de 1939. Rio de Janeiro, RJ: Ministério da Educação. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8195-20-novembro-1945-450017-publicacaooriginal-1-pe.html>>.

Romanelli, O. de O. (2006) *História da Educação no Brasil*. 30ª ed. Petrópolis: Vozes.

Rozestraten, R. J. A. Maciel, J..DE C. Vasconcellos, D. F. (2008). Reinier Rozestraten em Ribeirão Preto: memórias e enraizamento da Psicologia no Brasil. *Revista da Abordagem Gestáltica*, 14(1), 51-61. Recuperado em 02 de setembro de 2018, de <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-68672008000100008&lng=pt&tlng=pt>.

Sá, M. (2010). *A contribuição de São Paulo na regulamentação da profissão de psicólogo*. (Dissertação de mestrado). PUCSP. Disponível em: <<https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/16897/1/Marcos%20Almeida%20de%20Sa.pdf>>

Sá, M. A. de. (2012). A participação dos psicólogos de São Paulo na regulamentação da profissão. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 32(spe), 86-103. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932012000500007>

Saviani, D. (2009). Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. *Revista Brasileira de Educação*, v. 14, n. 40 jan./abr. Rio de Janeiro, RJ. Disponível em: <<http://poseducacaoifbaiano.com.br/wp-content/uploads/2014/11/Forma%C3%A7%C3%A3o-de-professores-aspectos-hist%C3%B3ricos-e-te%C3%B3ricos-do-problema-no-contexto-brasileiro.pdf>>.

Scarparo, H.; Kochenborger, B.; Torres, S.; Dalligna, E. (2014). Psicologia e ditadura civil-militar: reflexões sobre práticas psicológicas frente às violências de estado. *Revista EPOS*, 5(1), 57-78. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2178-700X2014000100004&lng=pt&tlng=pt>.

Schneider, E. (1950). Orientação, seleção e formação profissional no Brasil. *Associação Brasileira de Psicotécnica*, v. 2, n.4. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/abpt/article/view/12863/11745>>.

Schneider, E. (1955). Normas para unificação de uma terminologia básica em Psicotécnica. *Arquivos Brasileiros de Psicotécnica*, v. 7, n.4. Disponível em <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/abpt/article/view/13682/12582>>.

Silva Baptista, M. T. D. da. (2010). A regulamentação da profissão Psicologia: documentos que explicitam o processo histórico. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 30(spe), 170-191. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-98932010000500008&script=sci_abstract&tlng=pt>.

Souza, J. V. A. de (2016). Licenciaturas da UFMG no período 1968-1996. In: Faria Filho, L. M. Souza, J. V. A. de. *Formação docente na UFMG: História e memória*. Belo Horizonte: Mazza Edições.

Tanuri, L. M. (2000). História da formação de professores. *Revista Brasileira de Educação*, n. 14, p. 61-88, maio/ago.

Todorov, J.C. (2000). Homenagem a Carolina M. Bori. *Anais da 52ª a Reunião Anual da SBPC*. Disponível em: <http://www.sbpcnet.org.br/livro/57ra/abertura/carolina_m.html>.

Van Kolck, O. L. (1990). Visão histórica da Psicologia em São Paulo. In: *Arquivos Brasileiros de Psicologia*. V. 42. N. 1. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/abp/article/view/21743/20496>>.

Vaz, A.M. (2017). Governo Vargas, Trabalho e o Ensino Primário: discursos dos jornais “Folha de Minas” e “Estado de Minas”. *Revista Educação em Foco*. V.20, nº 32. UEMG: Belo Horizonte. Disponível em: <<http://revista.uemg.br/index.php/educacaoemfoco/article/view/1973/1478>>.

Weil, P. (1967). *Manual de Psicologia Aplicada*. 2ª edição. Belo Horizonte: Itatiaia. Disponível em: <https://issuu.com/apogeu/docs/ebook_manual_de_Psicologia_aplicada>.

Yin, R. K. (2001). *Estudo de Caso: planejamento e métodos*. Trad. Daniel Grassi, 2ª Ed. Porto Alegre: Bookman.

Periódicos

Anuário da Faculdade de Filosofia da Universidade de Minas Gerais: 1939-1953. (1954). Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. Belo Horizonte: Gráfica Santa Maria.

Arquivos Brasileiros de Psicotécnica, (1960). v. 12, n. 1. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/abpt/issue/view/1072>>

Boletim de Psicologia (1959), 11(37).

Boletim de Psicologia (1961), 13(41-42).

Boletim de Psicologia (1962), 14(44).

Kriterion: Revista da Faculdade de Filosofia da Universidade de Minas Gerais. (1947). V.1. N. 1.

Revista de Psicologia Normal e Patológica, (1958). N. 3-4.

APÊNDICES

APÊNDICE 1 – Roteiro da Entrevista Semi-estruturada

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Dados de identificação:

Data de nascimento:

Data de entrada no curso:

Data de saída do curso:

Formação Educacional:

Atuação profissional:

Roteiro de referência para a entrevista:

Falar sobre a escolha pelo curso de Psicologia e quais os motivos levaram a fazer esta escolha.

Porque escolheu fazer o curso na UFMG.

Como foi a formação (curso, professores, ementas etc.)

Todas as modalidades (bacharel, licenciatura e psicólogo) do curso eram obrigatórias para todos os alunos?

Qual o significado de se fazer licenciatura?

Fazer licenciatura auxiliou em algo em sua profissão?

Atuou como professor? Em quais segmentos da educação?

APÊNDICE 2 – Termo de consentimento e livre esclarecido

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título da Pesquisa: Entre a legislação e a prática: refletindo sobre o significado da licenciatura para os primeiros egressos do curso de psicologia da UFMG.

Pesquisador Responsável: Prof. Dr. Sérgio Dias Cirino e Profa. Dra. Érika Lourenço

Pesquisador Auxiliar: Deolinda Armani Turci. Tel.: (31) 99689-7825 Email: deoarmani@gmail.com.br

Contatos: a) Prof. Dr Sérgio Dias Cirino, Departamento de Psicologia – FAFICH – UFMG. Av. Antônio Carlos, 6627 - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – 4º andar – Sala 40 - Universidade Federal de Minas Gerais, Campus Pampulha – Belo Horizonte – MG, 31270-901. Tel.: (31)3409-6. b) Profa. Dra. Érika Lourenço, Departamento de Psicologia – FAFICH – UFMG. Av. Antônio Carlos, 6627 - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – 4º andar – Sala 4064 - Universidade Federal de Minas Gerais, Campus Pampulha – Belo Horizonte – MG, 31270-901. Tel.: (31)3409-6264. c) COEP – Comitê de Ética em Pesquisa – Av. Antônio Carlos, 6627 – Unidade Administrativa II – 2º andar – Universidade Federal de Minas Gerais, Campus Pampulha – Belo Horizonte – MG, 31270-901. Tel.: (31) 3409-4592.

Prezado senhor,

Gostaríamos de convidá-lo a participar de nossa pesquisa que tem como objetivo principal analisar como se deu a implantação da licenciatura em Psicologia na UFMG e o significado da modalidade para os egressos das primeiras turmas do curso de Psicologia da UFMG. Sua participação poderá ser através de uma entrevista semi-estruturada que será gravada e, posteriormente, analisada pela equipe de pesquisa. O tempo médio de duração da participação será aproximadamente de 40 minutos. A pesquisa faz parte de um trabalho de doutorado em Psicologia e de forma mais específica, pretendemos descrever o papel da licenciatura na formação de psicólogos nas primeiras turmas de formandos da UFMG. Essas informações podem ser úteis para o desenvolvimento de futuros projetos de pesquisa, para legislações e possíveis intervenções relacionados à licenciatura na formação de psicólogos em Minas Gerais e no Brasil.

Este procedimento pode oferecer mínimos riscos, tais como desconfortos ou constrangimentos. Entretanto, caso isso aconteça, sugerimos que interrompa a entrevista, nos comunique ou não responda o que não for conveniente para você. Está lhe garantida a liberdade, sem restrições, de se recusar a participar, ou retirar o seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem que disso resultem quaisquer tipos de consequências. Em todas as etapas da pesquisa será garantido o seu anonimato. Em caso de dúvidas os pesquisadores podem ser contatados. Os dados obtidos com essa entrevista serão utilizados exclusivamente para fins desta pesquisa intitulada “Entre a legislação e a prática: refletindo sobre o significado da licenciatura para os egressos do curso de psicologia da UFMG”, como também para elaboração de projetos sobre o tema vinculados ao Departamento de Psicologia/FAFCH/UFMG. Todos os produtos gerados por essa entrevista (transcrições) ficarão armazenados no Departamento de Psicologia/FAFCH/UFMG por um período mínimo de 02 anos, sob inteira responsabilidade dos professores responsáveis pela mesma (Prof. Dr. Sérgio Dias Cirino e Profa. Dra. Érika Lourenço). Após esse período os arquivos contendo as gravações serão destruídos pelos próprios pesquisadores. Informamos também que a sua participação, caso concorde com ela, tem caráter voluntário e não resultará em qualquer tipo de ressarcimento ou remuneração. Este termo seguirá em duas vias com espaço destinado para rubricas e em caso de dúvidas éticas, o COEP poderá ser contatado, pelo telefone 3409-4592 ou email coep@prpq.ufmg.br

Eu _____ (nome do participante), RG _____, Órgão Emissor _____, declaro ter COMPREENDIDO as informações prestadas neste Termo, DECIDO conceder a entrevista solicitada e AUTORIZO sua utilização no Projeto de Pesquisa intitulado “Entre a legislação e a prática: refletindo sobre o significado da licenciatura para os egressos do curso de psicologia da UFMG”.

Estando de acordo, assinam o presente Termo de Consentimento em 2 (duas) vias.

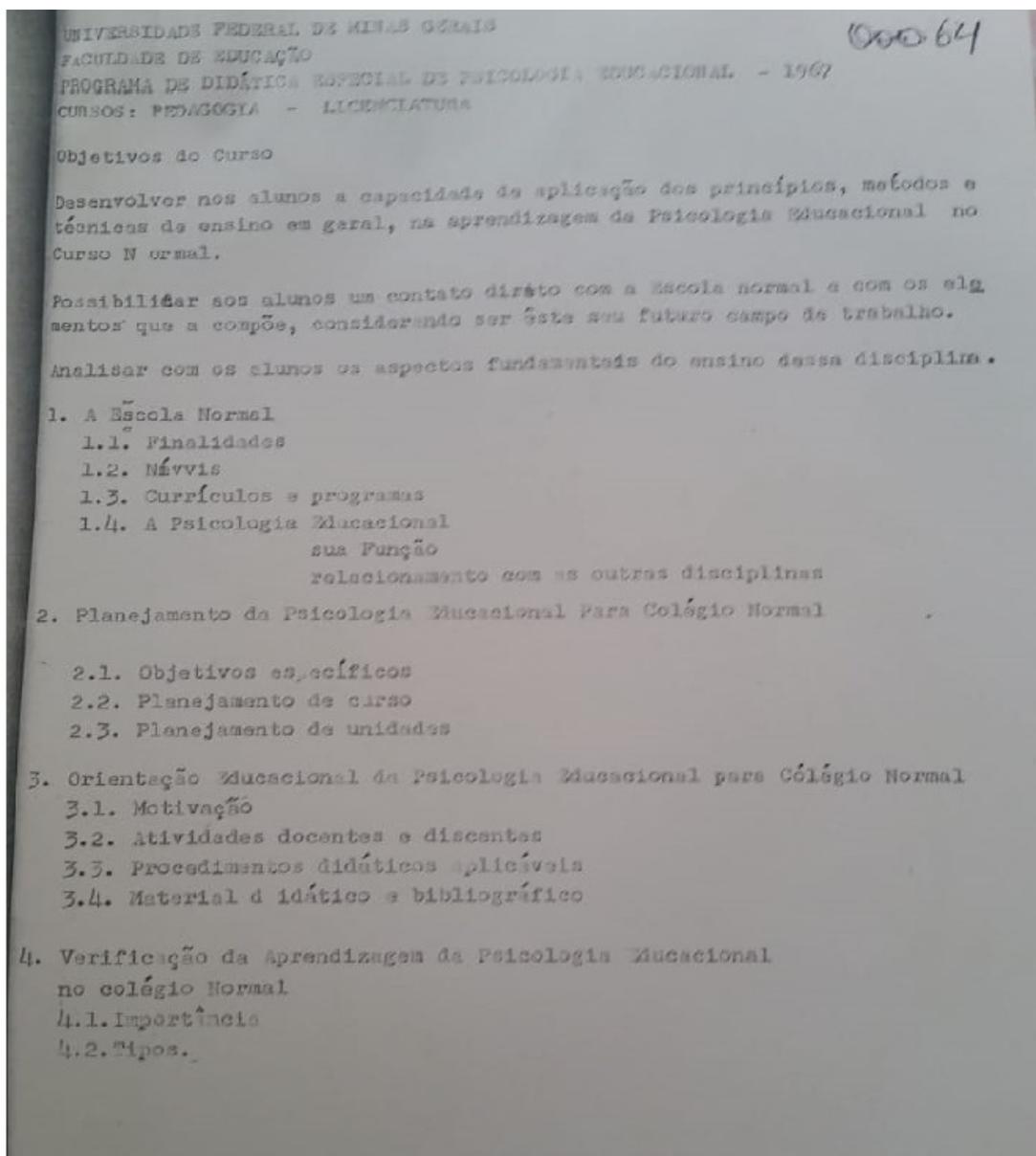
Participante

Pesquisador Auxiliar

Pesquisador Responsável

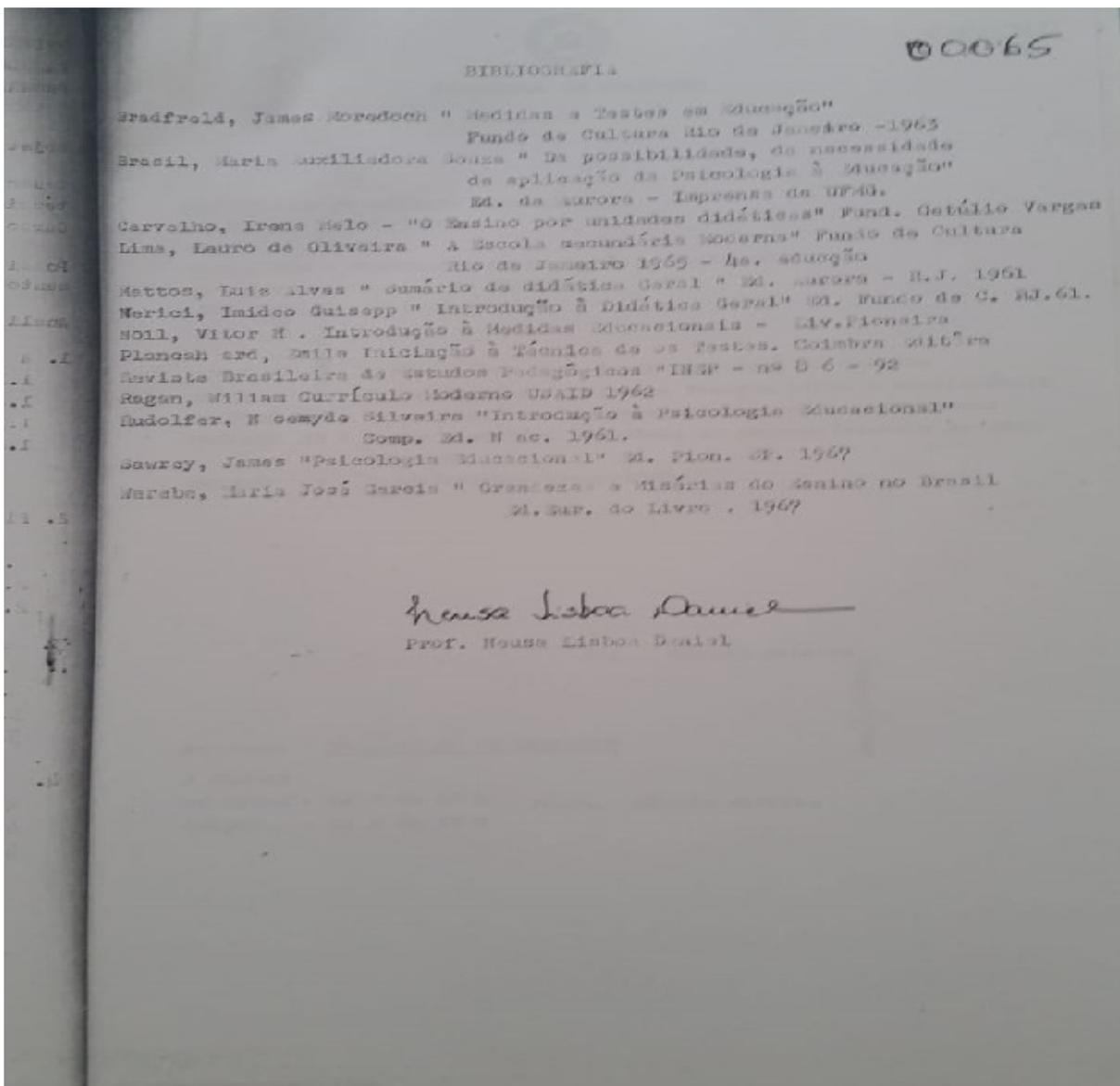
Belo Horizonte/MG, _____ de _____ de 2017.

ANEXO 2 - Programa da Disciplina Especial de Psicologia – 1967



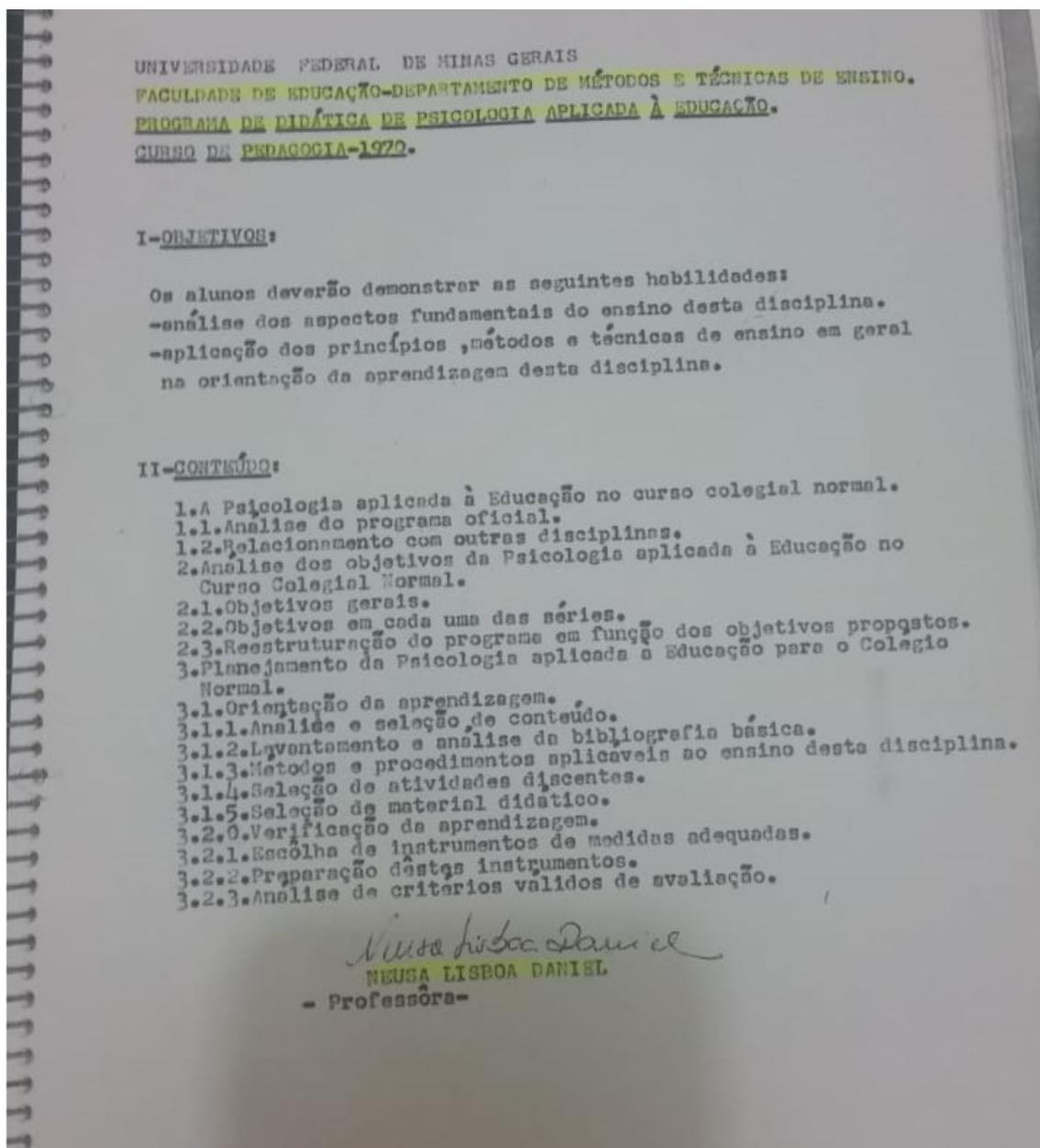
Fonte: Arquivos Faculdade de Educação – UFMG

ANEXO 2 – Bibliografia da disciplina de Didática Especial de Psicologia -1967



Fonte: Arquivos Faculdade de Educação – UFMG

ANEXO 3 – Programa da disciplina Didática Especial de Psicologia – 1970



Fonte: Arquivos Faculdade de Educação – UFMG